

**RELATÓRIO E CONTAS  
CONSOLIDADO  
2021**

**TPIF Douro Bidco S.à.r.l.**

## **MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

A Sociedade rege-se pelos seus Estatutos e pelas Leis do Grão-Ducado do Luxemburgo, nomeadamente a Lei de 10 de agosto de 1915 sobre Empresas Comerciais.

A Sociedade está constituída por um período ilimitado e a Caravela – Companhia de Seguros S.A., que atua em Portugal, é o único ativo que é detido (participação de 48%).

Relativamente à atividade do Grupo, o ano de 2021 teve como principal característica ser o 2º ano da Pandemia COVID-19. Um ano marcado pela redução da atividade segurável que resultou num abrandamento económico que afetou, conseqüentemente, o desempenho do Grupo.

Apesar do impacto sentido em 2021, salienta-se a capacidade de adaptação e a resiliência demonstrada pelo ecossistema do Grupo perante as adversidades sentidas.

Agradecemos à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões a colaboração e as sugestões apresentadas no acompanhamento da atividade do Grupo.

Taavi Davies

Benoni Dufour

## ÓRGÃOS SOCIAIS

- **TPIF Douro Bidco S.à.r.l**

Conselho de Administração	
Taavi Davies	
Benoni Dufour	

- **CARAVELA – Companhia de Seguros S.A.**

Mesa da Assembleia Geral	
Nuno Miguel Marques dos Santos Horta	Presidente
Nuno Miguel Novais Grangeon Cárcomo Lobo	Secretário

Conselho de Administração	
Luís Filipe Sampaio Cervantes	Presidente
David Angulo Rubio	Vice-Presidente
António Manuel Nestor Ribeiro	Vogal
Fabrizio Cesario	Vogal
George Koulouris	Vogal
Gonçalo Lopes da Costa de Ramos e Costa	Vogal
José Paulo de Castro Trigo	Vogal

Conselho Fiscal	
Manuel Augusto Lopes de Lemos	Presidente
Humberto Manuel Martins Carneiro	Vogal
José Elísio Lopes da Silva Quintas	Vogal
José António Truta Pinto Rabaça	Suplente

Revisores Oficiais de Contas	
Mazars & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. - SROC nº 51, representada por Pedro Miguel Pires de Jesus - ROC nº 1930	Efetivo
Paulo Jorge Damião Pereira - ROC nº 1219	Suplente

Relatório e Contas Consolidado 2021

**RELATÓRIO DO**  
**CONSELHO DE**  
**ADMINISTRAÇÃO**

## 1. Introdução

Do ponto de vista global, o ressurgimento da pandemia voltou a adiar o arranque de um crescimento económico robusto; apesar disso, os apoios às políticas económicas - monetárias e fiscais – e as campanhas de vacinação em curso em todo o mundo estão a refletir-se na melhoria das perspetivas económicas para o ano de 2022.

As perspetivas a médio prazo para a economia mundial são nitidamente melhores embora desiguais nas diferentes áreas do globo.

Neste aspeto deve salientar-se que a União Europeia (UE) aprovou um regulamento que estabelece o Mecanismo de Recuperação e Resiliência que irá distribuir 750 mil milhões de euros em fundos para financiar os programas de investimento e reforma definidos em planos nacionais de recuperação e resiliência posteriormente aprovados pela UE, e que tiveram de se basear em objetivos estratégicos pré-definidos, como sejam a transição verde, a transformação digital e a coesão social e territorial.

Apesar da incerteza ainda vivida, em 2021 o mercado segurador nacional apresentou um volume da produção de seguro direto superior a 13,1 mil milhões de euros, refletindo um acréscimo de 34,8% face ao valor verificado em 2020.

Esse crescimento foi muito influenciado pelo ramo Vida com um expressivo acréscimo de 69,5%, representado em 7,7 mil milhões de prémios brutos emitidos.

Já o subsetor dos ramos Não Vida, manteve um crescimento muito limitado, tal como nos últimos anos, atingindo os 5,4 mil milhões de euros de prémios brutos emitidos, com uma variação positiva de 4,9% relativamente ao ano anterior.

Enquanto isso, a Caravela - Companhia de Seguros, S.A. continuou o seu percurso de crescimento, com base num significativo conhecimento do mercado segurador português e suportado em projetos inovadores, alguns dos quais extravasando o mercado nacional. Esse crescimento ficou expresso num volume de negócios de 116,4 milhões de euros no fim do exercício, o que representou um acréscimo de 15,5% relativamente a 2020, permitindo a manutenção da Companhia no 10º lugar do ranking das companhias Não Vida com atividade em Portugal.

Dos acontecimentos ocorridos no ano agora findo, o mais significativo terá sido a primeira parceria efetuada com um broker estrangeiro, que permitiu o início da comercialização de um produto desenhado pela Caravela, em regime de Livre Prestação de Serviços (LPS), no competitivo mercado segurador francês.

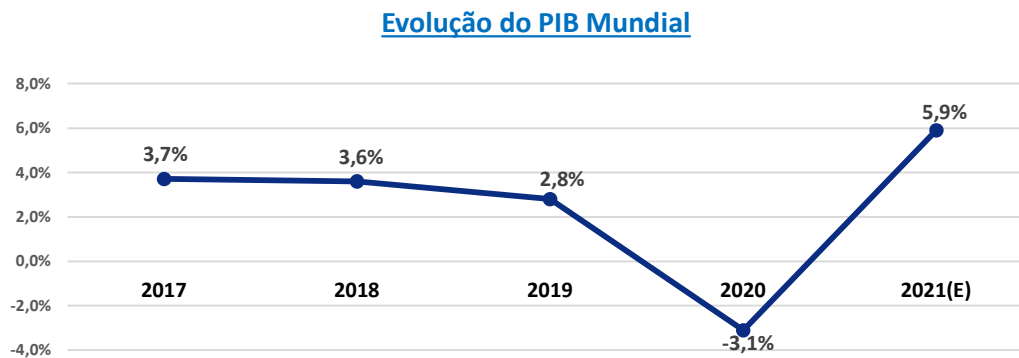
## 2. Missão

De acordo com os seus estatutos, o único objetivo da TPIF Douro é a aquisição e a detenção direta ou indireta de participações/interesses, sob qualquer forma, no Luxemburgo e/ou empresas estrangeiras, bem como a administração, desenvolvimento, gestão e alienação das mesmas.

## 3. Enquadramento Macroeconómico

### 3.1. Conjuntura Internacional<sup>1</sup>

Ao longo do ano de 2021, apesar de tudo o referido anteriormente, começou a ser percorrido um caminho marcado pela recuperação da atividade económica a nível mundial, após o impacto negativo causado pela pandemia Covid-19. De acordo com as últimas previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI), é estimado um crescimento do produto interno bruto mundial na ordem dos 5,9%, evidenciando um forte contraste face ao registado em 2020 (-3,1%) e aproximando-se dos valores pré-pandemia:



No decorrer do ano verificou-se um crescimento acentuado da atividade mundial. Apesar de no primeiro semestre o ritmo de crescimento ter começado moderado, devido ao agravamento da pandemia neste período em alguns países, verificou-se um maior dinamismo a partir do segundo semestre, impulsionado principalmente pelas economias avançadas, devido ao progresso verificado nas taxas de vacinação, às medidas de apoio à economia e ao impacto de uma maior flexibilidade nas medidas de restrição à atividade económica.

Nos países emergentes registou-se um crescimento mais robusto das trocas comerciais, principalmente após a abertura das economias, no primeiro semestre de 2021. Todavia, é notória alguma incerteza relativamente ao ritmo de recuperação do comércio mundial, provocada pelas

<sup>1</sup> Fonte:

Fundo Monetário Internacional (janeiro 2022) – “World Economic Outlook Update, January 2022” Disponível em

<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2022/01/25/world-economic-outlook-update-january-2022>

European Central Bank (No. 8 January 2022) – “Economic Bulletin”. Disponível em <https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/ecbu/eb202008.en.pdf>. Economic and monetary developments (pp.3)  
Banco de Portugal (dezembro 2021) – “Boletim Económico”

limitações da oferta no abastecimento de produtos intermédios essenciais, tais como semicondutores, necessários ao fabrico de produtos, com consequências diretas na produção industrial e nas exportações das economias avançadas. Adicionalmente, continuam a existir perturbações no comércio internacional provocadas pela saída do Reino Unido da União Europeia.

Particularizando algumas economias, destacam-se:

- Nos Estados Unidos, a evolução da economia é estimada em 5,6%, recuperando após um crescimento moderado no terceiro trimestre causado pelo ressurgimento de infeções por COVID-19. Destaca-se a diminuição nos tempos de espera e nos custos de envio entre a China e os Estados Unidos, ainda que os volumes de *stocks* de bens duradouros permaneçam abaixo dos níveis pré-pandemia.
- Para a China, é estimado um crescimento do PIB na ordem dos 8,1%, sendo que o ritmo de crescimento na atividade desacelerou acentuadamente devido à escassez de energia, à instabilidade no setor imobiliário residencial e aos novos surtos de COVID-19.
- Tal como na China, a economia do Japão desacelerou no terceiro trimestre, devido aos constrangimentos da oferta e ao ressurgimento das infeções por COVID-19. O progresso na vacinação e o apoio político contínuo têm sido importantes para o crescimento económico, que se situou nos 1,6% em 2021.
- Na Índia, verificou-se um forte ressurgimento de infeções por COVID-19, no segundo trimestre de 2021, que provocou uma significativa contração na atividade económica, seguida de uma recuperação no terceiro trimestre. O ritmo favorável de recuperação da atividade na Índia, impactou positivamente o aumento do crescimento real do PIB global (excluindo a área do euro) no terceiro e quarto trimestres, ainda que não tenha sido acompanhado por desenvolvimentos em outras grandes economias. É previsto que a Índia tenha tido, em 2021, um crescimento económico na ordem dos 9%, sendo, por isso, o país com a evolução mais positiva entre os países em desenvolvimento e mercados emergentes.
- O Reino Unido viu a sua atividade económica permanecer moderada. As principais causas para este cenário são as interrupções na cadeia de suprimentos, a escassez de mão de obra, devido às condições globais e ao Brexit e o fraco investimento. No entanto, o consumo privado impulsionou a atividade económica à medida que as restrições do COVID-19 diminuíram. Estima-se um crescimento do PIB de 7,2%.

Como se constata dos comentários acima, nos países em desenvolvimento e nos mercados emergentes, a China e a Índia destacam-se pela positiva, acompanhando as economias avançadas no retorno ao cenário pré-crise pandémica. Contudo, a recuperação continua atrasada em outras economias emergentes, sendo que se prevê que este dinamismo mais vagaroso impactará a atividade a nível global no futuro. Em 2021, os países em desenvolvimento e mercados emergentes terão apresentado um crescimento na ordem dos 6,5%.

Na Zona Euro, a economia continua a recuperar, sendo estimado um crescimento económico de 5,2% para 2021 e de 3,9% em 2022. Espera-se que a forte procura interna impulsione a recuperação da atividade económica nos próximos tempos. Ao longo do ano 2021 o mercado de trabalho também evoluiu positivamente, com um maior número de pessoas empregadas, que justifica o aumento das rendas e do consumo das famílias. De assinalar que os custos crescentes associados às energias estão a impactar negativamente o consumo. A projeção relativa à procura externa na área do euro é de um aumento de 8,9% em 2021 e de 4,0% em 2022. Refira-se, no entanto, que estes resultados são inferiores comparativamente a projeções anteriores, devido, essencialmente, ao impacto negativo dos problemas no fornecimento das importações globais. Já as projeções do *Eurosystem*, para a inflação, apontam para uma subida de 0,3% em 2020 para 2,6% em 2021 e para 3,2% em 2022.

Como nota importante deve salientar-se que, devido à última vaga pandémica, alguns países da área do euro reintroduziram medidas de contenção mais rígidas que, conseqüentemente, poderão atrasar a recuperação económica, principalmente nos setores das viagens, do turismo, do alojamento e do entretenimento. De facto, o aparecimento de novas variantes do vírus voltou a gerar um clima de incerteza, assim como a influenciar a confiança dos consumidores e das empresas. Adicionalmente, é de notar a escassez de equipamentos, materiais e mão de obra, que está a dificultar a produção de bens, causando atrasos na construção e desacelerando a recuperação em alguns setores.

As projeções para 2022 apontam para:

- Um crescimento moderado da atividade económica mundial, prevendo-se que a economia global cresça 4,4%, efeito das restrições de mobilidade e impactos na saúde devido à nova variante do vírus - *Omicron*.
- Uma subida da inflação, nas economias avançadas, provocada pelo aumento dos preços das matérias-primas energéticas e não energéticas, que se manterão elevados em 2022, após a subida expressiva em 2021, diminuindo nos anos seguintes.
- Apesar destes aspetos, para 2022 as perspetivas são animadoras no que diz respeito ao crescimento da economia mundial.

### 3.2. Conjuntura em Portugal<sup>2</sup>

Após uma contração histórica da economia em 2020 (-8,4%), o ano de 2021 ficou marcado pelo crescimento acentuado da economia portuguesa e pela forte recuperação da atividade económica. Estima-se que o PIB registre um crescimento de 4,9%, face ao período homólogo, o mais elevado desde 1990:

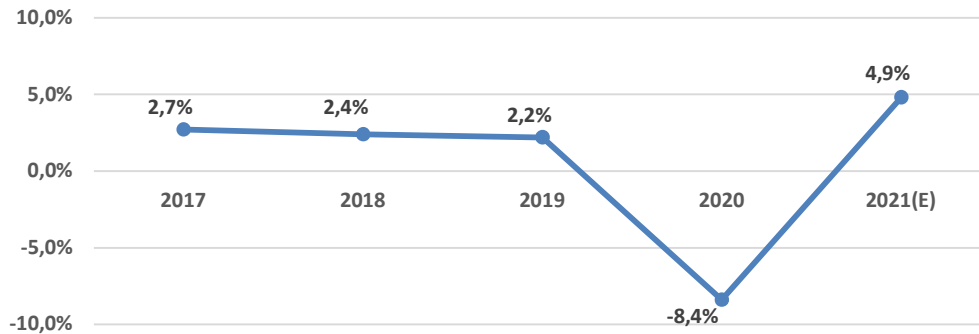
---

<sup>2</sup> Fonte:

Banco de Portugal (dezembro 2021) – “Boletim Económico”.  
Ministério das Finanças – “Relatório do Orçamento do Estado 2022”.  
Instituto Nacional de Estatística (Janeiro 2022) – “Contas Nacionais Trimestrais - Estimativa Rápida”. Disponível em  
[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=472472540&DESTAQUESmoda=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=472472540&DESTAQUESmoda=2)



### Evolução do PIB em Portugal



Ainda que, devido às consequências provocadas pelas diversas vagas da pandemia de COVID-19, no primeiro trimestre de 2021 se tenha verificado uma quebra da economia portuguesa, fatores como o levantamento gradual das medidas restritivas de confinamento, a elevada taxa de vacinação contra a COVID-19 e os programas de estímulo económico, a nível nacional e europeu, impulsionaram a recuperação da economia e, consequentemente, os resultados notados no primeiro semestre deste ano foram positivos, tendo o crescimento do PIB se situado nos 4,3%, face ao mesmo período de 2020.

No último semestre de 2021, devido ao aumento do consumo privado verificado, principalmente em agosto, a recuperação da atividade económica acelerou, com a atividade turística a evoluir positivamente, ainda que de forma lenta.

A nível global, em 2021, a procura interna teve um contributo positivo para o crescimento da economia portuguesa, verificando-se uma recuperação do consumo privado e do investimento. Além disso, verificaram-se crescimentos significativos das importações e das exportações de bens e de serviços, consequentes do contributo da procura externa líquida.

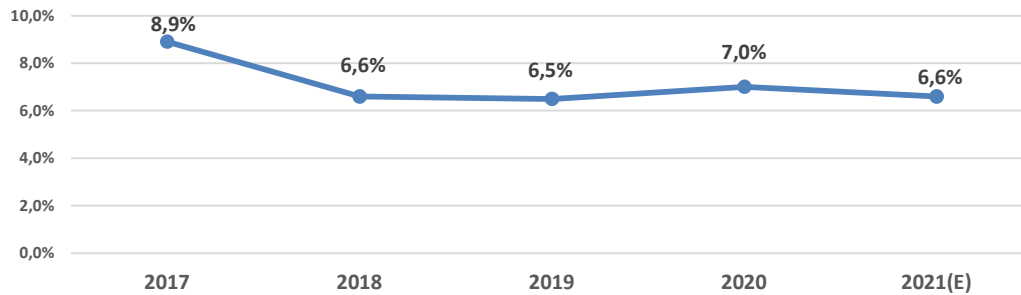
Em 2021, estima-se que o rácio da dívida pública em percentagem do PIB registre um decréscimo, situando-se nos 126,9%, face aos 135,2% registados em 2020.

Relativamente ao mercado de trabalho, este teve evolução particularmente positiva. Apesar de se ter registado um ligeiro acréscimo da população desempregada, verificou-se um aumento do número de pessoas empregadas em 2,5%, tendo este fator contribuído para o crescimento da população ativa, face a 2020, acompanhando assim a recuperação da economia.

A taxa de desemprego deverá situar-se nos 6,6% em 2021, face aos 7,0% registados em 2020, atingindo valores pré-pandemia. Prevê-se que a taxa de desemprego continue a diminuir nos próximos anos, devendo atingir os 5,4% em 2024.

As previsões positivas para o mercado de trabalho são efeito da natureza invulgar da crise económica provocada pela pandemia, assim como das medidas de apoio ao emprego adotadas ao longo de 2020 e 2021:

### Evolução da taxa de desemprego em Portugal



É estimado que a inflação, influenciada pela evolução dos preços dos bens energéticos, tenha sofrido um aumento, em 2021, para 0,9%, em contraste com o que se verificou em 2020 (-0,1%).

As projeções para a economia portuguesa em 2022 apontam para um período de crescimento do PIB na ordem dos 5,8%, sendo que a reintrodução de medidas restritivas para conter a pandemia, em consequência do surgimento de novas vagas da pandemia na Europa, poderão impactar a evolução da atividade económica, principalmente no setor do turismo. Adicionalmente, a escassez de matérias-primas e outros bens, assim como o aumento dos seus custos, consequências dos problemas nas cadeias de fornecimento globais, poderão, também, condicionar o ritmo de recuperação.

Com a recuperação económica estimada, o rácio da dívida pública em percentagem do PIB deverá retomar a trajetória descendente dos anos anteriores à crise pandémica. Neste sentido, para 2022, está prevista uma redução deste indicador em 4,1 pp, para 122,8% do PIB. Relativamente à inflação, as previsões indicam um crescimento até aos 1,8% em 2022, desacelerando nos anos seguintes.

### **3.3. Sistema Financeiro<sup>3</sup>**

Ao longo de 2021, para a maioria das economias avançadas, a política orçamental manteve-se expansionista de modo a dar suporte à recuperação da atividade económica, ainda que se tenham verificado alguns desequilíbrios orçamentais e um aumento do endividamento público. As previsões indicam que as condições monetárias e financeiras na área do euro deverão permanecer favoráveis.

Relativamente às taxas de juro de curto prazo, estas mantiveram-se com valores negativos e historicamente baixos e estima-se que assim se mantenham por um horizonte temporal superior ao previsto, devido, em parte, à revisão da estratégia do Banco Central Europeu em meados do ano passado. As projeções indicam que a taxa de juro de curto prazo (EURIBOR a 3 meses) tenha sido de -0,5% em 2021 e que não terá qualquer variação para 2022, prevendo-se um aumento a partir de 2023.

Numa perspetiva mais global, em muitas economias verificou-se uma crescente pressão inflacionária, pelo que se tem notado um aumento das taxas de juros nos bancos centrais em alguns mercados

<sup>3</sup> Fonte  
Banco de Portugal (dezembro 2021) – “Boletim Económico”  
Ministério das Finanças – “Relatório do Orçamento do Estado 2022”

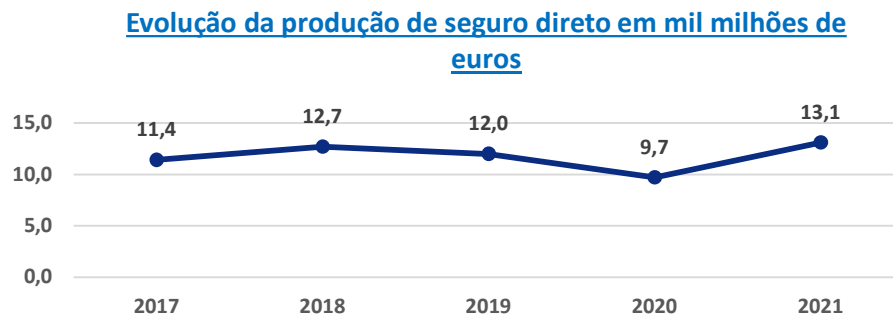
emergentes e economias em desenvolvimento, assim como em algumas economias avançadas. Com este aumento das taxas de juro, poderá verificar-se o aumento dos encargos do serviço da dívida, em alguns países. Adicionalmente, os empréstimos ficarão mais caros em todo o mundo, sobrecarregando as finanças públicas.

Em 2021, a taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa teve uma ligeira diminuição, situando-se nos 2%, face aos 2,2% em 2020, prevendo-se que permanecerá inalterada em 2022.

No que diz respeito ao mercado cambial, as estimativas indicam uma taxa de câmbio euro-dólar de 1,18%, tenuemente acima dos 1,14% notados em 2020. Para os anos seguintes, prevê-se que esta taxa registre valores na ordem dos 1,13%.

### 3.4. Tendências do setor segurador e perspetivas de evolução<sup>4</sup>

Em 2021, no setor segurador português, o volume da produção de seguro direto foi de 13,1 mil milhões de euros tendo tido uma variação positiva, face a 2020, de 34,8%:



Esta evolução positiva teve um forte contributo do ramo Vida, que registou uma variação de 69,5%, face a 2020, representando agora 58,3% do total da produção do setor. É de realçar a modalidade de Produtos de Capitalização, uma vez que foi onde se registou a maior variação, que foi de 96,2%.

No mercado Não Vida, o volume da produção de seguro direto foi de 5,4 mil milhões de euros tendo tido uma variação positiva de 4,9%, face a 2020.

A taxa de sinistralidade Não Vida melhorou ligeiramente em 2021, passando de 59,4% para 58,4%.

Nos principais ramos deste subsetor, registaram-se os seguintes desenvolvimentos:

- A venda de automóveis em 2021 ficou praticamente ao nível de 2020 (+1,9%) tendo a falta de semicondutores, na segunda metade do ano, travado o início de recuperação das vendas em relação a 2020. No mercado segurador, esta situação ajudou a que houvesse um fraco crescimento no ramo Automóvel (+1,3%), registando, no entanto, uma oscilação negativa da taxa de sinistralidade, que passou de 57,5% para 58,5%;

<sup>4</sup> Fonte  
APS – Base de dados, da Segurdata, a 2021.12

- No ramo Doença registou-se um crescimento de 8,4%, confirmando a tendência dos últimos anos, tendo a taxa de sinistralidade atingido os 72,0%, face aos 66,9% de 2020;
- O ramo Acidentes de Trabalho manteve a propensão de crescimento já observada nos exercícios anteriores, com uma variação positiva de 6,6%, tendo havido, também, uma melhoria da taxa de sinistralidade, situando-se em 68,9% comparativamente aos 75,1% registados em 2020. Apesar deste crescimento da produção salienta-se que o crescimento deste ramo está muito ligado à atividade económica, estando por isso a sentir ainda o impacto da pandemia;
- No ramo Incêndio e Outros Danos, verificou um crescimento na ordem dos 6,8%, sendo de realçar a trajetória ascendente dos seguros de Riscos Múltiplos, +5,1%. Ao nível de sinistralidade, este ramo atingiu em 2021 uma taxa de 45,6%, valor inferior ao verificado em 2020, que foi de 50,6%;
- O Ramo Transportes apresentou um acréscimo de 5,4%, sendo que em termos de sinistralidade se verificou uma evolução desfavorável, apesar ainda de pouco significativa, fixando-se em 32,1% contra os 21,0% do ano anterior;
- No Ramo Responsabilidade Civil Geral assistiu-se a um crescimento de 10,9%, tendo-se fixado a sua sinistralidade em 36,4%, comparativamente aos 43,5% de 2020.

#### 4. Atividade do Grupo TPIF Douro

A única atividade entre a Companhia e o seu acionista Tosca Coinvest SCA SICAV-RAIF (Coinvest) foi a injeção de capital que a Coinvest efetuou na Companhia para financiar a última tranche do investimento na Caravela - Companhia de Seguros, S.A..

Sendo a Caravela o único ativo detido pela Companhia, toda a atividade do Grupo se resume à operada pela sua participada.

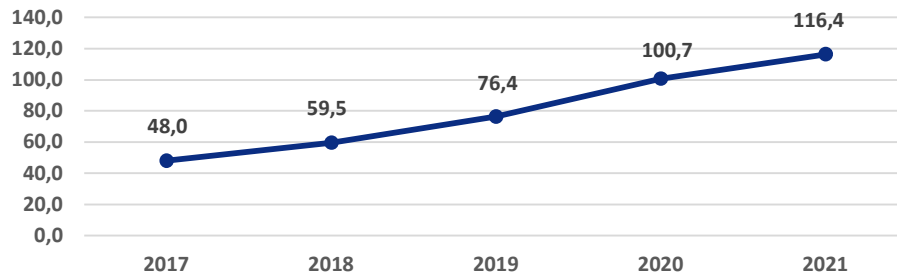
De referir que os valores apresentados sobre a Caravela correspondem a 100% da sua atividade, no entanto, as conclusões da análise para os 48% detidos pela Companhia não se alteram.

##### 4.1. Principais Indicadores

A atividade da Caravela tem-se pautado, nos últimos anos, por um significativo e constante aumento da produção e por um firme e sustentado equilíbrio dos seus indicadores de gestão.

Nas rubricas de ganhos e perdas, os prémios brutos emitidos de seguro direto, líquidos de estornos e anulações, apresentaram um forte crescimento, de 15,5%, mantendo a tendência dos últimos anos e terminando 2021 com um total de 116.380 milhares de euros:

**Evolução da produção de seguro direto em milhões de euros**



Quanto à taxa de sinistralidade, líquida de resseguro, apresentou um acréscimo de 4.0 pp, face ao ano anterior.

Em relação às componentes do balanço, é de notar que o peso das provisões técnicas, que representam agora 86,3% dos prémios brutos emitidos de seguro direto, teve um acréscimo de 7,1% face ao ano anterior, contribuindo para esta situação a influência do crescimento da Companhia.

Salienta-se, ainda, a melhoria do Capital Próprio, com uma variação de +24,4%, face ao período homólogo, devido à operação de aumento de capital realizada (10.000 milhares de euros) em dezembro.

O resultado líquido foi de 3.396 milhares de euros, representando 2,9% dos prémios brutos emitidos, dando continuidade aos resultados positivos registados desde 2015.

Quanto ao rácio combinado verifica-se um ligeiro aumento do mesmo, atingindo os 95,6%, com um acréscimo de 1,5%, face a 2020. Realça-se que apesar deste ligeiro aumento, houve um decréscimo do rácio de exploração em 2.2 p.p.

No quadro seguinte apresentam-se os indicadores fundamentais para a análise económico/financeira da Companhia e que permitem constatar a evolução positiva e a saúde da Caravela, na generalidade desses indicadores:

### Indicadores sintéticos

U: milhares de euros

	2021	2020	% VAR 21/20
<b>Balanço</b>			
Ativo líquido	177 203	143 436	23,5%
Capital próprio*	58 550	47 083	24,4%
Provisão para prémios não adquiridos	23 543	20 368	15,6%
Provisão para sinistros	76 607	60 522	26,6%
Provisão para sinistros líquidos de resseguro	45 294	35 864	26,3%
Provisões técnicas	100 453	81 156	23,8%
<b>Ganhos e Perdas</b>			
Prémios brutos emitidos de seguro direto	116 380	100 719	15,5%
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	86 006	71 621	20,1%
Custos com sinistros de seguro direto	76 885	62 557	22,9%
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	58 556	45 920	27,5%
Custos Operacionais	28 724	25 667	11,9%
Rendimentos	1 659	801	107,0%
Resultado líquido	3 396	3 960	-14,2%
<b>Indicadores</b>			
Prémios brutos emitidos / nº de empregados	875	781	12,0%
Taxa de sinistralidade de seguro direto	67,8%	65,2%	3,9%
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro	68,1%	64,1%	6,2%
Resultado líquido / prémios brutos emitidos	2,9%	3,9%	-25,8%
Provisões para sinistros / prémios brutos emitidos	65,8%	60,1%	9,5%
Provisões técnicas / prémios brutos emitidos	86,3%	80,6%	7,1%
Resultado líquido / capital próprio	5,8%	8,4%	-31,0%
Resultado líquido / capital social	7,7%	11,5%	-33,6%
Rácio combinado	95,6%	94,1%	1,5%

\* O capital social foi aumentado por deliberação da Assembleia Geral de 9 de julho de 2019 e consequente autorização da ASF em 17 de dezembro de 2019, para 44.388.315,20 euros, tendo em dezembro último sido realizada a última prestação no valor de 10.000.000,00 euros.

## 4.2. Gestão Técnica

### 4.2.1. Produção e Apólices

A Caravela encerrou o exercício de 2021 com um volume de prémios brutos emitidos (PBE) de 116,4 milhões de euros, o que representa um acréscimo de produção de 15,7 milhões de euros e uma taxa de crescimento de 15,5%, relativamente ao valor apurado em 2020.

De referir que a quota de mercado, incluindo a atividade em Portugal e no Estrangeiro, cresceu de 1,8% em 2020 para 2,0% em 2021.

O crescimento orgânico e consolidado, verificado nos últimos anos, está sustentado nos segmentos de clientes particulares, pequenas e médias empresas e assente numa rigorosa e criteriosa subscrição de riscos, orientada para a rentabilidade de todas as linhas de negócio.

Foi mantida a boa performance, transversal a todos os ramos, com exceção do ramo Marítimo e Mercadorias Transportadas em que os efeitos causados pela pandemia ainda causaram impactos, resultando num decréscimo da produção em 18,1%.

Embora com uma taxa de crescimento acima do mercado, comparativamente com anos anteriores, verifica-se um abrandamento no crescimento do ramo Automóvel, com +11,4%, abaixo da taxa de crescimento global da Caravela. Por outro lado, destaca-se a evolução muito positiva dos ramos de Acidentes Pessoais, Incêndio e Outros Danos e Acidentes de Trabalho.

Este crescimento está suportado na continuidade da estratégia definida e que se baseia:

- No aumento da cadência da produção nova;
- No aumento da base de distribuição;
- Na subscrição de negócio de clientes particulares e micro e pequenas empresas;
- No alargamento do segmento alvo às médias e grandes empresas, resultando na captação de novo negócio enquadrado nestes segmentos.

Em 2021, o início da atividade comercial da Caravela no estrangeiro, também contribuiu para o crescimento da carteira, em particular no ramo Incêndio e Outros Danos.

No quadro seguinte, é apresentada a estrutura e variação dos prémios brutos emitidos por ramos, onde se confirma que, exceção feita aos ramos Marítimo e Mercadorias Transportadas, todos exibem evoluções positivas:

#### Estrutura e variação da produção

U: Euros

RAMOS	PBE		
	2021	2020	Δ 21/20
Acidentes e Doença	31 772 201	26 095 184	21,8%
Incêndio e Outros Danos	11 273 602	8 703 919	29,5%
Automóvel	71 428 781	64 145 114	11,4%
Responsabilidade Civil Geral	1 532 182	1 318 675	16,2%
Marítimo e Mercadorias Transportadas	373 474	456 004	-18,1%
<b>TOTAL</b>	<b>116 380 240</b>	<b>100 718 896</b>	<b>15,5%</b>

Relativamente à estrutura dos prémios da carteira, a Caravela apresenta a mesma tendência de distribuição verificada no ano anterior, mantendo a predominância do peso dos ramos Automóvel e Acidentes e Doença, respetivamente 62,4% e 24,9%, totalizando estes dois ramos 87,3% dos prémios brutos emitidos.

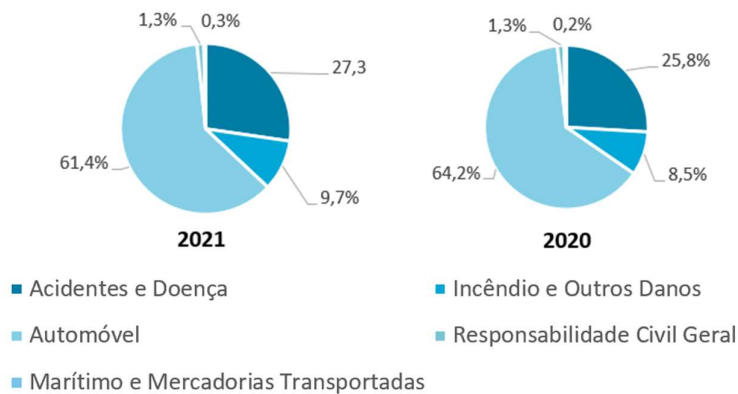
No quadro da página seguinte, é apresentada a estrutura da carteira e o peso por ramos relativamente a 2020 e 2021:

### Estrutura da carteira

RAMOS	APÓLICES EM VIGOR			
	2021	Peso	2020	Peso
Acidentes e Doença	13 930	4,1%	11 892	3,9%
Incêndio e Outros Danos	39 102	11,4%	36 532	12,0%
Automóvel	283 823	82,6%	250 632	82,1%
Responsabilidade Civil Geral	5 641	1,6%	4 867	1,6%
Marítimo e Mercadorias Transportadas	1 322	0,4%	1 168	0,4%
<b>TOTAL</b>	<b>343 818</b>	<b>100,0%</b>	<b>305 091</b>	<b>100,0%</b>

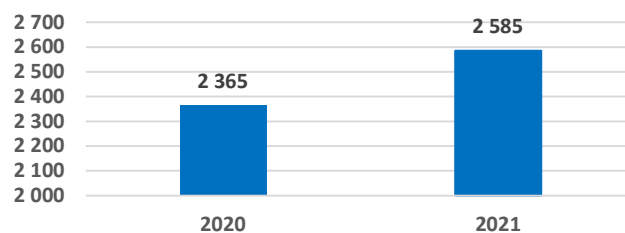
No quadro seguinte, apresenta-se o peso relativo dos vários ramos, na estrutura da carteira da Companhia:

### Estrutura da carteira em %



Esta evolução dá continuidade a uma melhoria da performance no que diz respeito à análise da relação apólice por trabalhador:

### Número de apólices por trabalhador





#### 4.2.2. Sinistros

A taxa de sinistralidade global da Caravela em 2021, calculada em função dos prémios adquiridos, atingiu 67,8%, correspondente a um aumento de 3,9 pp, em relação ao exercício de 2020 em que se tinha fixado em 65,2%.

No exercício de 2021, os custos com sinistros tiveram um aumento de 22,9 % (+14.327 milhares de euros em valor absoluto) em relação ao exercício anterior, totalizando 76.885 milhares de euros, antes de imputação de outros custos.

Com exceção do ramo Responsabilidade Civil Geral, que apresentou uma redução da taxa de sinistralidade de 60,1 % (-673 milhares de euros), todos os restantes segmentos de negócio tiveram impacto no aumento dos custos com sinistros.

Foi o ramo Automóvel que, em valor absoluto, apresentou o maior aumento nos custos, 8.837 milhares de euros (+22,1%), mas foi no segmento de Incêndio e Outros Danos que se verificou o maior crescimento em termos relativos, 53,5 % (+2.269 milhares de euros).

Nos ramos de Acidentes e Doença, o aumento fixou-se em 22,6 % (+3.837 milhares de euros).

Com menor expressão, verificou-se um aumento de 28,1 % (+56 milhares de euros) nos ramos menos representativos, Marítimo e Mercadorias Transportadas:

#### Custos com sinistros

U: euros

RAMOS	2021	2020	Δ 21/20
Acidentes e Doença	20 797 255	16 959 347	22,6%
Incêndio e Outros Danos	6 525 974	4 256 135	53,3%
Automóvel	48 859 188	40 021 912	22,1%
Responsabilidade Civil Geral	446 411	1 119 905	-60,1%
Marítimo e Mercadorias Transportadas	256 244	200 046	28,1%
<b>TOTAL</b>	<b>76 885 072</b>	<b>62 557 345</b>	<b>22,9%</b>

Para uma análise mais detalhada, no quadro seguinte são apresentadas as taxas de sinistralidade pelos diversos grupos de ramos:

#### Taxa de sinistralidade

RAMOS	2021	2020	Δ 21/20
Acidentes e Doença	68,2%	67,9%	0,6%
Incêndio e Outros Danos	65,3%	50,9%	28,5%
Automóvel	69,7%	66,9%	4,3%
Responsabilidade Civil Geral	29,9%	88,6%	-66,3%
Marítimo e Mercadorias Transportadas	68,4%	44,1%	55,3%
<b>TOTAL</b>	<b>67,8%</b>	<b>65,2%</b>	<b>3,9%</b>

O aumento do número de sinistros em 2021, fixou-se em 24,7 %, sendo o ramo Automóvel aquele que mais contribuiu para esse facto, atingindo um crescimento de 24,5 %.

No grupo de ramos de Acidentes e Doença, o aumento foi de 38,1% em relação ao ano anterior; esta oscilação tão significativa está diretamente relacionada com a redução no número de sinistros ocorridos em 2020, em resultado do confinamento geral e prolongado que se verificou ao longo do ano devido à pandemia, com a obrigatoriedade do teletrabalho para uma parte significativa da população.

Na linha de negócios de Incêndio e Outros Danos, o aumento do número de sinistros foi reduzido, apenas 6,9 %, acompanhando a evolução do número de apólices em vigor nestes ramos.

Com reduzido impacto, por serem os ramos menos representativos, em Responsabilidade Civil Geral o número de sinistros aumentou 55,2% em termos relativos e um total de 185 ocorrências em termos absolutos, enquanto no ramo Marítimo e Mercadorias Transportadas o número de sinistros foi igual ao verificado no ano anterior.

O quadro abaixo clarifica o mencionado anteriormente:

#### Sinistros abertos

RAMOS	2021	2020	Δ 21/20
Acidentes e Doença	5 494	3 979	38,1%
Incêndio e Outros Danos	3 548	3 319	6,9%
Automóvel*	34 197	27 457	24,5%
Responsabilidade Civil Geral	520	335	55,2%
Marítimo e Mercadorias Transportadas	77	77	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>43 836</b>	<b>35 167</b>	<b>24,7%</b>

\* Não inclui os sinistros de Assistência em Viagem

As apólices em vigor tiveram um crescimento, em relação a 2020, de 12,7%, enquanto o número de sinistros aumentou 24,0%, traduzindo-se assim num aumento da taxa de frequência de sinistros. Para este facto, muito contribuiu a redução de frequência verificada em 2020 por causa do confinamento geral.

Assim, o exercício de 2021 foi encerrado com uma taxa de frequência de sinistros global de 13,5 %, 3,1 pp superior ao ano de 2020.

Registe-se, no entanto, que o ramo Automóvel, o mais representativo de todas as linhas de negócio, o aumento da taxa de frequência foi de apenas 1,1 %.

### Frequência de sinistros

RAMOS	2021	2020
Acidentes e Doença	42,6%	35,7%
Incêndio e Outros Danos	9,4%	9,6%
Automóvel	12,8%	12,7%
Responsabilidade Civil Geral	9,9%	7,2%
Marítimo e Mercadorias Transportadas	6,2%	7,2%
<b>TOTAL</b>	<b>13,5%</b>	<b>13,1%</b>

#### 4.2.3. Resseguro

Na política de resseguro da Caravela existem Tratados de Resseguro Proporcional e Não Proporcional, assim como Resseguro Facultativo e outras modalidades de Resseguro adequadas à proteção dos riscos aceites.

O programa de resseguro, aprovado pela Companhia para o ano de 2021, sofreu pequenas alterações na sua estrutura quando comparado com o ano anterior, em relação aos Resseguradores de 2020 envolvidos nos seus tratados.

No que respeita aos tratados proporcionais, que englobam os ramos de Incêndio e Outros Danos, Marítimo, Mercadorias Transportadas e Engenharia, manteve-se a retenção na quota-parte e o limite de excedente, à exceção do Tratado de Incêndio e Multirriscos, cujo limite de excedente aumentou para 17.000.000 € e no Tratado de Engenharia, onde o limite de excedente passou para 7.500.000 €.

Relativamente aos tratados de Excesso de Perdas, que cobrem os ramos de Automóvel, Acidentes Pessoais, Acidentes de Trabalho e Responsabilidade Civil Geral não sofreram qualquer alteração ao nível da prioridade, à exceção do ramo Automóvel, cuja prioridade aumentou para os 500.000 €. Ao nível das capacidades apenas se verificou alterações no Tratado Automóvel – Danos Próprios, onde o limite anual agregado aumentou para 6.500.000 €.

Os Resseguradores envolvidos são selecionados tendo em consideração a sua fiabilidade e solvência financeira, assim como a sua prestação de serviços, acompanhamento e disponibilidade apresentada. Neste seguimento decidiu-se manter a Nacional Re como líder, na maioria dos tratados, com 40% de participação.

Nas renovações dos tratados, o rating mínimo exigido a um Ressegurador é de “A-“, de acordo com as agências de notação S&P e/ou AM Best. No quadro abaixo é apresentado o leque dos principais resseguradores, bem como o respetivo rating a 31/12/2021:

RESSEGURO 2021	
Ressegurador	Rating S&P
Nacional Re	A
CCR Re	AA
Helvetia	A
Qbe	A+
Hannover Re	AA-
R+V	A+
Covea	A+
Odyssey	A-

De referir, ainda, que ao nível do Resseguro Aceite, a Caravela manteve a sua política de não aceitação deste tipo de negócio.

### 4.3. Gestão Financeira

#### 4.3.1. Investimentos Financeiros

Os Investimentos financeiros, nomeadamente, os Ativos Mobiliários, cresceram 14.398 milhares de euros em 2021, traduzindo um crescimento de 15,0% face a 2020.

A gestão dos ativos financeiros, em parceria com a OFI Asset Management, tem vindo a ser executada de acordo com a política de investimentos da Companhia, orientando-se tal como nos anos anteriores, por critérios de prudência, segurança e liquidez e no respeito pelas recomendações quer da ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões) quer da EIOPA (Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma).

No quadro seguinte é apresentado o resumo da situação registada a 31 de dezembro:

### Carteira de ativos

U: milhares de euros

CARTEIRA DE ATIVOS	2021			2020			% Var 21/20
	VALOR	%	%	VALOR	%	%	
<b>1. INVESTIMENTO REPRODUTIVO</b>							
Ativos Mobiliários							
Dívida Pública*	11 179	10%	9%	11 967	13%	12%	-7%
Obrigações Diversas*	46 662	43%	39%	46 389	50%	47%	1%
Ações e Fundos de Investimentos	20 090	19%	17%	3 062	3%	3%	556%
Empréstimos Concedidos	50	0%	0%	252	0%	0%	-80%
Liquidez**	29 747	28%	25%	31 660	34%	32%	-6%
Sub-total	107 727	100%	90%	93 330	100%	95%	15%
Outros Ativos não Mobiliários							
Imóveis	9 049		8%	1 232		1%	635%
Sub-total	9 049		8%	1 232		1%	635%
<b>TOTAL (1)</b>	<b>116 777</b>		<b>98%</b>	<b>94 561</b>		<b>97%</b>	<b>23%</b>
<b>2. INVESTIMENTO OPERACIONAL</b>							
Equipamento, Mobiliário e Material	2 930		2%	3 241		3%	-10%
<b>TOTAL (2)</b>	<b>2 930</b>		<b>2%</b>	<b>3 241</b>		<b>3%</b>	<b>-10%</b>
<b>TOTAL (1) + (2)</b>	<b>119 706</b>		<b>100%</b>	<b>97 802</b>		<b>100%</b>	<b>22%</b>

\* Valorização com juros decorridos  
\*\* Depósitos a Prazo e à Ordem com juros decorridos e Fundos de tesouraria

A exposição a títulos de dívida pública diminuiu 7,0%, face a 2020, enquanto a exposição a ações e fundos de investimento cresceu 17.028 milhares de euros. Esta exposição, deve-se, essencialmente, ao cumprimento da estratégia de alocação de ativos definida na política de investimentos.

A liquidez, entre Depósitos à Ordem, Depósitos a Prazo e Fundos de Tesouraria, manteve-se em linha com o ano de 2020, justificado pelo aumento de capital concretizado no final do ano, estando, no entanto, em linha com os parâmetros de risco e gestão de capital.

#### 4.3.2. Resultados dos Investimentos Financeiros

Os resultados financeiros apresentam, em 2021, um acréscimo, face ao período homólogo, de 858 milhares de euros, +107,0%, devido, essencialmente, a uma maior realização de mais-valias e a um acréscimo dos rendimentos gerados de 135,6%:

#### Rendimentos financeiros

U: milhares de euros

	2021	2020	% VAR 21/20
Rendimentos de investimentos	1 133	481	135,6%
Ganhos ou perdas de investimentos	526	321	64,1%
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>1 659</b>	<b>802</b>	<b>107,0%</b>

Realce para o facto de não se ter registado qualquer imparidade durante os últimos três anos em ativos financeiros, demonstrando a elevada prudência na escolha das aplicações que compõem a carteira de investimentos da Caravela.

Quanto à taxa de rendimento, a carteira total de ativos registou uma remuneração média positiva de 1,3%.

#### 4.4. Custos de Exploração

##### 4.4.1. Custos por Natureza a Imputar

O total de custos por natureza a imputar, atingiu os 14.396 milhares de euros, o que representa um aumento de 7,7%, face a 2020, devido a um crescimento generalizado das rubricas quer de despesas de aquisição quer de outras despesas:

##### Custos por natureza

Custos por Natureza	2021	2020	VAR 21/20%
Custos com o Pessoal	6 731	6 691	0,6%
Fornecimentos e Serviços Externos	4 915	4 173	17,8%
Impostos e Taxas	1 059	971	9,1%
Amortizações do Exercício	1 357	1 237	9,7%
Provisões para Riscos e Encargos	0	0	-
Juros Suportados	26	29	-11,5%
Comissões	308	260	18,3%
<b>TOTAL</b>	<b>14 396</b>	<b>13 362</b>	<b>7,7%</b>

##### 4.4.2. Quadro de Pessoal

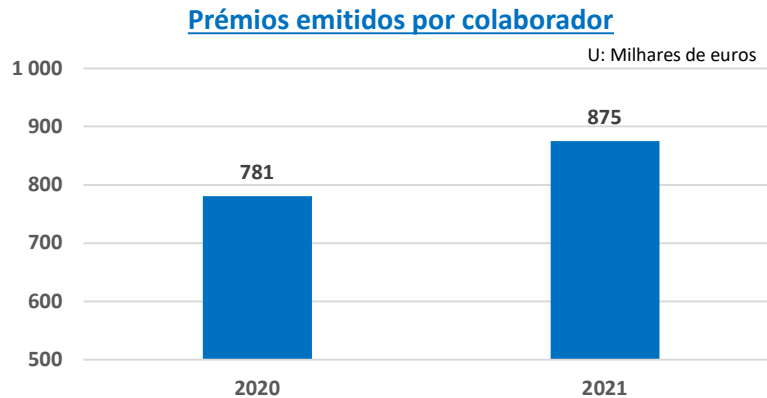
O quadro de pessoal apresentou um crescimento de 3,1%, passando de 129 para 133 efetivos:

##### Evolução do quadro de pessoal

	2021	2020	VAR 21/20%
Efetivos no início do período	129	120	7,5%
Entradas	10	12	-16,7%
Saídas	6	3	100,0%
Efetivos no final do período	133	129	3,1%
U: milhares de euros			
<b>Prémios brutos emitidos / nº de empregados</b>	<b>875</b>	<b>781</b>	<b>12,0%</b>

Como se poderá verificar, no gráfico da página seguinte, continuou a registar-se, um aumento de produtividade que tem sido constante ao longo dos últimos anos e que passou de 781 milhares de

euros, em 2020, para 875 milhares de euros, em 2021, principalmente devido ao crescimento da produção:



A distribuição, por idade e género era a seguinte:

**Distribuição etária por sexo**

FAIXA ETÁRIA	HOMENS	MULHERES
até 30 anos	11	5
De 31 a 40 anos	11	15
De 41 a 50 Anos	26	37
De 51 a 60 Anos	15	7
Mais de 61 anos	5	1
<b>TOTAL</b>	<b>68</b>	<b>65</b>
<b>IDADE MÉDIA</b>	<b>44 ANOS</b>	

#### 4.5. Governance

O modelo de Governação do Grupo TPIF Douro é baseado no modelo da Caravela.

Em 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR) que adotou um novo regime de Solvência, data esta definida na Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009.

Como já foi frisado em anos anteriores, a entrada em vigor do regime de Solvência II elevou de modo muito significativo a exigência de resposta quer em matéria de *compliance* quer em matéria de *disclosure*, imposta às Companhias de Seguros. Adicionalmente mantém-se, face à Norma Regulamentar n.º 8/2016-R, de 16 de agosto, alterada pela Norma Regulamentar n.º 10/2020-R, de 3

de novembro, a exigência de prestação de informação de índole contabilística, estatística e comportamental, em conformidade com RJASR.

No domínio da Solvência II, no decurso de 2021, foram desenvolvidas várias ações, das quais se destacam as seguintes:

- Participação nas sessões do Grupo de Trabalho “Gestão de Riscos e Atuariado” da Comissão Técnica “Economia e Finanças” da Associação Portuguesa de Seguradores;
- Envio à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) do conjunto de reportes quantitativos (QRT – *Quantitative Reporting Templates*) definidos pelo EIOPA e geridos pelas entidades de supervisão, referentes à posição de final de ano com data de referência de 31 de dezembro de 2020 e numa base trimestral para o último trimestre de 2020 e os três primeiros trimestres de 2021;
- Reporte à ASF do Relatório Periódico de Supervisão relativo ao ano de 2020, previsto no artigo 35.º da Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, no artigo 21.º do RJASR e nos artigos 304.º a 314.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, com estrutura e conteúdo identificado nesse regulamento;
- Divulgação pública do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira relativo ao ano de 2020, previsto nos artigos 51.º a 56.º da Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, no artigo 83.º do RJASR e nos artigos 290.º a 303.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão;
- Reporte à ASF do Relatório ORSA 2021, referente ao quinquénio 2021-2025.

#### 4.6. Margem de Solvência

O rácio de capital de solvência, verificado em 2021, teve uma evolução desfavorável face ao período homólogo, passando de 287,1% para 216,2%.

Este rácio foi influenciado positivamente pelo aumento de capital realizado em dezembro de 2021, apesar do aumento do requisito de capital originado pelo crescimento orgânico da Caravela.

Com estes valores, o Grupo supera confortavelmente o objetivo de capital e, conseqüentemente, o requisito regulamentar.

O quadro seguinte, de forma consolidada, apresenta os fundos próprios elegíveis e os requisitos de capital de Solvência II da TPIF Douro Consolidada:



### Requisito de capital de solvência

u: milhares euros

	2020	2021
<b>Rácio de Capital de Solvência</b>	<b>287,1%</b>	<b>216,2%</b>
Fundos Próprios	27 737	25 887
<b>Requisito de Capital de Solvência</b>	<b>9 661</b>	<b>11 975</b>
Ajustamento	-2 591	-3 226
Risco Operacional	1 516	1 633
<b>Requisito de Capital de Solvência Básico</b>	<b>10 736</b>	<b>13 567</b>
Efeito de diversificação	-5 079	-6 412
Soma das componentes de risco	15 815	19 980
Risco Mercado	2 338	3 978
Risco contraparte	1 427	1 678
Risco Saúde	4 391	4 813
Risco Não-Vida	7 659	9 510

## 4.7. Capital e Resultado

### 4.7.1. Evolução do Capital

A 31 de dezembro de 2021 o capital consolidado do Grupo TPIF Douro era de 29.545.343 euros.

O capital social da Caravela, foi aumentado por deliberação da Assembleia Geral de 9 de julho de 2019 e consequente autorização da ASF em 17 de dezembro de 2019, para 44.388.315,20 euros, tendo em dezembro último sido realizada a última prestação no valor de 10.000.000,00 euros, em que a TPIF contribuiu com 8.225.002,00 euros.

### 4.7.2. Resultado do Exercício de 2021

O resultado bruto consolidado apurado no final de 2021 foi de 1.476.708,62 euros, o qual deduzido dos impostos sobre o rendimento estimados conduziu a um resultado líquido de 1.407.285,74 euros.

## 5. Impacto COVID-19 e Evolução para 2022

Os efeitos da Pandemia COVID-19 que se sentiram em 2021, foram uma continuidade dos avanços e recuos da economia, provocados pelos confinamentos que resultaram das várias variantes que foram aparecendo.

O impacto já sentido em 2021 pode ser dividido em 3 grandes áreas:

- Redução do volume de negócio resultante da renegociação e alteração dos contratos em vigor, e aumento do nível de descontos comerciais como forma de retenção dos clientes neste momento adverso;
- Decréscimo dos índices de cobrança e aumento dos respetivos prazos como consequência direta da implementação de moratórias para pagamento de prémios de seguro e negociações de planos de pagamento e necessidade de reforço dos níveis de provisionamento relativo a recibos em cobrança;
- Necessidade de reforço dos níveis de provisionamento de sinistros para os ramos de Acidentes de Trabalho e Automóvel, para fazer face a um aumento inevitável da frequência no período pós-Pandemia.

Com o efeito conjunto do programa de vacinação e da imunidade de grupo, é previsível que a recuperação nos níveis de atividade do setor segurador do período pré-pandemia se verifique a partir do 2º trimestre de 2022.

As principais prioridades para 2022 são:

- Manter um elevado nível de qualidade na satisfação das necessidades dos nossos clientes;
- Desenvolver soluções que possam ir ao encontro dos novos desafios pós-pandemia, nomeadamente as tensões inflacionistas;
- Adequar a política de Investimentos Financeiros a um contexto de subida da inflação;
- Desenhar uma nova estratégia comercial de modo a posicionar a Caravela no apoio aos clientes e parceiros de negócio no paradigma pós-pandemia;
- Finalmente, sendo a responsabilidade social um objetivo intrínseco à atividade seguradora, é intenção da Caravela, num momento socialmente complicado como aquele em que vivemos, manter o seu empenhamento em implementar princípios orientadores nas áreas de bem-estar social e ambiental, quer a nível interno quer estendendo essa ação à comunidade, adotando progressivamente as políticas ESG (*Environmental, Social and Governance*).

Adicionalmente, em data posterior à conclusão deste relatório, importa referir que o Conselho de Administração se encontra a acompanhar de forma atenta o desenrolar da atual situação de conflito na Ucrânia e as suas possíveis repercussões na economia a nível nacional e mundial, que, nesta data, não são possíveis antecipar com fiabilidade. A evolução e as consequências deste conflito poderão vir a ter impacto sobre a atividade da Companhia.

## 6. Considerações Finais

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento a todos os Clientes, Agentes e Resseguradores, bem como a todos os Colaboradores, pela sua participação ativa e construtiva na vida da Companhia.

Regista igualmente, com apreço, a ação do Conselho Fiscal no acompanhamento e aconselhamento concedidos no decorrer do exercício.

O Conselho de Administração reitera o agradecimento à Autoridade de Supervisão dos Seguros e Fundos de Pensões por todo o apoio recebido, bem como à Associação Portuguesa de Seguradores pelo trabalho desenvolvido em prol do mercado segurador português.

A gestão está constantemente a monitorizar o impacto potencial da atual crise relacionada com o conflito entre a Rússia e a Ucrânia nas atividades e ativos da Companhia. A gestão confirma que não identificou qualquer impacto sobre as operações da Companhia.

Finalmente, ao concluir este relatório, o Conselho de Administração expressa aos Senhores Acionistas o seu reconhecimento pelo apoio e confiança demonstrados na equipa de gestão da Companhia durante o exercício agora terminado.

Luxemburgo, 17 de maio de 2022

O Conselho de Administração,

---

Taavi Davies

---

Benoni Dufour

Relatório e Contas - Consolidado 2021

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO  
FINANCEIRA**

## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (1/2)

U: Euro

Notas do Anexo	Demonstração da Posição Financeira em 31.12.2021	Exercício		Exercício anterior	
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos		Valor Líquido
	<b>ATIVO</b>				
7	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3 018 323,01		3 018 323,01	2 601 706,84
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2 402,00		2 402,00	2 400,00
	Ativos financeiros detidos para negociação	0,00		0,00	0,00
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e	0,00		0,00	0,00
	Derivados de cobertura	0,00		0,00	0,00
6	Ativos disponíveis para venda	50 325 545,28	84 866,40	50 240 678,88	43 242 281,73
3.2.2	Empréstimos e contas a receber	1 391 311,09	0,00	1 391 311,09	1 485 779,62
	Depósitos junto de empresas cedentes	0,00		0,00	0,00
3.2.2	Outros depósitos	1 367 455,09		1 367 455,09	1 365 039,89
3.2.2	Empréstimos concedidos	23 856,00		23 856,00	120 739,73
	Contas a receber	0,00		0,00	0,00
	Outros	0,00		0,00	0,00
	Investimentos a deter até à maturidade	0,00		0,00	0,00
3.3.1-8	Terrenos e edifícios	4 343 752,40	0,00	4 343 752,40	591 303,51
	Terrenos e edifícios de uso próprio	0,00		0,00	0,00
3.3.1-8	Terrenos e edifícios de rendimento	4 343 752,40		4 343 752,40	591 303,51
9	Outros activos tangíveis	1 406 181,28	597 637,08	808 544,20	1 043 336,00
	Inventários	42 009,21		42 009,21	41 504,35
	Ativos sob direito de uso	0,00		0,00	0,00
	Goodwill	0,00		0,00	0,00
3.4-11	Outros activos intangíveis	2 853 906,37	1 203 421,05	1 650 485,32	1 098 502,70
5.1.3	Provisões técnicas de resseguro cedido	16 327 915,41	0,00	16 327 915,41	12 648 796,67
5.1.2-5.1.3	Provisão para prémios não adquiridos	1 297 621,39		1 297 621,39	813 085,83
	Provisão matemática do ramo vida	0,00		0,00	0,00
5.1.1-5.1.3	Provisão para sinistros	15 030 294,02		15 030 294,02	11 835 710,83
	Provisão para participação nos resultados	0,00		0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa	0,00		0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira	0,00		0,00	0,00
	Outras provisões técnicas	0,00		0,00	0,00
	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	0,00		0,00	0,00
3.9.1-12	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	7 928 748,97	1 133 547,52	6 795 201,45	5 471 428,16
3.8.1-3.8.2-3.9.1-12	Contas a receber por operações de seguro directo	7 162 725,12	1 113 688,31	6 049 036,81	4 869 500,31
3.9.1-5.4-12	Contas a receber por outras operações de resseguro	496 041,39	0,00	496 041,39	147 101,44
3.8.2-3.9.1-12	Contas a receber por outras operações	269 982,46	19 859,21	250 123,25	454 827,40
21	Activos por impostos	406 451,62	0,00	406 451,62	560 060,82
21	Ativos por impostos correntes	386 293,64		386 293,64	149 257,42
21	Ativos por impostos diferidos	20 157,98		20 157,98	410 803,40
3.9.3	Acréscimos e diferimentos	161 012,25		161 012,25	166 805,59
	Outros elementos do ativo	1 326 415,29		1 326 415,29	1 441 324,00
	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	0,00		0,00	0,00
	<b>TOTAL ATIVO</b>	89 533 974,18	3 019 472,05	86 514 502,13	70 395 231,99

Conselho de Administração

## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (2/2)

U: Euro

Notas do Anexo	Demonstração da Posição Financeira em 31.12.2021	Exercício	Exercício anterior
	<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		
	<b>PASSIVO</b>		
5.1.3	Provisões técnicas	48 217 555,77	38 954 968,22
3.7.1-5.1.2-5.1.3	Provisão para prémios não adquiridos	11 300 665,91	9 776 414,28
	Provisão matemática do ramo vida	0,00	0,00
3.7.2-5.1.3	Provisão para sinistros	36 771 394,03	29 050 362,23
	De vida	0,00	0,00
5.1.3	De acidentes de trabalho	20 312 969,25	16 137 617,29
5.1.3	De outros ramos	16 458 424,78	12 912 744,94
	Provisão para participação nos resultados	0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa	0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira	0,00	0,00
3.7.4-5.1.3	Provisão para desvios de sinistralidade	145 495,83	128 191,71
3.7.3-5.1.3	Provisão para riscos em curso	0,00	0,00
	Outras provisões técnicas	0,00	0,00
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	0,00	0,00
3.2.3.	Outros passivos financeiros	915 902,54	1 086 863,52
	Derivados de cobertura	0,00	0,00
	Passivos subordinados	0,00	0,00
3.2.3	Depósitos recebidos de resseguradores	254 374,59	248 376,46
3.2.3-3.8.6	Outros	661 527,95	838 487,06
3.6-20	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	83 712,22	72 063,79
3.9.2	Outros credores por operações de seguros e outras operações	5 069 132,58	3 733 935,51
3.9.2	Contas a pagar por operações de seguro directo	2 789 197,10	2 394 116,38
3.9.2	Contas a pagar por outras operações de resseguro	1 903 986,97	962 958,11
3.9.2	Contas a pagar por outras operações	375 948,51	376 861,02
21	Passivos por impostos	1 916 384,28	1 726 825,29
21	Passivos por impostos correntes	1 896 210,06	1 549 805,11
21	Passivos por impostos diferidos	20 174,22	177 020,17
3.9.3	Acréscimos e diferimentos	750 404,15	674 587,63
	Outras Provisões	0,00	0,00
	Outros elementos do passivo	16 068,00	4 646,00
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	0,00	0,00
	<b>TOTAL PASSIVO</b>	56 969 159,55	46 253 889,96
	<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		
22	Capital	212 000,00	212 000,00
	(Ações Próprias)	0,00	0,00
	Outros instrumentos de capital	20 198 739,00	20 151 214,00
23	Reservas de reavaliação	-7 452 013,19	-3 101 202,92
	Por ajustamentos no justo valor de investimntos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-7 452 013,19	-3 101 202,92
23	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	0,00	0,00
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	0,00	0,00
	Por revalorização de activos intangíveis	0,00	0,00
	Por revalorização de outros ativos tangíveis	0,00	0,00
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	0,00	0,00
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	0,00	0,00
	De diferenças de câmbio	0,00	0,00
23	Reserva por impostos diferidos	0,00	0,00
23	Outras reservas	11 461 050,00	3 161 050,00
22	Resultados transitados	3 718 281,04	1 977 548,33
	Resultado do exercício	1 407 285,74	1 740 732,62
	<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>	29 545 342,59	24 141 342,03
	Interesses Minoritários	0,00	0,00
	<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES MINORITÁTIOS</b>	29 545 342,59	24 141 342,03
	<b>TOTAL PASSIVO, INTERESSES MINORITÁRIOS E CAPITAL PRÓPRIO</b>	86 514 502,13	70 395 231,99

Nota: Os Resultados transitados da Caravela antes de 1 de janeiro de 2019 foram tratados como reservas de consolidação.

Conselho de Administração

Relatório e Contas - Consolidado 2021

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**CONTAS DE GANHOS E PERDAS**

**CONTAS DE GANHOS E PERDAS (1/2)**

U: Euro

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas em 31.12.2021	Exercício				Exercício anterior
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
13	Prémios adquiridos líquidos de resseguro		41 356 172,33		41 356 172,33	34 419 674,99
	Prémios brutos emitidos		55 862 512,11		55 862 512,11	48 345 071,23
	Prémios de resseguro cedido		13 648 620,48		13 648 620,48	11 728 781,17
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)		1 415 508,14		1 415 508,14	2 322 857,35
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		557 788,84		557 788,84	126 242,28
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços		0,00		0,00	0,00
5.1.1	Custos com sinistros, líquidos de resseguro		29 529 699,89		29 529 699,89	23 351 348,52
5.1.1	Montantes pagos		25 075 830,23		25 075 830,23	20 221 032,69
5.1.1	Montantes brutos		30 770 529,46		30 770 529,46	24 171 295,55
5.1.1	Parte dos resseguradores		5 694 699,23		5 694 699,23	3 950 262,85
5.1.1	Provisão para sinistros (variação)		4 453 869,65		4 453 869,65	3 130 315,83
5.1.1	Montante bruto		7 557 362,61		7 557 362,61	7 166 098,59
5.1.1	Parte dos resseguradores		3 103 492,94		3 103 492,94	4 035 782,76
5.1.3	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro		17 304,12		17 304,12	15 202,95
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro				0,00	0,00
	Montante bruto				0,00	0,00
	Parte dos resseguradores				0,00	0,00
	Participação nos resultados, líquida de resseguro		0,00		0,00	0,00
13-18	Custos e gastos de exploração líquidos		9 995 236,31		9 995 236,31	9 046 017,11
13-18	Custos de aquisição		10 431 802,66		10 431 802,66	9 240 243,50
13-18	Custos de aquisição diferidos (variação)		181 996,76		181 996,76	-124 850,32
13-18	Gastos administrativos		1 782 484,19		1 782 484,19	1 627 643,77
	Comissões e participação nos resultados de resseguro		2 401 047,31		2 401 047,31	1 697 019,84
14	Rendimentos		543 614,82	0,00	543 614,82	230 780,64
14	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		543 614,82	0,00	543 614,82	230 780,64
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros		0,00	0,00	0,00	0,00
3.9.5	Gastos financeiros		150 377,48	0,00	150 377,48	142 433,10
3.9.5	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		150 377,48	0,00	150 377,48	142 433,10
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros		0,00	0,00	0,00	0,00

**Conselho de Administração**



2021

**CONTAS DE GANHOS E PERDAS (2/2)**

U: Euro

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas em 31.12.2021	Exercício				Exercício anterior
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
15	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas		225 176,92	0,00	225 176,92	81 645,75
15	De ativos disponíveis para venda		225 176,92	0,00	225 176,92	81 645,75
	De empréstimos e contas a receber		0,00	0,00	0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade		0,00	0,00	0,00	0,00
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		0,00	0,00	0,00	0,00
	De outros		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Diferenças de câmbio		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		0,00	0,00	0,00	0,00
16	Perdas de imparidade (líquidas reversão)		-27 378,50	0,00	-27 378,50	-72 269,23
16	De activos disponíveis para venda		-27 378,50	0,00	-27 378,50	-72 269,23
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado		0,00	0,00	0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade		0,00	0,00	0,00	0,00
	De outros		0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras provisões (variação)		0,00	0,00	0,00	0,00
3.9.4	Outros rendimentos/gastos		0,00	-983 018,15	-983 018,15	-427 106,58
	<i>Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas</i>		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos e perdas de activos não correntes não correntes (ou grupos para alienação) classificados como		0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES MINORITÁRIOS</b>		2 459 724,77	-983 018,15	1 476 706,62	1 822 262,35
21	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes		0,00	64 323,76	64 323,76	65 269,16
21	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos		0,00	5 097,12	5 097,12	16 260,58
	<b>RESULTADO APÓS IMPOSTOS E ANTES INTERESSES MINORITÁRIOS</b>		2 459 724,77	-1 052 439,03	1 407 285,73	1 740 733,62
	Interesses minoritários		0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		2 459 724,77	-1 052 439,03	1 407 285,73	1 740 733,62

**Conselho de Administração**

Relatório e Contas – Consolidado 2021

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO  
CAPITAL PRÓPRIO**

2021

## DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

2021  
U: Euro

Notas do Anexo	DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	Capital social	Outros instrumentos de capital	Reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
	<b>Demonstração da posição financeira a 31-12-2021</b>	212 000,00	20 151 214,00	-3 101 202,92	0,00	0,00	3 161 050,00	1 977 548,33	1 740 732,62	24 141 342,03
	Correcções de erros (IAS 8)									0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)									0,00
22	<b>Demonstração da posição financeira de abertura alterado</b>	212 000,00	20 151 214,00	-3 101 202,92	0,00	0,00	3 161 050,00	1 977 548,33	1 740 732,62	24 141 342,03
	Aumentos/reduções de capital		47 525,00				8 300 000,00			8 347 525,00
23	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis			-697 105,93						-697 105,93
23	Ajustamentos por reconhecimento de impostos				156 845,96					156 845,96
23	Aumentos de reservas por aplicação de resultados									0,00
	Distribuição de lucros/prejuízos									0,00
	Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no			-3 653 704,35	-156 845,96			0,09		-3 810 550,21
22	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas							1 740 732,62	-1 740 732,62	0,00
22	<b>Total das variações do capital próprio</b>	0,00	47 525,00	-4 350 810,28	0,00	0,00	8 300 000,00	1 740 732,71	-1 740 732,62	3 996 714,81
	Resultado líquido do período									1 407 285,74
	Distribuição antecipada de lucros									0,00
	<b>Demonstração da posição financeira a 31-12-2021</b>	<b>212 000,00</b>	<b>20 198 739,00</b>	<b>-7 452 013,19</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11 461 050,00</b>	<b>3 718 281,04</b>	<b>1 407 285,74</b>	<b>29 545 342,59</b>

2020  
U: Euro

Notas do Anexo	DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	Capital social	Outros instrumentos de capital	Reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
	<b>Demonstração da posição financeira a 31-12-2019</b>	212 000,00	12 572 700,00	-29 790,77	0,00	0,00	1 927 300,00	0,00	1 977 548,33	16 659 757,56
	Correcções de erros (IAS 8)									0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)									0,00
22	<b>Demonstração da posição financeira de abertura alterado</b>	212 000,00	12 572 700,00	-29 790,77	0,00	0,00	1 927 300,00	0,00	1 977 548,33	16 659 757,56
	Aumentos/reduções de capital		7 578 514,00				1 233 750,00			8 812 264,00
23	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda			456 239,22						456 239,22
23	Ajustamentos por reconhecimento de impostos				-102 650,94					-102 650,94
23	Aumentos de reservas por aplicação de resultados									0,00
	Distribuição de lucros/prejuízos									0,00
	Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no			-3 527 651,36	102 650,94					-3 425 000,42
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							1 977 548,33	-1 977 548,33	0,00
22	<b>Total das variações do capital próprio</b>	0,00	7 578 514,00	-3 071 412,15	0,00	0,00	1 233 750,00	1 977 548,33	-1 977 548,33	5 740 851,85
	Resultado líquido do período									1 740 732,62
22	Distribuição antecipada de lucros									0,00
	<b>Demonstração da posição financeira a 31-12-2020</b>	<b>212 000,00</b>	<b>20 151 214,00</b>	<b>-3 101 202,92</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3 161 050,00</b>	<b>1 977 548,33</b>	<b>1 740 732,62</b>	<b>24 141 342,03</b>

Conselho de Administração

Relatório e Contas - Consolidado 2021

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**DEMONSTRAÇÃO DO**

**RENDIMENTO INTEGRAL**

## DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

		U: Euro	
Notas do Anexo		Total	Total
		Exercício	Exercício anterior
	<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>1 407 285,74</b>	<b>1 740 732,62</b>
	<b>Outro rendimento integral do exercício</b>	<b>-853 951,89</b>	<b>353 588,28</b>
	Ativos financeiros disponíveis para venda	-697 105,93	456 239,22
23	Ganhos e perdas líquidos	-697 105,93	456 239,22
	Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício	0,00	0,00
	Imparidade	0,00	0,00
	Alienação	0,00	0,00
23	Impostos	156 845,96	102 650,94
	Ganhos e perdas líquidos em diferenças cambiais	0,00	0,00
	Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
	Outros movimentos	0,00	0,00
	<b>Total do rendimento integral líquido de impostos</b>	<b>553 333,86</b>	<b>2 094 320,89</b>

Conselho de Administração

Relatório e Contas - Consolidado 2021

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**DEMONSTRAÇÃO DOS**

**FLUXOS DE CAIXA**

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

U: Euro

	2021	2020		
<b>Actividades Operacionais:</b>				
Recebimento de clientes	56 949 862,21	48 527 711,86		
Pagamentos a fornecedores	-2 782 109,28	-2 492 328,96		
Pagamentos ao pessoal	-3 221 414,40	-3 072 370,08		
Contribuições para o fundo de pensões	-30 471,36	-33 481,92		
<i>Fluxo gerado pelas operações</i>	<u>50 915 867,17</u>	<u>42 929 530,90</u>	50 915 867,17	42 929 530,90
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-190 643,04	-79 872,96		
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional:				
Pagamentos de sinistros	-29 347 471,93	-22 861 426,85		
Recebimentos/pagamentos de resseguro	-4 510 463,76	-5 825 256,96		
Recebimentos/pagamentos de co-seguro	93 599,04	135 768,00		
Recebimentos/pagamentos de outros impostos e taxas	-7 195 234,56	-6 160 355,04		
Outros recebimentos/pagamentos	-2 548 657,99	-2 428 224,74		
<i>Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias</i>	<u>7 216 994,92</u>	<u>5 710 162,36</u>	7 216 994,92	5 710 162,36
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	0,00	0,00		
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-11 092,32	-11 092,32		
<i>Fluxo das actividades operacionais (1)</i>	<u>-11 092,32</u>	<u>-579,84</u>	<u>7 205 902,60</u>	<u>5 709 582,52</u>
<b>Actividades de Investimento:</b>				
<i>Recebimentos provenientes de:</i>				
Investimentos financeiros	22 271 071,40	9 620 530,72		
Activos Tangíveis	0,00	8 160,00		
Activos Intangíveis	0,00	0,00		
Subsídios de investimento	0,00	0,00		
Juros e proveitos similares	520 818,77	406 327,20		
Dividendos	135 986,39	3 021,60		
Outros recebimentos relativos à actividade de investimento	27 378,50	14 400,00	22 955 255,05	10 052 439,52
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>				
Investimentos financeiros	33 224 923,38	22 706 449,44		
Activos Tangíveis	3 669 753,34	50 559,36		
Activos Intangíveis	928 111,66	291 076,80		
Outros pagamentos relativos à actividade de investimento	102 588,41	58 381,44	37 925 376,79	23 106 467,04
<i>Fluxo das actividades de investimento (2)</i>	<u>102 588,41</u>	<u>58 381,44</u>	<u>-14 970 121,74</u>	<u>-13 054 027,52</u>
<b>Actividades de Financiamento:</b>				
<i>Recebimentos provenientes de:</i>				
Empréstimos obtidos	0,00	0,00		
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	8 300 000,00	7 809 339,00		
Subsídios e doações	0,00	0,00		
Venda de acções próprias	0,00	0,00		
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00		
Outros recebimentos relativos à actividade de financiamento	0,00	0,00	8 300 000,00	7 809 339,00
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>				
Empréstimos obtidos	58 947,00	813 994,59		
Amortização de contratos de locação financeira	37 199,70	40 494,72		
Juros e custos similares	2 885,63	1 852,32		
Dividendos	0,00	0,00		
Redução de capital e prestações suplementares	0,00	0,00		
Aquisição de acções próprias	0,00	0,00		
Outros pagamentos relativos à actividade de financiamento	17 717,28	17 712,00	116 749,61	874 053,63
<i>Fluxo das actividades de financiamento (3)</i>	<u>17 717,28</u>	<u>17 712,00</u>	<u>8 183 250,39</u>	<u>6 935 285,37</u>
<b>Variações de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)</b>			419 031,25	-409 152,63
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			0,00	0,00
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período (*)</b>			3 966 747,14	4 375 906,77
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período (*)</b>			<u>4 385 778,39</u>	<u>3 966 747,14</u>

(\*) Esta linha inclui Caixa, seus equivalentes e depósitos à vista e Outros depósitos

Conselho de Administração

Relatório e Contas – Consolidado 2021

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES**  
**FINANCEIRAS**



## 1. Informações Gerais

A Sociedade anónima privada (*Société à responsabilité limitée*), doravante designada por Sociedade, foi constituída sob o nome "TPIF Douro Bidco S.à r.l.". A Sociedade foi constituída em 27 de junho de 2019 e rege-se pelos seus Estatutos e pelas Leis do Grão-Ducado do Luxemburgo, nomeadamente a Lei de 10 de agosto de 1915 sobre Empresas Comerciais. A Sociedade está constituída por um período ilimitado.

A sede da Sociedade situa-se em 20, rue de la Poste, L-2346 Luxemburgo, Grão-Ducado do Luxemburgo - R.C.S. Luxemburgo: B235880.

De acordo com os seus estatutos, o objetivo da Sociedade é a aquisição e detenção direta ou indireta de participações/interesses, sob qualquer forma, no Luxemburgo e/ou empresas estrangeiras, bem como a administração, desenvolvimento, gestão e alienação das mesmas. Isto inclui, sem limitação, o investimento e aquisição e alienação de qualquer tipo de capital próprio ou instrumento de dívida em qualquer combinação.

A Companhia pode ainda utilizar os seus fundos para investir em imóveis e outros direitos de propriedade imobiliária, direitos de propriedade intelectual e quaisquer outros ativos móveis ou imóveis sob qualquer forma ou de qualquer tipo.

Não obstante o que precede, a Sociedade não celebrará qualquer transação que a envolva numa atividade regulamentada ou que exija que a Sociedade possua uma licença ou autorização que não tenha obtido.

A 10 de Setembro de 2020, foi aprovada uma resolução para liquidar a TPIF SPV 3 LP, que era o anterior e único acionista da Companhia, e concluída uma transferência em espécie para a Tosca Coinvest SCA SICAV-RAIF. Em 2021 a TPIF SPV 3 LP foi totalmente liquidada.

Com vigência a partir de 10 de setembro de 2020, o único acionista da Companhia é a Tosca Coinvest SCA SICAV-RAIF (doravante "Coinvest"), uma sociedade limitada por ações (*société en comandite par actions*) com sede social em 20, rue de la Poste, L-2346 Luxemburgo, Grão-Ducado do Luxemburgo – RCS Luxemburgo: B239347.

Em 17 de Dezembro de 2021, foi transferido um financiamento adicional de capital do único acionista, para financiar o investimento na Caravela – Companhia de Seguros S.A. no montante de 8.300.000 euros (23 de Dezembro de 2020: 1.233.750 euros), resultando num aumento do prémio de emissão.

Todos os valores do presente Anexo às Demonstrações Financeiras estão expressos em euros, com arredondamento à unidade, salvo se expressamente indicada outra unidade.

## 2. Informação por Segmentos

A totalidade do negócio da Companhia é proveniente de contratos de seguro dos ramos Não Vida celebrados em Portugal, pelo que existe apenas um Segmento Geográfico, sendo a distribuição por linhas de negócios em 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresentada na página seguinte:

2021								
U:Euro								
Rúbrica	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo e Transportes	Mercadorias Transportadas	R.Civil Geral	Diversos	TOTAL
Prémios brutos emitidos	31 777 141	11 243 946	64 702 116	152 690	217 743	1 515 703	6 770 896	116 380 234
Prémios resseguro cedido	10 734 916	8 955 224	8 433 209	121 408	162 222	27 646	0	28 434 626
Prémios brutos adquiridos	31 499 278	9 958 407	63 566 669	144 246	225 534	1 491 747	6 545 378	113 431 258
Prémios brutos adquiridos de resseguro	10 708 648	7 822 494	8 430 949	115 479	167 426	27 646	-76	27 272 566
Resultado dos Investimentos	601 879	105 763	570 380	3 302	988	22 025	41 065	1 345 402
Custos com sinistros brutos	22 247 377	6 734 982	45 502 131	189 184	71 193	479 009	4 625 899	79 849 775
Parte dos resseguradores nos custos com sinistros	9 575 817	5 036 640	3 449 311	197 002	29 648	41 150	0	18 329 567
Variação de outras provisões técnicas	4 335	184 050	0	2 071	-1 821	0	27	188 661
Custos e gastos de exploração brutos	8 692 577	2 971 208	13 340 255	31 228	57 984	371 110	208 616	25 672 980
Comissões e participação nos resultados de resseguro	1 288 642	3 290 582	320 914	48 354	53 481	209	0	5 002 182
<b>Resultado técnico</b>	<b>1 312 679</b>	<b>678 657</b>	<b>633 939</b>	<b>54 941</b>	<b>14 869</b>	<b>677 365</b>	<b>1 751 977</b>	<b>5 124 427</b>
Outros rendimentos/gastos não técnicos								-1 584 092
<b>Resultado não técnico</b>								<b>-1 584 092</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>								<b>3 540 335</b>
Provisões técnicas de seguro directo	43 900 467	8 922 211	46 626 744	263 292	80 155	1 792 457	3 383 496	104 968 822

2020								
U:Euro								
Rúbrica	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo e Transportes	Mercadorias Transportadas	R.Civil Geral	Diversos	TOTAL
Prémios brutos emitidos	26 097 628	8 676 000	58 284 314	193 670	259 789	1 306 001	5 901 495	100 718 896
Prémios resseguro cedido	8 846 214	6 564 240	8 719 972	89 699	177 416	37 419	0	24 434 961
Prémios brutos adquiridos	25 930 306	8 340 581	54 560 753	184 174	266 084	1 261 822	5 335 890	95 879 610
Prémios brutos adquiridos de resseguro	8 844 309	6 303 124	8 722 052	83 042	182 009	37 419	0	24 171 956
Resultado dos Investimentos	284 332	23 959	173 439	556	473	8 355	13 600	504 714
Custos com sinistros brutos	18 308 209	4 473 953	37 422 397	116 490	87 271	1 147 449	3 730 469	65 286 238
Parte dos resseguradores nos custos com sinistros	8 067 764	3 415 619	4 944 131	113 018	81 917	15 147	0	16 637 595
Variação de outras provisões técnicas	2 443	114 880	0	2 279	-1 608	0	0	117 994
Custos e gastos de exploração brutos	5 698 218	2 263 654	13 463 761	42 064	65 851	329 105	432 352	22 295 005
Comissões e participação nos resultados de resseguro	876 005	2 237 039	305 984	49 571	66 617	243	0	3 535 458
<b>Resultado técnico</b>	<b>2 305 227</b>	<b>861 585</b>	<b>376 096</b>	<b>103 444</b>	<b>81 567</b>	<b>-228 406</b>	<b>1 186 670</b>	<b>4 686 183</b>
Outros rendimentos/gastos não técnicos								-557 795
<b>Resultado não técnico</b>								<b>-557 795</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>								<b>4 128 388</b>
Provisões técnicas de seguro directo	35 098 189	5 659 132	39 998 340	126 424	107 398	1 835 238	3 073 593	85 898 313

## 3. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

A. As políticas contabilísticas e as regras de avaliação são, para além das estabelecidas pela Lei de 2002, determinadas e aplicadas pelo Conselho de Administração.

Sendo a Caravela – Companhia de Seguros S.A. a única entidade consolidada, as políticas contabilísticas e as regras de avaliação assumidas correspondem às aplicadas nessa entidade.

**B. Durante o exercício financeiro de 2021, foram feitas alterações a certas normas contabilísticas, nomeadamente:**

1) IFRS 16 – “Bonificações de rendas relacionadas com a Covid-19”

Perante a pandemia global provocada pelo novo coronavírus (COVID-19), os locadores têm atribuído benefícios aos locatários, relativamente às rendas de locação, as quais podem assumir diferentes formatos, como a redução, o perdão ou o diferimento das rendas contratualizadas.

Esta alteração à IFRS 16 introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, e exclusivamente estas bonificações, qualificam como modificações às locações.

Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(ais) o evento ou condição que leva à redução de pagamento ocorre.

O expediente prático apenas é aplicável quando se verificam cumulativamente as seguintes condições:

- A alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração;
- Qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos a, ou antes de 30 de junho de 2021; e
- Não existem alterações substantivas a outros termos e condições da locação.

Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou outra componente de capital próprio, conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2020/1434, de 9 de outubro.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de junho de 2020.

2) IFRS 4 - “Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9”

Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 - Contratos de Seguro.

Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4, adia de 2021 para 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 com o objetivo de alinhar a data efetiva desta última com a da nova versão da IFRS 17, que foi sujeita a alterações em maio de 2020.

Esta isenção, é opcional, e apenas se aplica às entidades que desenvolvam substancialmente atividade seguradora.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2020/2097, de 15 de dezembro.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021

### 3) IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 - “Reforma das taxas de juro de referência– fase 2”

Estando o processo de reforma das taxas de juro de referência (*IBOR reform*) ainda em curso nos diferentes mercados financeiros, as alterações às normas introduzidas pelo IASB, nesta segunda fase, tratam de questões que surgem na contabilização dos instrumentos financeiros indexados a estas taxas devido à substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, e preveem a aplicação de isenções como:

- Alterações na designação e documentação de cobertura;
- Reciclagem de valores acumulados na reserva de cobertura de fluxos de caixa;
- Avaliação retrospectiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39;
- Alterações nas relações de cobertura para grupos de instrumentos;
- presunção de que uma taxa de referência alternativa designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2021/25, de 13 de janeiro.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021.

## **C. Alterações às normas e novas normas efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2022**

### 1) IAS 16 – “Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento”

Esta norma faz parte das alterações de âmbito específico (*narrow scope amendments*) publicadas pelo IASB em maio de 2020.

Com esta alteração a IAS 16 – ‘Ativos fixos tangíveis’ passa a proibir a dedução dos montantes recebidos como contraprestação, por itens vendidos que resultaram da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis (“*outputs*”), ao valor contabilístico desses mesmos ativos.

A contraprestação recebida pela venda dos “*outputs*” obtidos durante a fase de testes dos ativos fixos tangíveis deve ser reconhecida em resultados do exercício, de acordo com os normativos aplicáveis, assim como os gastos diretamente relacionados.

Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2021/1080, de 28 de junho.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro 2022.

## 2) IFRS 3 – “Referência à Estrutura Conceptual”

Esta norma faz parte das alterações de âmbito específico (narrow scope amendments) publicadas pelo IASB em maio de 2020.

Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais.

A alteração também introduz referências aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração de atividades empresariais.

Esta alteração é de aplicação prospetiva.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2021/1080, de 28 de junho.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.

## 3) IAS 37 - “Contratos Onerosos – custos de cumprir com um contrato”

Esta norma faz parte das alterações de âmbito específico (narrow scope amendments) publicadas pelo IASB em maio de 2020.

Esta alteração especifica quais são os custos que a entidade deve considerar quando está a avaliar se um contrato é ou não oneroso. Apenas os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato são aceites, e estes podem incluir:

- os custos incrementais para cumprir o contrato como a mão-de-obra direta e materiais;
- a alocação de outros gastos que se relacionem diretamente com o cumprimento do contrato, como por exemplo a alocação dos gastos de depreciação de um dado ativo fixo tangível utilizado para realizar o contrato.

Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. Qualquer impacto deverá ser reconhecido por contrapartida de resultados transitados nessa mesma data.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2021/1080, de 28 de junho

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.

4) IFRS 16 – “Locações – Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021”

A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 – ‘Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19’ de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022.

As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que:

- Caso o locatário já esteja a aplicar o expediente prático de 2020, terá de continuar a aplicá-lo a todos os contratos de locação com características similares, e em condições comparáveis;
- Caso o locatário não tenha aplicado o expediente prático às bonificações de rendas elegíveis de 2020, não poderá aplicar a extensão à alteração de 2020.

Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados do período de relato anual em que o locatário aplica esta alteração pela primeira vez.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º. 2021/1421, de 30 de agosto.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de abril de 2021, sendo permitida a adoção antecipada, contingente da adoção da primeira alteração à IFRS 16.

#### **D. Ciclo Anual de melhorias 2018-2020**

1) “IFRS 1 – Subsidiária enquanto adotante das IFES pela primeira vez”

As subsidiárias que se tornem adotantes das IFRS pela primeira vez após a sua empresa-mãe, e que optem por mensurar os seus ativos e passivos com base nos valores contabilísticos expressos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe, podem mensurar as diferenças de transposição acumuladas para todas as operações expressas em moeda estrangeira, pelos valores que seriam apurados nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe, baseado na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.

Esta melhoria é de aplicação prospetiva.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2021/1080, de 28 de junho.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.

2) IFRS 9 - Desreconhecimento de passivos financeiros - custos incorridos a incluir no teste dos “10 por cento de variação”

Esta melhoria clarifica que no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, deve-se determinar o valor líquido entre honorários pagos e honorários recebidos, considerando apenas os honorários pagos ou recebidos entre o mutuário e o financiador, incluindo honorários pagos ou recebidos, por qualquer uma das entidades em nome da outra.

Esta melhoria é de aplicação prospetiva.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2021/1080, de 28 de junho.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022. contratualizadas.

3) IFRS 16 – “Incentivos de locação”

A melhoria introduzida corresponde à alteração do exemplo ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16, de forma a eliminar uma inconsistência no tratamento contabilístico de incentivos atribuídos pelo locador ao locatário.

Esta melhoria é de aplicação prospetiva.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2021/1080, de 28 de junho.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022

4) IAS 41 – “Tributação e mensuração de justo valor”

Esta melhoria elimina o requisito de exclusão dos fluxos de caixa fiscais, da mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios da IFRS 13 – ‘Justo valor’.

Esta melhoria é de aplicação prospetiva.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2021/1080, de 28 de junho.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.

5) IFRS 17 - “Contratos de seguro (emitida a 18.05.2017); incluindo alterações à IFRS 17 (emitida a 25.06.2020)”

A IFRS 17 substitui a IFRS 4 - “Contratos de seguro”, a norma que vigora de forma interina desde 2004. A IFRS 17 é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.

Para os contratos de serviços de taxa fixa, cujo principal objetivo é a prestação de serviços, as entidades têm a opção de contabilizar de acordo com a IFRS 17 ou a IFRS 15. Tal como previsto na IFRS

4, é permitido que os contratos de garantia financeira sejam incluídos no âmbito da IFRS 17, desde que a entidade os tenha explicitamente classificado como contratos de seguro. Os contratos de seguros em que a entidade é a detentora da apólice de seguro não estão no âmbito da IFRS 17 (exceção feita ao resseguro cedido).

A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (building block approach) ou simplificado (premium allocation approach). O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados, ponderados pela probabilidade de ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contratual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. Alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustados contra a margem de serviço contratual, exceto se esta se tornar negativa.

Durante o período de implementação e em resposta a algumas das preocupações e desafios inerentes à implementação da IFRS 17, o IASB publicou em 2020, alterações específicas ao texto inicial da IFRS 17, assim como propostas de clarificação, de modo a simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação.

As alterações efetuadas têm impactos em oito áreas da IFRS 17, tais como:

- i) Âmbito;
- ii) Nível de agregação dos contratos de seguros;
- iii) Reconhecimento;
- iv) Mensuração;
- v) Modificação e desreconhecimento;
- vi) Apresentação da Demonstração da posição financeira;
- vii) Reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e
- viii) Divulgações.

As principais alterações introduzidas à IFRS 17 referem-se a:

- recuperação esperada dos fluxos de caixa de aquisição de ativos por contratos de seguro;
- margem de serviço contratual atribuível aos serviços de investimento;
- exclusão de âmbito de determinados contratos de cartões de crédito (ou similares), assim como alguns contratos de financiamento;



- apresentação de ativos e passivos por contratos de seguro na demonstração da posição financeira em portefólios em vez de grupos;
- aplicabilidade da opção de mitigação de risco, quando se recorre a contratos de resseguro detidos e instrumentos financeiros não derivados ao justo valor através de resultados para mitigar riscos financeiros;
- opção de política contabilística para alterar as estimativas realizadas em períodos intercalares anteriores, quando se aplica a IFRS 17;
- inclusão de pagamentos e recebimentos de imposto sobre o rendimento, especificamente imputáveis ao detentor das apólices segundo os termos do contrato de seguro (quanto ao cumprimento dos fluxos de caixa); e
- expedientes práticos de transição.

A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com isenções previstas para a data de transição.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2021/2036, de 19 de novembro.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

#### **E. Alterações às normas publicadas pelo IASB, ainda não endossadas pela UE**

##### **1) IAS 1 – “Classificação de passivos como correntes ou não correntes”**

Clarificação sobre a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato (a norma deixa de fazer referência a direitos incondicionais, uma vez que os empréstimos raramente são incondicionais ao cumprimento de condições específicas).

A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um dado covenant.

É efetuada uma clarificação adicional relativamente ao significado de ‘liquidação’ de um passivo, que passa a ser definida como a extinção de um passivo através da transferência:

- de caixa ou outros recursos económicos, ou
- de instrumentos de capital próprio da própria entidade.

Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

2) IAS 1 – “Divulgação de políticas contabilísticas”

Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas que passam a ser baseadas na definição de “material” em detrimento de “significativo”.

A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras.

As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas.

O IFRS Practice Statement 2, foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de “material” à divulgação de políticas contabilísticas.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

3) IAS 8 – “Divulgação de estimativas contabilísticas “

Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas.

As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

4) IFRS 12 – ‘Imposto diferido relacionado com os ativos e passivos associados a uma única transação’

A IAS 12 passa a exigir que as entidades registem imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis.

As transações sujeitas referem-se ao registo de:

- i) Ativos sob direito de uso e passivos de locação;

ii) Provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes com os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais.

Estas diferenças temporárias não estão no âmbito da isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos.

O efeito acumulado da aplicação inicial desta alteração é reconhecido como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados (ou outro componente do capital próprio, conforme apropriado) do período comparativo mais antigo apresentado.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

#### 5) IFRS 17 – ‘Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – informação comparativa’

Esta alteração aplica-se somente às entidades seguradoras na sua transição para a IFRS 17, permitindo a adoção de um overlay na classificação de um ativo financeiro para o qual a seguradora não efetua a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. A alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, no que respeita à informação comparativa que deve ser apresentada aquando da aplicação inicial da IFRS 17, estando prevista:

- i) A sua aplicação individual para cada ativo financeiro;
- ii) A apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados ao ativo financeiro, no entanto sem a exigência da aplicação dos requisitos de imparidade da IFRS 9;
- iii) A obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, de modo a determinar como a seguradora espera que esse ativo financeiro seja classificado, consoante a classificação da IFRS 9.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

#### **F. Base de preparação das demonstrações financeiras**

As Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2021 foram preparadas de acordo com o que estabelece o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma Regulamentar n.º 10/2016-R de 15 de setembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Os valores das contas da Demonstração da Posição Financeira e da Conta de Ganhos e Perdas dos exercícios de 2021 e 2020 são comparáveis entre si.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da TPIF Douro Bidco S.à.r.l. em 31 de dezembro de 2021 não estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adotadas pela União Europeia. No entanto, os valores apresentados para 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, respeitam as Normas Internacionais de Relato Financeiro, com as seguintes exceções:

- IFRS 4 - Contratos de seguro - foram adotados apenas os princípios de classificação dos tipos de contratos de seguro.
- IFRS 3 - Consolidação - onde a Caravela foi consolidada através da consolidação proporcional com 48% de participação.
- IFRS 3 - Consolidação - onde os ajustes relacionados com a eliminação do investimento na Caravela são apresentados em capital próprio na rubrica “Reservas de Consolidação”.

Os custos e os proveitos são reconhecidos no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda e das propriedades de investimento, que se encontram registados ao justo valor de mercado.

Sendo os prémios de seguro direto reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respetiva apólice e os sinistros registados aquando da participação, são realizadas determinadas especializações de acordo com as políticas contabilísticas a seguir especificadas, e que foram aplicadas de forma consistente para os períodos indicados.

### **3.1. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem**

Os valores apresentados na Demonstração da Posição Financeira que incluem os valores em caixa e as disponibilidades à ordem em bancos, são facilmente convertíveis em numerário.

### **3.2. Instrumentos Financeiros**

#### **3.2.1. Ativos financeiros disponíveis para venda**

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial e de acordo com a intenção que lhes está subjacente, nomeadamente em “Ativos Financeiros Disponíveis para Venda”, que são ativos que a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado e não classificados como investimentos a deter até à maturidade.

São ativos inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, incluindo os custos de transação, sendo que as variações subsequentes do justo valor são reconhecidas na Reserva de Reavaliação em capital próprio.

O justo valor corresponde ao valor pelo qual estes ativos podem ser transacionados em condições normais de mercados ativos.

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros podem encontrar-se valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 - Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo.

Nível 2 - Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

Nível 3 - Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia distribuem-se pelos Níveis 1 e 3.

No momento da alienação ou do reconhecimento de imparidade, as variações constatadas face ao justo valor são registadas em custos ou proveitos do exercício, por contrapartida de capitais próprios.

A Companhia adota o critério de reconhecimento de imparidades sempre que se registre uma desvalorização continuada de mais de 180 dias ou uma desvalorização de valor significativo, quando superior a 30% da respetiva cotação, no caso dos instrumentos de capital.

Nos instrumentos de dívida é reconhecida imparidade quando existe uma significativa dificuldade financeira do emitente, tornando-se provável um processo de falência ou uma quebra de contrato por incumprimento nos pagamentos de juro ou de capital.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que as mais-valias potenciais que ocorram após o reconhecimento de perdas por imparidades são registadas em Reserva de Reavaliação e quando posteriormente sejam apuradas menos-valias potenciais considera-se que existe imparidade, que serão consideradas em resultados do exercício.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos em resultados do exercício e são especializados de acordo com o tempo decorrido até à data do fim do exercício, sendo calculados pelo método da taxa efetiva e registados em Rendimentos, onde igualmente são reconhecidos os dividendos de instrumentos de capital no momento em que é conhecido o direito da Companhia ao recebimento.

### 3.2.2. Empréstimos e Contas a receber

Compreende ativos financeiros não cotados num mercado ativo, que incluem os depósitos a prazo em instituições de crédito, afetos a contratos de seguro, reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, que corresponde ao seu valor nominal, e os empréstimos concedidos.

O saldo das rubricas Outros Depósitos e Empréstimos Concedidos em 31 de dezembro de 2021, por prazo de vencimento, é o seguinte:

				U:Euro
Outros depósitos e Empréstimos Concedidos	Início	Vencimento	Prazo (dias)	Valor *
<b>Depósitos a Prazo:</b>				
Millennium BCP	20.11.2021	19.11.2022	365	287 311,02
Banco Carregosa	19.07.2021	18.01.2022	185	117 652,92
Bankinter	26.12.2021	25.03.2022	90	960 000,00
Bankinter	28.04.2021	27.04.2022	365	2 491,15
				<b>1 367 455,09</b>
<b>Empréstimos Concedidos:</b>				
Prestações Suplementares COLMENA				23 856,00
				<b>23 856,00</b>
				<b>1 391 311,09</b>

\* - Inclui juros decorridos

### 3.2.3. Passivos Financeiros

A Companhia classifica um instrumento como passivo financeiro quando exista uma obrigação contratual da sua liquidação.

Os passivos financeiros são constituídos por depósitos recebidos de resseguradores e por operações de locação operacional, nos termos da IFRS 16 que entrou em vigor em 01.01.2019.

Estes passivos são desreconhecidos quando são liquidados ou extintos, e têm a seguinte decomposição, por ano, que é apresentada na página seguinte:

		U:Euro	
		2021	2020
Depósitos recebidos de Resseguradores			
Prémios		0,00	0,00
Sinistros		254 374,59	248 376,46
		<b>254 374,59</b>	<b>248 376,46</b>
Locação Operacional (IFRS 16)			
Equipamento Transporte		77 597,96	78 185,18
Edifícios Arrendados		583 929,99	760 301,88
		<b>661 527,95</b>	<b>838 487,06</b>
<b>Total de balanço</b>		<b>915 902,54</b>	<b>1 086 863,52</b>

### 3.3. Terrenos e Edifícios

#### 3.3.1. De rendimento

A Companhia adquiriu no presente exercício, no dia 26 de fevereiro, um empreendimento empresarial composto por doze pavilhões destinados a comércio/indústria, situado na Estrada Nacional 10, km 139,1, em São João da Talha, integrado na União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, no concelho de Loures, constituído por doze frações autónomas designadas pelas letras “A” a “L”, pelo valor total de aquisição de 6.760.000 euros.

Ainda do ativo da Companhia consta o imóvel adquirido no ano de 2016, constituído pelas frações autónomas designadas pelas letras “V”, “X”, “Z”, “AA”, “AB”, “AC” e “AD”, que fazem parte do prédio urbano situado na Praça Conde de Agrolongo, nºs 161 a 183, freguesia de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), concelho de Braga, pelo preço global de 1.140.000 euros, e que tem um valor de balanço de 1.231.882 euros.

Este imóvel encontra-se classificado como propriedade de rendimento, valorizado nos termos da IAS 40 e por esse facto não é amortizado.

#### 3.4. Outros Ativos Tangíveis e Intangíveis

No momento do reconhecimento inicial destes ativos a Companhia capitaliza o valor de aquisição e os encargos suportados e que sejam necessários para que os bens entrem em funcionamento, de acordo com a IAS 16.

A vida útil dos bens tangíveis varia em função do tempo estimado de obtenção de benefícios económicos futuros, sendo os bens gradualmente amortizados durante esses períodos.

Os custos incorridos com a aquisição dos bens intangíveis (*software*), bem como as despesas com a sua implementação, são igualmente capitalizados, e são amortizados linearmente, durante o período de vida útil estimado de três anos, e pelo período de seis anos para as aquisições ocorridas a partir do exercício de 2015.

Os custos com a manutenção do *software*, quando incorridos, são reconhecidos diretamente em Resultados como custo do exercício.

Todos estes bens são revertidos no momento da alienação, ou no momento em que deixem de produzir benefícios económicos, sendo o ganho ou perda apurados reconhecidos diretamente em Resultados.

A Companhia procedeu à verificação da possível perda por imparidade deste tipo de bens, de acordo com o que estipula a IAS 36 e a IAS 38, tendo concluído que este grupo de ativos está devidamente valorizado à data do encerramento do exercício, continuando a proporcionar os benefícios económicos deles esperados.

### 3.5. Imposto sobre Lucros

A Companhia está sujeita aos regulamentos fiscais gerais aplicáveis no Luxemburgo.

A Caravela está sujeita a tributação em sede de IRC à taxa de 21% acrescida de 1,5% de Derrama Municipal, imposto corrente calculado com base no lucro tributável do exercício e após dedução de prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores e suscetíveis dessa dedução.

À taxa acumulada de 22,5% de IRC e Derrama Municipal acresce a taxa adicional de 3% correspondente à Derrama Estadual, nos termos da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, que é a percentagem que corresponde ao escalão do lucro tributável da Caravela (superior a 1.500.000,00€ e inferior a 7.500.000,00€).

Dado que o lucro tributável normalmente difere do resultado contabilístico, são calculados impostos diferidos com impacto no imposto a pagar ou a recuperar nos anos seguintes e que correspondem a diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, entre os valores de balanço e a respetiva base fiscal, e que normalmente são calculados à taxa em vigor à data do balanço.

O imposto diferido na Caravela corresponde a valias potenciais e imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda, bem como a imposto diferido ativo por prejuízos fiscais.

### 3.6. Benefícios dos Empregados

#### A. Plano de Pensões de Benefício Definido:

Neste Plano de Pensões mantém-se apenas um ex-administrador reformado que recebe uma pensão de reforma.

Na nota 19 encontram-se divulgadas informações adicionais.

#### B. Plano de Pensões de Contribuição Definida:

O veículo de financiamento afeto a este Plano é o “Plano de Pensões Aberto Zurich Vida Empresas” da Zurich Vida, S.A. (Fundo nº 287), que abrange de uma forma homogénea todos os colaboradores da Companhia desde o exercício de 2019.

Este Fundo está constituído nos termos do Acordo de Empresa e, por este facto, os trabalhadores que, anteriormente, não estavam integrados neste Plano, passaram a estar por ele abrangidos desde o dia 1 de janeiro de 2019.

Informações adicionais estão igualmente divulgadas na nota 19.



### C. Prémio de Permanência:

De acordo com a cláusula 42ª do ACT 2016, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego nº 4, de 29 de janeiro, verificados os requisitos mencionados na cláusula nº. 42 do ACT 2016, sempre que o trabalhador, complete um ou mais múltiplos de cinco anos de serviço na Companhia, tem direito a receber um prémio único correspondente a 50% do seu ordenado mensal, em expressão monetária, ou em espécie (concessão de dias de licença com retribuição).

## 3.7. Provisões Técnicas do Seguro Direto e do Resseguro Cedido

Nos pontos seguintes, descrevem-se as diversas Provisões Técnicas dos ramos Não Vida.

### 3.7.1. Provisão para Prémios não Adquiridos do Seguro Direto

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício com vigência após essa data e destina-se a cobrir os riscos assumidos pela Companhia desde o final do exercício até à data de vencimento dos respetivos contratos de seguro, atingindo o valor total de 13.468.144 euros antes da dedução dos custos de aquisição diferidos (em 2020 o valor desta provisão era de 12.042.636 euros).

A provisão é calculada por aplicação do método *pro-rata temporis*, para cada prémio emitido de cada contrato em vigor e para todos os ramos, deduzida dos custos de aquisição também imputáveis a exercícios seguintes na mesma proporção dos prémios.

### 3.7.2. Provisão para Sinistros do Seguro Direto

A provisão para sinistros corresponde ao valor estimado dos encargos com sinistros decorrentes dos contratos de seguro, quer tenham sido declarados ou não à data do encerramento, e que se encontram por regularizar, incluindo a responsabilidade estimada por sinistros ocorridos no período e ainda não participados (IBNR), ou já participados, mas insuficientemente provisionados (IBNER). Inclui ainda os custos administrativos a incorrer com a regularização futura de sinistros em gestão ou ainda não participados.

Estas provisões são revistas regularmente, à medida que as responsabilidades da Companhia vão sendo liquidadas, de forma que seja mantido um nível de provisionamento adequado ou seja compatível com as responsabilidades existentes.

O seu valor estimado no exercício foi de 36.771.394,02 euros, que se comparam com 29.050.363,23 euros em 2020; neste valor está incluindo o montante de 229.742,00 euros (185.593,00 euros em 2020) de provisão para despesas futuras com a gestão de sinistros já ocorridos.

### 3.7.3. Provisão para Riscos em Curso

A Provisão para Riscos em Curso corresponde ao montante necessário para fazer face a possíveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício, que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras.

O montante desta provisão é igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis a exercícios seguintes (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, pela soma dos rácios de sinistralidade, de despesas e de cedência, subtraindo o rácio de investimentos, deduzida de uma unidade, sendo a provisão para riscos em curso constituída e/ou reforçada sempre que a referida soma dos rácios seja superior a “1”.

Em resultado da aplicação de critérios rigorosos de subscrição do negócio a Companhia voltou a não ter necessidade de registar provisão para riscos em curso no exercício.

### 3.7.4. Provisão para Desvios de Sinistralidade

Esta provisão é constituída para fazer face ao risco de Fenómenos Sísmicos nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja a possibilidade de maiores oscilações – ramos de Incêndio, Multi-Riscos Habitação e Atividades Comerciais e Associativas.

É calculada pela aplicação de um fator de risco, definido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

O valor registado para esta provisão no final de 2021 foi de 145.495,83 euros, que se comparam com 128.191,71 euros em 2020.

### 3.7.5. Provisão Matemática

As provisões matemáticas determinam o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia e são calculadas com base em métodos atuariais, nos termos da legislação em vigor.

### 3.7.6. Provisões Técnicas do Resseguro Cedido

Compreende a Provisão para Sinistros e a Provisão para Prémios não Adquiridos, determinadas pela aplicação dos critérios anteriormente descritos para o seguro direto, tendo em conta os tipos de tratados de resseguro e as condições neles expressas, como percentagens de cedência e outras cláusulas, e corresponde à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia.

## **3.8. Ajustamentos e Especializações**

### **3.8.1. Ajustamentos de Recibos por Cobrar**

Os ajustamentos efetuados tiveram por objetivo reduzir do montante total dos prémios em cobrança o seu valor estimado de realização.

Os recibos emitidos e não cobrados no final do ano são refletidos na rubrica “Contas a receber por operações de seguro direto” e o valor do ajustamento é apresentado a deduzir no ativo da demonstração da posição financeira.

O regime do pagamento dos prémios de seguros previsto no Regime Jurídico do Contrato de Seguro aprovado pelo D.L. n.º 72/2008 de 16 de abril, alterado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, determina que o não pagamento do prémio inicial na data do vencimento, ou da fração inicial, implica a resolução automática do contrato com efeito à data da sua celebração e que essa falta de pagamento nas anuidades subsequentes impedem a prorrogação desses contratos, daí resultando que contabilisticamente esses prémios sejam anulados no momento em que não foram cobrados.

O efeito que teve a pandemia Covid-19 sobre o pagamento dos prémios de seguro pelos tomadores de seguros continuou a ter grande impacto no nível de cobrança efetiva durante o ano de 2021. Por esse facto, houve necessidade de proceder ao reforço do montante dos ajustamentos de recibos por cobrar apurado no exercício de 2021 que foi de 1.069.306,56 euros (341.784,00 euros em 2020), equivalente a 1,9% dos prémios brutos emitidos líquidos de estornos e anulações (0,7% em 2020).

### **3.8.2. Ajustamentos de Créditos de Cobrança Duvidosa**

Os ajustamentos de Créditos de Cobrança Duvidosa são reconhecidos no balanço quando existe um litígio, e respetiva ação judicial, sobre saldos pendentes de “mediadores de seguros” ou “outros devedores”.

O saldo global das rubricas “mediadores de seguros” e “outros devedores” regista uma diminuição de 7.454,88 euros no exercício, sendo o valor global dos ajustamentos à data das Demonstrações Financeiras de 64.240,80 euros (71.695,68 euros em 2020).

### **3.8.3. Custos de aquisição diferidos**

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguros são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos.

À data do encerramento do exercício estes custos atingiram o valor total de 2.167.478,40 euros (em 2020 eram de 2.276.221,92 euros).

### 3.8.4. Remunerações de mediação

São representadas pelo montante contratualmente atribuído aos mediadores, pela angariação e cobrança de prémios de seguro, sendo registadas como custo no momento do processamento dos respetivos recibos de prémio.

Esta rubrica inclui a especialização das comissões de incentivo comercial a pagar aos mediadores no primeiro trimestre do ano seguinte, após o apuramento final dos resultados por mediador, que é efetuado no início do ano seguinte, e desde que se encontrem atingidos os objetivos comerciais de produção, sinistralidade e cobranças que constam dos protocolos celebrados com os mediadores.

Foi reconhecido no exercício o montante de comissões de incentivo de produção relativas a 2021, a pagar aos mediadores durante o primeiro trimestre de 2022, de 274.497,12 euros.

### 3.8.5. Responsabilidade por férias e subsídios de férias

Incluída na rubrica de “Acréscimos e Diferimentos” do passivo corresponde a dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseados nos valores do ano e acrescidos de incrementos previstos, e destinam-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final do exercício, a regularizar posteriormente, por serviços prestados pelos colaboradores até 31 de dezembro de 2021.

### 3.8.6. Locações

A Companhia classifica os contratos de locação como locações financeiras ou locações operacionais de acordo com o ativo que está subjacente e o direito de controlo sobre esse ativo.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios que resultam da propriedade de um ativo foram transferidos para o locatário, sendo os encargos financeiros reconhecidos em resultados, no período a que respeitam, e o montante da amortização deduzido ao passivo, sendo todas as restantes operações de locação consideradas como contratos de locação operacional.

A Companhia celebrou os seguintes contratos de locação financeira:

- dois contratos no mês de janeiro de 2018 com o Banco BPI, para a aquisição de duas viaturas, por um período de sessenta meses, à taxa de juro variável de 1,375%;
- um contrato no mês de outubro de 2019 com a locadora Mercedes-Benz Financial Services para aquisição de uma viatura, por um período de sessenta meses, à taxa de juro variável de 3,8404%.
- um contrato no mês de janeiro de 2020 com o Banco BPI, para a aquisição de uma viatura, por um período de sessenta meses, à taxa de juro variável de 1,43%.

Os pagamentos efetuados ao abrigo destes contratos de locação financeira são registados pela Companhia em contas de terceiros, os montantes respeitantes ao reembolso do capital, e em custos os juros do período a que respeitam.

Estes ativos estão sujeitos a depreciação, sendo a política de depreciação destes ativos locados consistente com a de outros ativos depreciáveis que a Companhia possui, sendo a depreciação reconhecida calculada de acordo com a IAS 16.

Com a entrada em vigor da IFRS 16-Locações em 1 de janeiro de 2019 a Companhia passou a ter o direito de uso de um ativo subjacente por contrapartida dum passivo referente aos pagamentos futuros associados ao uso desse ativo.

A IFRS 16 não abrange os contratos de locação com duração inferior a 12 meses nem os ativos subjacentes com valor inferior a USD \$5.000.

Na mensuração inicial o passivo é reconhecido no início do contrato de locação operacional pelo valor presente dos pagamentos futuros, sendo o direito de uso do ativo mensurado ao custo, pelo mesmo valor do passivo.

Nas mensurações subsequentes o passivo é mensurado pelo método da taxa de juro efetiva e reconhecida a depreciação do direito de uso (ativo).

O quadro seguinte reflete o impacto da adoção da IFRS 16-Locações nas contas da Companhia à data de encerramento em 31.12.2021:

U: Euro

	Direito de Uso 31-12-2020	Passivo Financeiro 31-12-2020	Novas Locações 2021	Depreciação exercício	Juros suportados	Amortização Passivo Financeiro	Direito de Uso 31-12-2021	Passivo Financeiro 31-12-2021
Imóveis	1 541 816,23	1 583 962,26	0,00	363 417,96	14 158,56	367 441,44	1 178 398,27	1 216 520,82
Viaturas	158 903,76	162 885,79	108 183,79	108 346,75	5 850,08	109 407,17	158 740,80	161 662,41
	<b>1 700 720,00</b>	<b>1 746 848,06</b>	<b>108 183,79</b>	<b>471 764,71</b>	<b>20 008,64</b>	<b>476 848,61</b>	<b>1 337 139,08</b>	<b>1 378 183,23</b>

### 3.9. Decomposição de Outras rubricas das Demonstrações Financeiras

#### 3.9.1. Outros devedores por operações de seguro

Esta rubrica apresenta em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a seguinte decomposição:

2021

	U:Euro	
	2021	2020
<b>Contas a receber por operações do seguro directo:</b>		
Recibos por cobrar:		
- Acidentes de Trabalho	1 182 175,07	968 288,95
- Incêndio e Outros Danos	560 480,36	256 564,15
- Automóvel	2 406 479,14	1 423 682,68
- Outros Ramos	491 634,99	300 388,02
	<b>4 640 769,56</b>	<b>2 948 923,80</b>
Reembolsos de Sinistros:		
- Acidentes de Trabalho	260 961,17	358 125,81
- Incêndio e Outros Danos	3 624,14	11 400,20
- Automóvel	1 432 540,39	1 162 095,85
- Outros Ramos	57 053,96	51 087,74
	<b>1 754 179,67</b>	<b>1 582 709,60</b>
Mediadores:		
- Contas correntes	727 662,68	683 960,62
- Comissões a receber	31 694,48	35 990,57
	<b>759 357,16</b>	<b>719 951,19</b>
Cosseguradores:		
- Contas correntes	4 312,24	7 550,95
- Outros saldos	4 078,89	3 946,13
	<b>8 391,13</b>	<b>11 497,08</b>
Outros:		
- Outros saldos	27,61	39,46
	<b>27,61</b>	<b>39,46</b>
Ajustamentos de recibos por cobrar	-1 069 306,52	-341 784,20
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	-44 381,79	-51 836,62
	<b>-1 113 688,31</b>	<b>-393 620,82</b>
	<b>6 049 036,81</b>	<b>4 869 500,31</b>
<b>Contas a receber por operações do resseguro cedido:</b>		
Contas correntes	496 041,38	147 100,44
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	0,00	0,00
	<b>496 041,38</b>	<b>147 100,44</b>
<b>Contas a receber por outras operações:</b>		
Pessoal	15 505,37	1 856,12
Fundo de Acidentes de Trabalho	2 540,35	3 647,52
Outros devedores diversos	251 936,74	469 182,98
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	-19 859,21	-19 859,21
	<b>250 123,25</b>	<b>454 827,40</b>
<b>Balço</b>	<b>6 795 201,45</b>	<b>5 471 428,16</b>

Os recibos por cobrar apresentaram a seguinte antiguidade em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	U:Euro	
	2 021	2 020
Até 30 dias	1 757 071,20	1 225 363,49
De 31 a 90 dias	1 165 653,12	803 133,05
De 91 a 180 dias	943 227,84	691 580,42
De 181 a 360 dias	553 793,76	94 181,56
Com mais de 360 dias	221 023,68	134 665,28
<b>Total</b>	<b>4 640 769,60</b>	<b>2 948 923,80</b>

Os recibos em cobrança há mais de 30 dias respeitam a negócios colocados em co-seguro e a contratos de seguros celebrados com organismos públicos e com municípios, que pela sua natureza têm prazos especiais de pagamento, bem como à moratória concedida pela Companhia de acordo com a legislação em vigor, mencionada na nota 3.8.1..

### 3.9.2. Outros credores por operações de seguro

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica regista os seguintes valores:

	U:Euro	
	2021	2020
<b>Contas a pagar por operações do seguro directo:</b>		
Mediadores:		
- Contas correntes	357 619,29	299 068,33
- Comissões a pagar	236 775,80	84 272,77
	<b>594 395,09</b>	<b>383 341,10</b>
Cosseguradores:		
- Contas correntes	33 136,25	26 834,79
- Outros saldos	973,52	678,50
	<b>34 109,77</b>	<b>27 513,29</b>
Tomadores de seguro:		
- Estornos a pagar	228 956,65	335 764,04
- Prémios recebidos antecipadamente	1 921 178,22	1 644 742,37
	<b>2 150 134,87</b>	<b>1 980 506,41</b>
Outros (reembolso sinistros):	<b>10 556,37</b>	<b>2 755,49</b>
	<b>2 789 196,10</b>	<b>2 394 116,29</b>
<b>Contas a pagar por operações do resseguro cedido:</b>		
Contas correntes	<b>1 903 986,97</b>	<b>962 958,11</b>
<b>Contas a pagar por outras operações:</b>		
Pessoal	94,72	1 358,99
Fornecedores	354 101,76	352 632,94
Outros credores diversos	21 752,03	22 869,10
	<b>375 948,51</b>	<b>376 861,02</b>
<b>Balço</b>	<b>5 069 131,58</b>	<b>3 733 935,42</b>

### 3.9.3. Acréscimos e diferimentos

Os acréscimos e diferimentos ativos e passivos apresentaram a seguinte composição em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	<i>U:Euro</i>	
	2021	2020
<b>Gastos Diferidos:</b>		
Seguros	33 722,81	13 687,07
Rendas e alugueres	6 979,03	18 367,28
Serviços de informática	87 823,60	51 069,88
Quotizações da actividade	0,00	402,24
Outros gastos	32 486,81	83 279,12
<b>Total de balanço</b>	<b>161 012,25</b>	<b>166 805,59</b>
		<i>U:Euro</i>
	2021	2020
<b>Acréscimos de gastos:</b>		
Juros a liquidar	0,00	0,00
Remunerações a liquidar ao pessoal (férias e subsídio)	322 467,07	307 560,29
Encargos sobre remunerações a liquidar	79 828,23	76 042,20
Bónus a liquidar ao pessoal	0,00	0,00
Comissões a pagar	284 351,68	231 310,74
Outros acréscimos	44 828,42	59 674,39
<b>Total de balanço</b>	<b>731 475,40</b>	<b>674 587,63</b>
		<i>U:Euro</i>
	2021	2020
<b>Rendimentos Diferidos:</b>		
Rendas e Alugueres	18 928,75	0,00
<b>Total de balanço</b>	<b>18 928,75</b>	<b>0</b>

A rubrica de “Comissões a pagar”, no valor de 284.351,52 euros, respeita a comissões de mediação, no valor de 274.497,12 euros e 9.854,40 euros de comissões bancárias de investimentos, a pagar em 2022.

A rubrica de “Outros acréscimos”, no valor de 44.828,64 euros, compreende as especializações do ano, de fornecimentos e serviços externos.

### 3.9.4. Outros rendimentos/gastos/ajustamentos

A decomposição de outros rendimentos, outros gastos e outros ajustamentos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontra-se discriminada no quadro da página seguinte:



2021

U: Euro

	2021	2020
<b>Rendimentos e ganhos não correntes</b>		
Regularização recebimentos antecipados (anos anteriores)	0,00	30 306,71
Recuperação dívida (anos anteriores)	4 892,47	0,00
Outros	12 791,43	31 299,19
	<b>17 683,90</b>	<b>61 605,90</b>
<b>Rendimentos e ganhos financeiros</b>		
Outros	9 391,74	8 134,40
	<b>9 391,74</b>	<b>8 134,40</b>
<b>Outros rendimentos não técnicos</b>		
Outros	103,85	1 824,78
	<b>103,85</b>	<b>1 824,78</b>
<b>Gastos e perdas não correntes</b>		
Donativos	-2 640,00	-240,00
Mecenato	0,00	-24 000,23
Multas e penalidades	-1 561,58	-102,69
Quotizações diversas	-2 717,94	-812,47
Outros		
Rendas inquilinos (Covid-19)	-7 224,00	-5 532,00
Perdas ativos tangíveis	0,00	-12 731,44
Powerful Caravel	-35 076,97	-16 263,16
Diversos	-14 831,00	-960,00
	<b>-64 051,50</b>	<b>-60 641,99</b>
<b>Gastos e perdas financeiras</b>		
Juros suportados	-0,10	-8,27
Outros	-3 424,55	0,00
	<b>-3 424,64</b>	<b>-8,27</b>
<b>Ajustamentos</b>		
De recibos por cobrar	-727 522,32	-277 713,17
De outros devedores	7 454,83	-943,46
	<b>-720 067,49</b>	<b>-278 656,64</b>
	<b>-760 364,15</b>	<b>-267 741,81</b>

### 3.9.5. Gastos financeiros

Nos exercícios de 2021 e 2020 estes gastos tiveram a seguinte decomposição:

U: Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2021			2020		
	Conta Técnica	Conta não Técnica	Total	Conta Técnica	Conta não Técnica	Total
<b>Gastos de investimentos:</b>						
Custos imputados	150 377,48		150 377,48	142 433,10		142 433,10
Outros gastos de investimentos	0,00		0,00	0,00		0,00
<b>Total</b>	<b>150 377,48</b>	<b>0,00</b>	<b>150 377,48</b>	<b>142 433,10</b>	<b>0,00</b>	<b>142 433,10</b>

## 4. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos e resultados da TPIF Douro Bidco S.à.r.l. e os resultados atribuíveis ao Grupo relativos à participação financeira na Caravela – Companhia de Seguros S.A..

### Subsidiárias

As subsidiárias são entidades controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando está exposta ou tem direitos à variabilidade dos rendimentos gerados pelo seu envolvimento com essa entidade e pode tomar posse deles através do seu poder sobre essa entidade. As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo adquire o controlo até a data em que o controlo cessa.

### Associadas

Todas as empresas sobre as quais o Grupo tem poderes para exercer influência significativa nas suas políticas financeiras e operacionais, embora não exerça controlo sobre elas, são classificadas como associadas. Normalmente, presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando tem poderes para exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.

Apesar de TPIF Douro Bidco S.à.r.l. deter uma participação qualificada correspondente a 48% das ações representativas do capital social e dos direitos de voto da Caravela – Companhia de Seguros S.A., a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões considera existir um controlo da sociedade como se de uma subsidiária se tratasse.

Conforme acordado com a Supervisão, a consolidação será efetuada pelo Método de Consolidação Proporcional. Este método consiste na agregação linha a linha das Demonstrações Financeiras das entidades, consolidada e consolidante, na base da percentagem detida, sem apresentar interesses minoritários.

### Perímetro de Consolidação

Entidade	País	Método de Consolidação	Critério de influência			
			% do capital	% usada para o estabelecimento de contas consolidadas	% direitos de voto	Nível de influência
Caravela - Companhia de Seguros, S. A.	PORTUGAL	Proporcional	48,00%	48,00%	48,00%	Dominante
TPIF Douro Bidco S.à r.l.	LUXEMBOURG	Mãe				

A data de relato das demonstrações financeiras consolidadas corresponde à data de relato da empresa-mãe, 31 de dezembro de 2021.

A composição e as informações financeiras relativas à associada são apresentadas na seguinte tabela com 100%:

Entidade	Ativo		Passivo		Capital		Resultado Líquido	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Caravela - Companhia de Seguros, S. A.	177 203	143 436	118 652	96 353	58 550	47 083	3 396	3 960

U: Euro

## 5. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro

### 5.1. Quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro

#### 5.1.1. Provisão para Sinistros

a) O valor das Provisões para Sinistros, a 31 de dezembro de 2021, foi obtido recorrendo a métodos determinísticos e estocásticos ligados ao tratamento estatístico dos triângulos de *run off* correspondentes às indemnizações pagas líquidas de reembolsos cobrados, sem custos imputados à gestão de sinistros e brutas de resseguro.

b) Os valores das provisões foram obtidos de acordo com os seguintes procedimentos:

- Sem deflacionar os montantes das indemnizações já pagas, isto é, sem colocar os seus valores a custos de 2021;
- Não considerando o valor descontado dos pagamentos futuros, nem o seu crescimento por força da força da inflação.

c) Nos ramos de pequena dimensão o provisionamento é feito casuisticamente com base na informação constante na participação do sinistro e nos relatórios de peritagem.

d) No ramo de Acidentes de Trabalho, acresce a provisão matemática que regista a responsabilidade da Companhia por sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2021 que envolvam pagamentos de pensões, já homologadas pelo Tribunal de Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, bem como a estimativa das responsabilidades com presumíveis incapacidades decorrentes de sinistros que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

Em cumprimento dos critérios de prudência utilizados pela Companhia manteve-se a tábua de mortalidade TV 88/90 no cálculo da Provisão Matemática, com a taxa técnica de juro 2,15% (2,35% em 2020) e 3% de encargos de gestão.

A remição de Pensões de Acidentes de Trabalho é calculada pela tabela de mortalidade TD 88/90, com taxa técnica de juro de 5,25%, conforme Portaria nº 11/2000, de 13 de janeiro, incluindo 1% de encargos de gestão.

A provisão para IBNR, apenas para as pensões, é calculada com base no número de pensões dos próprios sinistrados, excluindo as pensões que ocorram por morte, já que esses sinistros são conhecidos no imediato.

e) Acresce ainda a Provisão para Assistência Vitalícia, calculada recorrendo à tábua de mortalidade TV 88/90 com 3% de encargos e a taxa técnica de juro a 2,15% (2,35% em 2020), sendo acrescentada uma taxa de crescimento de 2% aos custos vitalícios médios para fazer face à inflação futura.

f) A provisão de balanço para sinistros está incrementada da provisão para despesas de gestão com sinistros, onde se aplicam modelos determinísticos aos triângulos de *run off* de montantes pagos com despesas de gestão de sinistros. A repartição dos custos por ano de ocorrência e ano de pagamento é feita através do número de sinistros em gestão no ano.

g) O valor da provisão total para sinistros não declarados (IBNR) foi estimado tomando por base o número de sinistros participados em cada ano e, com base nos mesmos, aplica-se um modelo determinístico para estimar o número total de sinistros esperados, por ano de ocorrência e obtendo assim os sinistros que virão a ser participados referentes a anos de ocorrência já decorridos.

Com base nestes números de situações de IBNR expectáveis e no custo de sinistros total estimado por ano de ocorrência, encontra-se o valor da provisão desejável de IBNR.

h) O valor casuístico da provisão para sinistros declarados no exercício foi incrementado, de forma a fazer face a eventuais insuficiências não previstas casuisticamente (IBNER).

O desenvolvimento da provisão para sinistros de seguro direto relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores a 2021 e dos seus reajustamentos no exercício findo em 31 de dezembro 2021 consta no anexo 2 deste relatório.

A provisão para sinistros (não incluindo os custos de gestão) apresenta a seguinte decomposição nos anos de 2021 e 2020:

U: Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2021			2020		
	Declarados	Não Declarados	Total Balanço	Declarados	Não Declarados	Total Balanço
<b>Acidentes de Trabalho:</b>						
- Provisão Matemática	5 433 491,27	10 938 267,80	16 371 759,07	4 198 526,71	8 591 082,15	12 789 608,86
- Provisão para Assistência Vitalícia	304 635,56	20 743,34	325 378,91	279 296,86	24 657,91	303 954,77
- Provisão para Outras Prestações	3 271 379,00	211 059,78	3 482 438,78	2 798 951,29	141 665,03	2 940 616,32
	<b>9 009 505,83</b>	<b>11 170 070,93</b>	<b>20 179 576,76</b>	<b>7 276 774,86</b>	<b>8 757 405,09</b>	<b>16 034 179,95</b>
<b>Outros Seguros:</b>						
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	79 269,30	13 167,85	92 437,16	170 474,64	6 054,62	176 529,26
Doença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incêndio e Outros Danos	929 743,05	1 098 386,21	2 028 129,26	860 578,48	238 743,38	1 099 321,87
Automóvel	12 043 083,32	1 031 223,23	13 074 306,54	9 702 964,43	742 139,49	10 445 103,92
Marítimo, Aéreo e Transportes	92 347,37	871,28	93 218,65	30 363,59	1 223,37	31 586,95
Mercadorias Transportadas	17 428,38	4 299,98	21 728,36	25 976,36	5 192,31	31 168,67
Responsabilidade Civil Geral	476 560,83	169 588,25	646 149,09	511 289,88	169 986,95	681 276,82
Crédito e Caução	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diversos:						
- Protecção Jurídica	3 826,30	111,36	3 937,66	3 922,30	229,20	4 151,50
- Assistência	401 155,26	1 012,70	402 167,96	358 917,64	2 532,03	361 449,67
	<b>14 043 413,80</b>	<b>2 318 660,88</b>	<b>16 362 074,68</b>	<b>11 664 487,31</b>	<b>1 166 101,35</b>	<b>12 830 588,66</b>
<b>Total</b>	<b>23 052 919,63</b>	<b>13 488 731,80</b>	<b>36 541 651,44</b>	<b>18 941 262,17</b>	<b>9 923 506,44</b>	<b>28 864 768,61</b>

A provisão para sinistros de resseguro cedido e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

2021

U:Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Saldo de Balanço		Var. Ganhos e Perdas	
	2021	2020	2021	2020
Acidentes e Doença	11 398 728,31	8 736 548,42	2 662 179,89	2 547 043,82
Incêndio e Outros Danos	1 713 739,98	862 435,83	851 304,15	120 243,05
Automóvel:				
Resp.Civil	1 150 932,51	1 087 158,36	63 774,15	280 245,81
Outras Coberturas	563 126,71	994 358,53	-431 231,83	951 198,48
Marítimo e Transportes	65 253,06	22 710,86	42 542,20	15 346,74
Mercadorias Transportadas	15 209,86	21 818,07	-6 608,21	16 996,38
Resp.Civil Geral	123 303,60	110 680,75	12 622,84	7 270,75
Diversos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>15 030 294,02</b>	<b>11 835 710,83</b>	<b>3 194 583,19</b>	<b>3 938 345,03</b>

Os custos com sinistros de seguro direto, com reporte a 31 de dezembro 2021, encontram-se discriminados no anexo 3.

Os custos com sinistros líquidos de resseguro podem ser analisados, da forma que é apresentada no quadro seguinte, em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

U:Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2021			2020		
	Sinistros Pagos	Variação da Provisão	Custo Total	Sinistros Pagos	Variação da Provisão	Custo Total
<b>Seguro Directo:</b>						
Acidentes de Trabalho	6 347 847,77	4 272 516,60	10 620 364,37	4 862 411,19	3 760 137,85	8 622 549,04
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	141 664,46	-83 288,11	58 376,36	86 125,37	79 265,86	165 391,23
Doença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incêndio e Outros Danos	2 292 979,48	939 811,70	3 232 791,18	2 026 541,88	120 955,56	2 147 497,44
Automóvel	19 468 159,74	2 372 863,27	21 841 023,01	15 133 251,32	2 829 499,08	17 962 750,40
Marítimo, Aéreo e Transportes	28 352,36	62 456,08	90 808,44	33 849,62	22 065,65	55 915,27
Mercadorias Transportadas	40 589,53	-6 416,94	34 172,60	11 426,76	30 463,17	41 889,93
Responsabilidade Civil Geral	271 488,91	-41 564,44	229 924,47	303 606,78	247 168,80	550 775,57
Crédito e Caução	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diversos:						
- Protecção Jurídica	12 565,80	1 119,72	13 685,51	10 058,38	2 710,42	12 768,80
- Assistência	2 166 881,40	39 864,73	2 206 746,13	1 704 024,25	73 832,19	1 777 856,45
	<b>30 770 529,46</b>	<b>7 557 362,61</b>	<b>38 327 892,07</b>	<b>24 171 295,55</b>	<b>7 166 098,58</b>	<b>31 337 394,13</b>
<b>Resseguro Cedido:</b>						
Acidentes de Trabalho	-1 904 827,88	-2 695 181,06	-4 600 008,95	-1 325 355,05	-2 482 274,18	-3 807 629,24
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	-29 384,35	33 001,18	3 616,82	-127,68	-64 769,64	-64 897,32
Doença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incêndio e Outros Danos	-1 683 450,24	-734 136,80	-2 417 587,04	-1 452 596,27	-186 900,66	-1 639 496,93
Automóvel	-2 023 126,78	367 457,68	-1 655 669,10	-1 141 738,47	-1 231 444,30	-2 373 182,76
Marítimo, Aéreo e Transportes	-19 620,76	-74 940,03	-94 560,79	-23 361,72	-30 886,93	-54 248,65
Mercadorias Transportadas	-27 159,96	12 928,93	-14 231,03	-7 083,67	-32 236,30	-39 319,96
Responsabilidade Civil Geral	-7 129,25	-12 622,84	-19 752,09	0,00	-7 270,75	-7 270,75
Crédito e Caução	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diversos:			0,00			0,00
- Protecção Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Assistência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>-5 694 699,23</b>	<b>-3 103 492,94</b>	<b>-8 798 192,17</b>	<b>-3 950 262,85</b>	<b>-4 035 782,76</b>	<b>-7 986 045,61</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>25 075 830,23</b>	<b>4 453 869,66</b>	<b>29 529 699,89</b>	<b>20 221 032,69</b>	<b>3 130 315,82</b>	<b>23 351 348,52</b>

Os custos com sinistros apresentam-se líquidos de reembolsos recebidos/emitados e incluem os custos de gestão de sinistros imputados.

### 5.1.2. Provisão para Prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos de seguro direto e de resseguro cedido, apresenta a seguinte decomposição:

U:Euro

**Seguro directo:**

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montante Calculado	C. Aquisição Diferidos	Valor de Balanço 2021	Valor de Balanço 2020
Acidentes e Doença	665 524,14	171 034,76	494 489,38	425 029,51
Incêndio e Outros Danos	2 099 547,00	397 027,61	1 702 519,39	1 181 185,32
Automóvel:				
Resp.Civil	5 565 514,69	843 228,05	4 722 286,65	4 196 384,09
Outras Coberturas	3 662 050,78	582 340,60	3 079 710,18	2 770 032,96
Marítimo e Transportes	33 135,19	5 075,33	28 059,85	24 404,12
Mercadorias Transportadas	16 489,36	2 192,03	14 297,34	16 338,10
Resp.Civil Geral	207 911,05	51 212,09	156 698,96	157 704,06
Diversos	1 217 972,30	115 368,14	1 102 604,16	1 005 336,11
<b>Total Seguro Directo</b>	<b>13 468 144,51</b>	<b>2 167 478,61</b>	<b>11 300 665,91</b>	<b>9 776 414,28</b>

U:Euro

**Resseguro cedido:**

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montante Calculado	C. Aquisição Diferidos	Valor de Balanço 2021	Valor de Balanço 2020
Acidentes e Doença	43 793,62	3 538,33	40 255,29	29 726,88
Incêndio e Outros Danos	1 657 462,15	430 261,94	1 227 200,21	754 529,76
Automóvel:				
Resp.Civil	2 611,91	0,00	2 611,91	2 384,64
Outras Coberturas	5 036,67	0,00	5 036,67	4 179,36
Marítimo e Transportes	23 059,57	7 991,11	15 068,46	13 216,80
Mercadorias Transportadas	11 422,38	3 997,21	7 425,17	9 048,48
Resp.Civil Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
Diversos	36,41	12,73	23,68	0,06
<b>Total Resseguro Cedido</b>	<b>1 743 422,71</b>	<b>445 801,46</b>	<b>1 297 621,39</b>	<b>813 085,83</b>

### 5.1.3. Provisões Técnicas Totais

Nos quadros da página seguinte podem ser verificadas as evoluções das provisões técnicas do seguro direto e do resseguro cedido da Companhia, nos anos em análise:

2021

U:Euro

Provisões Técnicas do Seguro Directo	Montante Calculado	C. Aquisição Diferidos	Balanço 2021	Balanço 2020	Varição
<b>Provisão para prémios não adquiridos</b>					
Acidentes e Doença	665 524,14	171 034,76	494 489,38	425 029,51	
Incêndio e Outros Danos	2 099 547,00	397 027,61	1 702 519,39	1 181 185,32	
Automóvel:					
Resp.Civil	5 565 514,69	843 228,05	4 722 286,65	4 196 384,09	
Outras Coberturas	3 662 050,78	582 340,60	3 079 710,18	2 770 032,96	
Marítimo e transportes	33 135,19	5 075,33	28 059,85	24 404,12	
Mercadorias Transportadas	16 489,36	2 192,03	14 297,34	16 338,10	
Resp.Civil Geral	207 911,05	51 212,09	156 698,96	157 704,06	
Diversos	1 217 972,30	115 368,14	1 102 604,16	1 005 336,11	
Sub-total	13 468 144,51	2 167 478,61	11 300 665,91	9 776 414,28	1 524 251,63
<b>Provisão para Desvios Sinistralidade</b>			145 495,83	128 191,71	17 304,12
<b>Provisão para Sinistros</b>					
Acidentes e Doença:					
Provisão Matemática			16 371 759,07	12 789 608,86	
Assistência Vitalícia			325 378,91	303 954,77	
Outras Prestações			3 709 562,02	3 221 417,06	
Incêndio e Outros Danos			2 037 618,50	1 105 702,85	
Automóvel:					
Resp.Civil			10 557 220,61	7 817 463,82	
Outras Coberturas			2 596 050,80	2 699 188,73	
Marítimo e Transportes			93 244,79	31 601,06	
Mercadorias Transportadas			21 985,18	31 321,99	
Resp.Civil Geral			652 468,54	684 501,91	
Diversos			406 105,62	365 601,17	
Sub-total	0,00	0,00	36 771 394,02	29 050 362,22	7 721 031,80
<b>Provisão para Riscos em Curso</b>					
Acidentes e Doença			0,00	0,00	
Incêndio e Outros Danos			0,00	0,00	
Automóvel:					
Resp.Civil			0,00	0,00	
Outras Coberturas			0,00	0,00	
Marítimo e Transportes			0,00	0,00	
Mercadorias Transportadas			0,00	0,00	
Resp.Civil Geral			0,00	0,00	
Diversos			0,00	0,00	
Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>13 468 144,51</b>	<b>2 167 478,61</b>	<b>48 217 555,76</b>	<b>38 954 968,22</b>	<b>9 262 587,54</b>

U:Euro

Provisões Técnicas do Resseguro Cedido	2021	2020
Provisão para prémios não adquiridos	1 297 621,39	813 085,89
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	10 204 093,73	8 463 523,07
Sinistros não declarados (ibnr)	4 826 200,29	3 372 187,77
	15 030 294,02	11 835 710,77
<b>Total das provisões técnicas do resseguro cedido</b>	<b>16 327 915,41</b>	<b>12 648 796,67</b>

## 5.2. Natureza e Extensão dos Riscos Específicos de Seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Nos seguros do ramo Não-Vida, o risco específico de seguros contempla, entre outros, os riscos de prémios, de provisões e o risco de catástrofes.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas.

O nível de provisões para sinistros é acompanhado mensalmente, sendo feitas revisões trimestrais a todos os processos de sinistros, estando implementados modelos de avaliação estocásticos, de forma a colmatar alguma insuficiência de provisões.

A evolução da provisão para sinistros de seguro direto, bruto de resseguro e líquido de reembolsos, excluindo provisões matemáticas do ramo Acidentes de trabalho e provisão com custos de gestão com sinistros, pode ser analisada de seguida, através dos triângulos da Caravela a 100% de custos com sinistros e respetivos pagamentos dos últimos 10 anos:



2021

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<b>Estimativa inicial de custos com sinistros, bruto de resseguro e líquido de reembolsos, excluindo provisões matemáticas, provisão para custos de gestão, IBNR e IBNER</b>	26 307	14 091	13 569	14 759	16 900	18 275	24 388	27 887	35 428	44 266	55 902
<b>Pagamentos Acumulados</b>											
Um ano depois	20 896	10 497	10 240	10 593	14 741	16 958	25 599	30 270	39 115	44 699	
Dois anos depois	21 713	11 218	11 227	11 592	15 990	18 106	27 015	31 875	40 921		
Três anos depois	22 469	11 691	11 769	11 889	17 089	18 830	27 490	32 690			
Quatro anos depois	23 043	11 759	12 074	12 043	17 319	19 773	28 558				
Cinco anos depois	23 287	12 158	12 155	12 338	17 889	19 859					
Seis anos depois	23 501	12 178	12 175	12 384	18 084						
Sete anos depois	23 547	12 224	12 451	12 474							
Oito anos depois	23 555	12 256	12 876								
Nove anos depois	23 562	12 676									
Dez anos depois	23 525										
<b>Estimativa final de custos com sinistros</b>											
Um ano depois	24 227	13 179	13 815	14 167	17 801	19 816	27 908	32 369	41 440	48 644	
Dois anos depois	24 027	13 457	13 397	13 391	18 034	19 923	28 522	33 359	42 850		
Três anos depois	23 789	13 375	13 430	13 166	17 877	20 440	28 740	34 233			
Quatro anos depois	23 918	13 019	13 291	13 173	18 048	20 509	29 084				
Cinco anos depois	23 907	12 730	13 244	12 811	18 238	20 541					
Seis anos depois	23 749	12 827	13 261	12 791	18 286						
Sete anos depois	23 607	12 729	13 238	12 908							
Oito anos depois	23 592	12 982	13 303								
Nove anos depois	23 587	12 986									
Dez anos depois	23 548										
	2 759	1 105	265	1 851	-1 385	-2 266	-4 696	-6 346	-7 422	-4 377	

A Companhia pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais. A estrutura de resseguro em 2021 é constituída por tratados proporcionais (Quota-parte e Excedente) e por tratados não proporcionais (Excesso de Perdas e Cobertura Catastrófica), conforme quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro
Acidentes de Trabalho	Excesso de perdas (XL) e Proporcional
Acidentes Pessoais	Excesso de perdas (XL) e Proporcional
Doença	Fronting
IOD	Quota-parte
IOD & Engenharia (Catástrofes Naturais)	Excesso de perdas (XL)
Engenharia	Quota-parte
Automóvel	Excesso de perdas (XL) e Proporcional
Marítimo e Transportes	Quota-parte
Mercadorias Transportadas	Quota-parte
RC - Geral	Excesso de perdas (XL)

### 5.3. Natureza e Extensão do Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Risco Operacional

#### Risco de mercado

O risco de mercado consiste no risco de perda ou de movimentos adversos no valor dos ativos relacionados com variações dos preços de mercado dos instrumentos financeiros.

Neste risco incluem-se o risco cambial, o risco de ações, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração.

A política de investimentos define os princípios orientadores para a gestão prudente dos investimentos bem como as atividades de controlo e reporte dos mesmos.

Para assegurar uma adequada gestão do risco foram definidos limites de exposição da carteira com base em 6 critérios específicos:

- ⇒ Classe de ativo;
- ⇒ Tipo de emitente (forma jurídica);
- ⇒ Nível de *rating*;
- ⇒ Sector de atividade;
- ⇒ Zona geográfica;
- ⇒ Concentração por grupo emitente.

#### Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. A exposição a este risco é residual, por força da não autorização de investimento em moeda estrangeira expressa na política de investimento. Indiretamente, por via da transparência dos fundos de investimentos detidos, verifica-se uma pequena exposição a moeda estrangeira, sendo o requisito de capital o seguinte:

Cenários	(milhares de euros)	
	Requisito de capital	
	2021	2020
Choque de +/- 25% às exposições de moeda estrangeira	0	2

#### Risco de ações

O risco de ações decorre da volatilidade dos preços de mercado das ações encontrando-se expostos a este risco os títulos representativos de capital, nomeadamente, fundos de investimentos total ou parcialmente compostos por estes títulos. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Cenários	Requisito de capital	
	2021	2020
Choque em ações Tipo I	0	45
Choque em ações Tipo II	1 554	767

### Risco de imobiliário

O risco Imobiliário é originado pela volatilidade dos preços de mercado imobiliário. Em 2021, este risco, teve uma variação relevante, quanto ao requisito de capital, uma vez que os ativos em exposição sofreram alteração, pelo que o requisito de capital é descrito como segue:

(milhares de euros)

Cenários	Requisito de capital	
	2021	2020
Choque de 25% no valor dos imóveis e fundos imobiliários	1 086	148

### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro decorre de alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Estão expostos ao risco de taxa de juro, os ativos - obrigações e Depósitos a prazo e os passivos – provisões técnicas, principalmente a provisão matemática de Acidentes de Trabalho.

O cenário de capital é descrito no quadro seguinte:

Ativos		(milhares de euros)	
Cenários	Efeito nos ativos		
	2021	2020	
Choque de descida na curva de taxa de juro sem risco	28	0	
Choque de subida na curva de taxa de juro sem risco	-1 375	-1 340	
Passivos		(milhares de euros)	
Cenários	Efeito nos passivos		
	2021	2020	
Choque de descida na curva de taxa de juro sem risco	231	123	
Choque de subida na curva de taxa de juro sem risco	-1 226	-1 038	

### Risco de *spread*

O risco de *spread* consiste no risco de perdas inesperadas provocadas pela depreciação da qualidade creditícia ou incumprimento de um parceiro de negócio, refletindo a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são principalmente obrigações corporativas e depósitos a prazo.

Os ativos com exposição direta ao risco de *spread* têm o seguinte perfil:

(milhares de euros)

Rating	2021			2020		
	% de exposição	Duração	Requisito de capital	% de exposição	Duração	Requisito de capital
AAA	2%	2,8	9	2%	3,8	11
AA	21%	5,0	228	21%	5,8	246
A	36%	3,4	418	44%	3,8	470
BBB	41%	2,7	632	33%	2,4	440
BB	0%	0,0	0	0%	0,0	0
B	0%	0,0	0	0%	0,0	0
CCC or lower	0%	0,0	0	0%	0,0	0
Unrated	1%	0,0	4	1%	0,5	4
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>3,4</b>	<b>1 290</b>	<b>100%</b>	<b>3,7</b>	<b>1 171</b>

### Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas. A distribuição da carteira por sector de atividade é analisada como segue:

(milhares de euros)

Sector de Atividade	2021			2020		
	%	Exposição	Imparidade	%	Exposição	Imparidade
Comunicações	2%	1 096	0	3%	1 101	0
Consumo - Cíclico	10%	4 779	0	10%	4 469	0
Consumo - Não Cíclico	4%	1 764	0	5%	2 129	0
Financeiro	17%	8 748	0	18%	7 596	0
Fundos	44%	22 240	0	35%	14 994	0
Governos	13%	6 613	0	15%	6 548	0
Serviços	7%	3 542	0	12%	5 298	0
Outro	3%	1 485	0	3%	1 230	0
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>50 267</b>	<b>0</b>	<b>100%</b>	<b>43 365</b>	<b>0</b>

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas. A distribuição da carteira por sector de atividade é analisada como segue:

2021

(milhares de euros)

Grupo Emitente	2021			
	Tipo Activo	Rating	Exposição	Peso
Divida Pública Portuguesa	OBG	BBB	2 036	3,9%
Divida Pública Espanhola	OBG	A	1 455	2,8%
Divida Pública Belga	OBG	AA	1 036	2,0%
Banco Bankinter	CPZ	BBB	962	1,9%
Credit Agricole Sa	OBG	A	712	1,4%
Divida Pública Irlanda	OBG	A	599	1,2%
Bp Capital Markets Plc	OBG	A	548	1,1%
Agence Française Développement	OBG	AA	526	1,0%
Schlumberger Finance Bv	OBG	A	505	1,0%
Wells Fargo & Company	OBG	BBB	501	1,0%
<b>Total</b>			<b>8 881</b>	<b>17%</b>
<b>Total Carteira investimentos</b>			<b>51 634</b>	<b>100%</b>

(milhares de euros)

Grupo Emitente	2020			
	Tipo Activo	Rating	Exposição	Peso
Divida Pública Portuguesa	OBG	BBB	2 288	5,1%
Divida Pública Espanhola	OBG	A	1 504	3,4%
Divida Pública Belga	OBG	AA	1 077	2,4%
Banco Bankinter	CPZ	BBB	960	2,1%
Simon Intl Finance Sca	OBG	A	701	1,6%
Vf Corp.	OBG	A	687	1,5%
Divida Pública Irlanda	OBG	A	626	1,4%
Schlumberger Finance Bv	OBG	A	570	1,3%
Bp Capital Markets Plc	OBG	A	557	1,2%
Agence Française Développement	OBG	AA	546	1,2%
<b>Total</b>			<b>9 516</b>	<b>21%</b>
<b>Total Carteira investimentos</b>			<b>44 730</b>	<b>100%</b>

### Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face a obrigações assumidas perante tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

Para efeitos de mitigação deste risco, salienta-se que a Companhia dispõe de um plano mensal de tesouraria, revisto semanalmente e analisado diariamente.

O plano de tesouraria visa ainda a aplicação financeira dos excedentes de capital, nomeadamente em depósitos de curto e médio prazo, com a salvaguarda de mobilização antecipada.

Sempre que existam fortes fluxos de saída, a Direção Financeira, em articulação com a gestão de investimentos, prevê a necessidade de liquidez.

### Risco de crédito

O Risco de crédito consiste no risco de perda por incumprimento ou deterioração dos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro, montantes a receber de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido consideradas no risco de *spread*.

A Companhia dispõe de procedimentos de controlo para a mitigação deste risco relativo a clientes e agentes, nomeadamente, a monitorização sistemática da evolução dos montantes e da antiguidade dos recibos por cobrar.

No que se refere aos resseguradores, estes são criteriosamente selecionados, não só em função da sua solidez económica e financeira, como também da sua capacidade técnica. É efetuada periodicamente uma análise à evolução dos *ratings* dos resseguradores.

### Risco operacional

O Risco operacional corresponde ao risco de perdas significativas resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos.

No ponto seguinte que visa o sistema de controlo interno enquadram-se os riscos operacionais com grau de granularidade superior.

A gestão do risco operacional visa identificar e conhecer os riscos que a Companhia enfrenta e monitorizar os mesmos, de acordo com as tolerâncias definidas.

A abordagem metodológica utilizada segue as 3 etapas seguintes:

#### ⇒ Identificação e classificação de riscos

A identificação dos riscos é realizada através da realização de entrevistas com os responsáveis das principais áreas da Companhia.

Nestas entrevistas serão identificados os principais riscos *top-down* da área e categorizados de acordo com as orientações emitidas pela ASF.

Para além da categoria e subcategoria de risco, a Companhia define o risco a que se encontra exposta, bem como as causas e consequências.

#### ⇒ Avaliação dos controlos e da sua efetividade

Esta avaliação reveste-se de grande importância para a correta identificação do risco inerente e do risco residual de cada um dos respetivos riscos, sendo este fundamental para a definição das ações de mitigação/controlos adicionais a realizar.

Para calcular o impacto e a probabilidade (inerente e residual), é necessário recorrer a um conjunto de métodos como: dados de perdas internos; dados de perdas externos; experiência e intuição dos “*risk owners*”.

### ⇒ Identificação dos KRI<sup>1</sup> e planos de ação

O KRI<sup>1</sup> encontra-se relacionado com um risco específico e serve de alerta para a eventual alteração da probabilidade e impacto do evento de risco ocorrer.

Identificados e classificados os principais riscos *top-down* da Companhia, são identificados quais os riscos que serão sujeitos a testes de *stress* no âmbito do processo de autoavaliação prospetiva dos riscos.

Estes devem refletir os riscos de alto impacto e média/baixa probabilidade para que seja possível utilizar variáveis de orçamento para testar o seu impacto.

### Sistema de controlo interno

O sistema de controlo interno compreende um conjunto de meios, de comportamentos, de procedimentos e ações adaptado às suas características próprias e destina-se a fornecer uma segurança razoável quanto à realização dos objetivos da Companhia.

Os principais efeitos esperados de um sistema de controlo interno e de gestão de riscos operacionais eficaz são:

⇒ Identificar os eventos potenciais suscetíveis de afetar a realização dos objetivos da Companhia, assegurar o tratamento em caso de ocorrência do risco e prever as ações a serem tomadas;

⇒ Definir um sistema de controlo proporcional aos riscos que a organização está disposta a aceitar para aumentar o seu valor;

⇒ Permitir à gestão a tomada de decisão de forma elucidada.

A Companhia segue a definição e as matrizes de *COSO Report*<sup>2</sup>.

A Companhia entende o termo “controlo interno” como um meio de:

⇒ Controlar os seus processos;

⇒ Otimizar as suas atividades;

⇒ Reforçar a sua competitividade.

O controlo interno é uma obrigação de todos: qualquer pessoa que exerça uma atividade na organização deve gerir os seus riscos e os seus controlos no domínio da sua atividade.

---

<sup>1</sup> *Key Risk Indicator*

<sup>2</sup> *Committee Of Sponsoring Organisation of the Treatway Commission*

Partindo deste princípio são formalizados os riscos identificados para cada atividade da Companhia (Macro processos) através de um mapeamento de riscos.

- ⇒ Cada compilação inclui as atividades da Companhia em processos e subprocessos;
- ⇒ Para cada subprocesso são identificados os eventos de risco;
- ⇒ Para cada evento de risco é associado um objetivo de controlo;
- ⇒ Para cada objetivo de controlo, um ou mais exemplos de atividades de controlo são descritos a fim de esclarecer a compreensão do objetivo de controlo, se necessário.

Para cada objetivo de controlo, os operacionais devem:

- ⇒ Descrever o controlo implementado, para fornecer uma garantia razoável relativamente à ocorrência (frequência) e à gravidade (custo) do evento de risco identificado;
- ⇒ E autoavaliar a eficácia do controlo através de um questionário.

A autoavaliação do sistema de controlo interno desenrola-se em várias fases:

- ⇒ Campanha de autoavaliação;
- ⇒ Descrição das atividades de controlo;
- ⇒ Autoavaliação das atividades de controlo;
- ⇒ Planos de ação, se necessário;
- ⇒ Testes independentes;
- ⇒ Teste de eficácia dos controlos (conceção e operacional);
- ⇒ Recomendação, se necessária.

#### **5.4. Perdas por imparidade reconhecidas e revertidas relativamente a ativos de resseguro**

Não ocorreram perdas por imparidades neste exercício.

#### **5.5. Informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e das provisões**

São periodicamente desenvolvidas análises aos rácios de sinistralidade e rentabilidade da carteira, segmentada por diversas variáveis, bem como outros estudos atuariais com vista a avaliar a adequação das tarifas praticadas.

É calculado, designadamente, o rácio agregado (divisão de todos os custos constantes da Conta Técnica pela totalidade das receitas detalhadas na mesma), relativamente a cada ramo. A suficiência



ou insuficiência tarifária é aferida consoante este rácio seja inferior ou superior a 100%, completando-se o critério pela análise da constituição da Provisão para Riscos em Curso.

São igualmente desenvolvidas análises de sensibilidade à tarifa, bem como estudos comparativos com as práticas do mercado.

A análise de adequação das provisões técnicas é periodicamente efetuada, através de métodos determinísticos e estocásticos, para além de auditorias periódicas, designadamente pela análise casuística de processos de sinistro.

### 5.6. Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afetos aos vários segmentos), calculados sem redução do resseguro cedido

A provisão para sinistros no final do exercício é de 36.771.394,02 euros que se compara com 29.050.362,23 euros em 2020.

O rácio de sinistralidade global da Caravela em 2021, calculado sobre os prémios brutos emitidos e antes de imputação de custos, foi de 66,1% (62,1% em 2020) e 68,6% após imputações (em 2020 foi de 64,8%):

Rácios de sinistralidade (por ramos)	2021	2020
Acidentes Trabalho	74,7%	73,9%
Acidentes Pessoais	11,2%	41,9%
Doença	0,0%	0,0%
<b>Acidentes / Doença</b>	<b>70,0%</b>	<b>70,2%</b>
Incêndio / Outros Danos	59,9%	51,6%
Automóvel	70,3%	64,2%
Restantes Ramos	62,0%	66,3%
<b>Rácio de Sinistralidade (1)</b>	<b>68,6%</b>	<b>64,8%</b>

( 1 ) - Incluindo Custos Imputados à função Sinistros

O rácio combinado (incluindo resseguro) apresenta a seguinte composição em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Análise aos resultados	2021	2020
Custos e gastos de exploração / Prémios adquiridos	24,0%	26,2%
Custos com sinistros / Prémios adquiridos	71,5%	67,9%
<b>Rácio Combinado</b>	<b>95,6%</b>	<b>94,1%</b>

## 5.7. Montantes recuperáveis relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros (sub-rogação) ou da obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados)

O valor referente a reembolsos de sinistros apresentava a seguinte decomposição no último dia dos anos de 2021 e 2020:

U:Euro

Tipo de reembolso	Valor a recuperar ano 2021	Valor a recuperar ano 2020
Inventários/Salvados	0	0
Out.Tomadores/Reembolsos de Sinistros	1 743 623	1 579 954
Out.Dev.Credores/Reembolsos de Sinistros	0	0

A Companhia considera que os valores de reembolsos são recuperáveis, pelo que concluiu não existir imparidade neste exercício, não tendo sido registada nenhuma perda.

## 6. Instrumentos financeiros (não inclui contratos de investimento)

O Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2021 é apresentado no Anexo 1, e do qual se apresenta o seguinte resumo:

U:Euro

Instrumento financeiro	Valor Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	
de emissores públicos	6 196 156,06
de outros emissores	21 567 480,29
Acções	237 056,16
Outros títulos de rendimento variável	22 239 986,38
<b>Total</b>	<b>50 240 678,88</b>

### Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Todos os instrumentos financeiros detidos pela Companhia são admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados e encontram-se mensurados ao seu justo valor, com exceção dos títulos Prodis Thema Fund e Lehman, que se encontram mensurados por 0,00€ e 10,00€, respetivamente, tendo para estes ativos sido reconhecidas imparidades por incumprimento dos emitentes, nos anos de 2010 e 2011.

No momento da aquisição, os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos ao seu justo valor (preço de aquisição) adicionado dos custos de transação.

Nas mensurações subsequentes esses ativos continuam a ser registados ao seu justo valor sendo as respetivas variações reconhecidas no capital próprio, em “reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda”.

No exercício de 2021 a Companhia reconheceu em capital próprio uma variação negativa de - 697.105,92 euros (em 2020 a variação foi positiva de +456.238,04 euros) no justo valor das carteiras de investimentos, a qual se encontra registada na reserva de reavaliação.

### Segmentação por classes

A política de investimentos da Companhia, detalhada no ponto 4 tem em conta o cumprimento das regras e dos limites estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e a diversificação prudencial dos investimentos, visando a sua adequação às responsabilidades da Caravela, numa ótica de otimização do binómio risco/rentabilidade.

A estratégia e os critérios para gestão dos investimentos são anualmente estabelecidos pela Administração, procedendo-se à monitorização mensal do seu cumprimento bem como da *performance* assim alcançada, com vista à adequação, a cada momento, da carteira de investimentos aos objetivos definidos.

As ações desenvolvidas durante o ano de 2021 adequaram a carteira de ativos financeiros à estrutura de reforçada prudência, em cumprimento do objetivo previamente delineado.

A composição dos instrumentos financeiros por classes é a seguinte:

U: Euro

Instrumento financeiro	Justo Valor 2021	%	Justo Valor 2020	%
Participações em filiais e associadas	2 400,00	0%	2 400,00	0%
Acções, unidades participação e fundos investimento	22 477 042,54	43%	15 231 096,09	34%
Títulos de rendimento fixo	26 790 404,13	52%	26 046 248,76	58%
Títulos de rendimento variável	973 232,22	2%	1 964 936,88	4%
Instrumentos derivados	0,00	0%	0,00	0%
Depósitos em instituições de crédito	1 465 995,36	3%	1 435 179,36	3%
Outros empréstimos	23 856,00	0%	120 739,73	0%
<b>Total</b>	<b>51 732 930,24</b>	<b>100%</b>	<b>44 800 600,81</b>	<b>100%</b>

De acordo com as regras estabelecidas, os ativos financeiros da Companhia continuaram a ser maioritariamente investidos na Zona Euro, conforme se pode verificar no quadro da página seguinte:

2021

U:Euro

Carteira títulos	Justo Valor 2021	%	Justo Valor 2020	%
<b>Zona Euro</b>	<b>43 130 370,06</b>	<b>86%</b>	<b>35 783 545,30</b>	<b>83%</b>
Portugal	4 644 489,23	9%	3 735 773,45	9%
Alemanha	1 974 116,90	4%	1 823 346,84	4%
Austria	431 343,12	1%	448 061,52	1%
Bélgica	1 036 352,88	2%	1 076 672,88	2%
Espanha	2 672 151,77	5%	2 933 184,03	7%
França	27 833 168,14	55%	20 652 177,82	48%
Irlanda	599 224,70	1%	782 200,62	2%
Itália	295 165,55	1%	299 351,35	1%
Luxemburgo	389 430,84	1%	1 013 953,81	2%
Países Baixos	2 384 595,35	5%	2 416 326,71	6%
Noruega	295 742,27	1%	302 063,87	1%
Suécia	574 589,33	1%	300 432,40	1%
<b>Fora Zona Euro</b>	<b>7 136 564,84</b>	<b>14%</b>	<b>7 581 876,17</b>	<b>17%</b>
<b>Total</b>	<b>50 266 934,91</b>	<b>100%</b>	<b>43 365 421,48</b>	<b>100%</b>

O risco de liquidez em que a Companhia pode incorrer pelo facto de poder não dispor de todos os seus ativos financeiros no momento em que tenha de satisfazer os seus compromissos decorrentes dos contratos de seguro, é indicado nos quadros seguintes, referentes aos 2 últimos anos e relativos a investimentos no mercado obrigacionista:

U:Euro

Activo financeiro	Maturidade em 31.12.2021					Total
	< 6 meses	< 1 ano	< 3 anos	< 5 anos	> 5 anos	
Dívida pública	147 590,73	973 232,22	185 976,93	76 873,55	3 982 549,48	5 366 222,91
Obrigações a taxa fixa	875 154,05	1 716 944,56	5 295 238,55	5 128 425,19	9 381 651,09	22 397 413,44
Obrigações a taxa variável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1 022 744,77</b>	<b>2 690 176,78</b>	<b>5 481 215,48</b>	<b>5 205 298,74</b>	<b>13 364 200,57</b>	<b>27 763 636,35</b>

U:Euro

Activo financeiro	Maturidade em 31.12.2020					Total
	< 6 meses	< 1 ano	< 3 anos	< 5 anos	> 5 anos	
Dívida pública	199 723,13	981 816,67	1 536 506,95	181 342,64	3 697 083,94	6 596 473,33
Obrigações a taxa fixa	49 057,21	731 844,53	6 526 403,28	6 582 652,72	7 524 754,56	21 414 712,31
Obrigações a taxa variável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>248 780,35</b>	<b>1 713 661,20</b>	<b>8 062 910,23</b>	<b>6 763 995,36</b>	<b>11 221 838,50</b>	<b>28 011 185,64</b>

O quadro seguinte evidencia a qualidade creditícia dos emitentes das obrigações, de acordo com os *ratings* definidos por entidades externas à data desta análise:

2021

U:Euro

Obrigações por notação de rating	2021	%	2020	%
AAA	491 662,55	2%	504 791,01	2%
AA +	431 343,12	2%	448 061,52	2%
AA	2 184 704,38	8%	1 457 596,28	5%
AA -	4 046 450,70	15%	4 289 931,13	15%
A +	3 163 408,31	11%	1 859 060,25	7%
A	2 707 296,72	10%	3 894 493,62	14%
A -	5 424 520,01	20%	5 642 098,62	20%
BBB +	3 900 661,67	14%	3 819 030,65	14%
BBB	4 217 995,44	15%	4 521 956,66	16%
BB	0,00	0%	0,00	0%
BB +	0,00	0%	228 783,45	1%
BBB -	1 195 588,64	4%	1 345 377,65	5%
BB -	0,00	0%	0,00	0%
B +	0,00	0%	0,00	0%
CC	0,00	0%	0,00	0%
CCC	0,00	0%	0,00	0%
Não Cotados	4,80	0%	4,80	0%
<b>Total</b>	<b>27 763 636,35</b>	<b>100%</b>	<b>28 011 185,64</b>	<b>100%</b>

O Grupo não efetuou operações em contratos de derivados nem utilizou operações de reporte nem de empréstimo de valores durante o ano.

O critério seguido pela Companhia para reconhecer títulos em imparidade, enunciado na nota 3.2.1., manteve-se o mesmo durante o presente exercício, sendo o seguinte:

⇒ Para instrumentos de capital o Grupo considera uma desvalorização continuada quando esta se verificar por mais de 180 dias, ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 30% na respetiva cotação à data de balanço;

⇒ Para instrumentos de dívida o Grupo reconhece imparidade quando existe significativa dificuldade financeira do emitente tornando-se provável um processo de falência ou uma quebra de contrato por incumprimento nos pagamentos de juro ou de capital.

No encerramento do exercício de 2021 a segregação pelas respetivas categorias em 2021 e 2020 apresentou-se como segue:

2021  
U:Euro

Activo financeiro	Valor Aquisição	Justo Valor	Reversão em Res.Reavaliação	Imparidade Acum. (Liq. de Reversão)
Dívida pública				0,00
Obrigações a taxa fixa	44 376,29	4,80	0,00	-44 371,49
Obrigações a taxa variável				0,00
Accções				0,00
Unidades Partic. Fundos Inv.	335 969,69	0,00	-295 474,79	-40 494,91
<b>Total</b>	<b>380 345,99</b>	<b>4,80</b>	<b>-295 474,79</b>	<b>-84 866,40</b>

2021

2020  
U: Euro

Activo financeiro	Valor Aquisição	Justo Valor	Reversão em Res.Reavaliação	Imparidade Acum. (Liq. de Reversão)
Dívida pública				0
Obrigações a taxa fixa	44 376,29	4,80	0,00	-44 371,49
Obrigações a taxa variável				0,00
Acções				0,00
Unidades Partic. Fundos Inv.	335 969,69	0,00	-268 096,29	-67 873,41
<b>Total</b>	<b>380 345,99</b>	<b>4,80</b>	<b>-268 096,29</b>	<b>-112 244,90</b>

Os ativos financeiros disponíveis para venda tinham a seguinte composição no final de cada um dos anos em comparação:

2021  
U: Euro

Activo financeiro	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade Acumulada	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	Valor de balanço *
<b>Instrumentos de dívida</b>								
De dívida pública								
De emissores nacionais	2 044 795,59	2 303,52	2 047 099,10		2 047 099,10		-10 963,59	2 036 135,52
De emissores estrangeiros								
Espanha	1 092 577,87	6 129,38	1 098 707,25		1 098 707,25		16 868,74	1 115 575,99
França	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Alemanha	144 150,39	3 432,33	147 582,72		147 582,72		8,01	147 590,73
Bélgica	1 016 315,02	4 544,88	1 020 859,89		1 020 859,89		15 492,98	1 036 352,88
Irlanda	583 220,56	6 032,04	589 252,59		589 252,59		9 972,08	599 224,68
Austria	432 153,18	207,12	432 360,31		432 360,31		-1 017,18	431 343,12
De outros emissores públicos								
De emissores nacionais	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
De emissores estrangeiros	818 355,28	7 396,99	825 752,27		825 752,27		4 180,88	829 933,15
De outros emissores								
De emissores nacionais	47 979,08	746,96	48 726,04		48 726,04		1 254,52	49 980,56
De emissores estrangeiros	21 334 074,59	97 709,98	21 431 784,57	-44 371,49	21 387 413,07		130 086,66	21 517 499,74
	<b>27 513 621,55</b>	<b>128 503,18</b>	<b>27 642 124,73</b>	<b>-44 371,49</b>	<b>27 597 753,24</b>	<b>0,00</b>	<b>165 883,11</b>	<b>27 763 636,35</b>
<b>Instrumentos de capital</b>								
De emissores nacionais	1 762,08	0,00	1 762,08		1 762,08			1 762,08
De emissores estrangeiros	235 294,08	0,00	235 294,08		235 294,08		0,00	235 294,08
	<b>237 056,16</b>	<b>0,00</b>	<b>237 056,16</b>	<b>0,00</b>	<b>237 056,16</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>237 056,16</b>
<b>Outros instrumentos</b>								
Unidades de participação								
De residentes	2 421 417,70	0,00	2 421 417,70		2 421 417,70		-44 542,79	2 376 874,91
De não residentes	19 935 283,45	0,00	19 935 283,45	-40 494,91	19 894 788,55	0,00	-31 677,08	19 863 111,47
	<b>22 356 701,15</b>	<b>0,00</b>	<b>22 356 701,15</b>	<b>-40 494,91</b>	<b>22 316 206,24</b>	<b>0,00</b>	<b>-76 219,87</b>	<b>22 239 986,38</b>
<b>Total</b>	<b>50 107 378,86</b>	<b>128 503,18</b>	<b>50 235 882,04</b>	<b>-84 866,40</b>	<b>50 151 015,64</b>	<b>0,00</b>	<b>89 663,24</b>	<b>50 240 678,88</b>

\* - Inclui juros a receber

2021

2020  
U:Euro

Activo financeiro	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade Acumulada	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	Valor de balanço *
<b>Instrumentos de dívida</b>								
De dívida pública								
De emissores nacionais	2 257 225,16	11 657,93	2 268 883,09		2 268 883,09		18 979,00	2 287 862,09
De emissores estrangeiros								
Espanha	1 690 052,53	11 993,71	1 702 046,24		1 702 046,24		51 013,55	1 753 059,79
França	242 137,21	1 532,71	243 669,92		243 669,92		8 537,99	252 207,91
Alemanha	147 378,87	3 432,79	150 811,66		150 811,66		1 387,53	152 199,19
Bélgica	1 023 815,34	4 544,88	1 028 360,22		1 028 360,22		48 312,66	1 076 672,88
Irlanda	590 452,69	6 032,04	596 484,72		596 484,72		29 925,23	626 409,96
Austria	432 173,77	207,12	432 380,90		432 380,90		15 680,63	448 061,52
De outros emissores públicos								
De emissores nacionais	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
De emissores estrangeiros	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
De outros emissores								
De emissores nacionais	47 963,68	746,96	48 710,64		48 710,64		2 095,52	50 806,16
De emissores estrangeiros	20 673 756,01	112 553,43	20 786 309,44	-44 371,49	20 741 937,95		621 968,20	21 363 906,15
	<b>27 104 955,27</b>	<b>152 701,56</b>	<b>27 257 656,83</b>	<b>-44 371,49</b>	<b>27 213 285,34</b>	<b>0,00</b>	<b>797 900,30</b>	<b>28 011 185,64</b>
<b>Instrumentos de capital</b>								
De emissores nacionais	1 714,08	0,00	1 714,08		1 714,08			1 714,08
De emissores estrangeiros	235 294,08	0,00	235 294,08		235 294,08		0,00	235 294,08
	<b>237 008,16</b>	<b>0,00</b>	<b>237 008,16</b>	<b>0,00</b>	<b>237 008,16</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>237 008,16</b>
<b>Outros instrumentos</b>								
Unidades de participação								
De residentes	1 120 707,94	0,00	1 120 707,94		1 120 707,94		-4 514,30	1 116 193,63
De não residentes	13 952 384,57	0,00	13 952 384,57	-67 873,41	13 884 511,17	0,00	-6 616,87	13 877 894,29
	<b>15 073 092,51</b>	<b>0,00</b>	<b>15 073 092,51</b>	<b>-67 873,41</b>	<b>15 005 219,10</b>	<b>0,00</b>	<b>-11 131,18</b>	<b>14 994 087,93</b>
<b>Total</b>	<b>42 415 055,94</b>	<b>152 701,56</b>	<b>42 567 757,50</b>	<b>-112 244,90</b>	<b>42 455 512,60</b>	<b>0,00</b>	<b>786 769,12</b>	<b>43 242 281,73</b>

\* - Inclui juros a receber

## 7. Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

Os valores em Caixa e em Depósitos à Ordem registados no balanço são em moeda corrente de euro e destinam-se a fazer face a pagamentos de tesouraria de curto prazo.

Todos os saldos de Caixa e seus equivalentes, bem como os Depósitos à Ordem em instituições de crédito estão disponíveis para uso do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica da demonstração da posição financeira apresenta a seguinte composição:

	2021	48% Caravela	TPIF Douro
Caixa e seus equivalentes	384	384	0
Sede	96	96	0
Dependências	288	288	0
Depósitos à ordem	3 017 939	2 887 104	130 835
<b>TOTAL</b>	<b>3 018 323</b>	<b>2 887 488</b>	<b>130 835</b>

U: Euro

2021

U: Euro

	2020	48% Caravela	TPIF Douro
Caixa e seus equivalentes	384	384	0
Sede	96	96	0
Dependências	288	288	0
Depósitos à ordem	2 601 323	2 496 688	104 635
<b>TOTAL</b>	<b>2 601 707</b>	<b>2 497 072</b>	<b>104 635</b>

A reconciliação dos montantes apurados na Demonstração de Fluxos de Caixa da Caravela com os itens equivalentes relatados na Demonstração da Posição Financeira apresenta a seguinte configuração:

U: Euro

	2021	2020
Numerário	384,00	384,00
Depósitos bancários imediatos mobilizáveis	3 017 939,01	2 601 322,84
Outros depósitos bancários imediatos mobilizáveis	1 367 455,09	1 365 039,89
<b>Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem - Demonstração Posição Financeira</b>	<b>4 385 778,10</b>	<b>3 966 746,74</b>

## 8. Terrenos e edifícios

Conforme descrito na nota 3.3.1., a Companhia detém a propriedade do seguinte imóvel de rendimento, valorizado ao justo valor, nos termos da IAS 40:

U: Euro

Imóvel	Valor Aquisição	Ano aquisição	Ano Venda	Valor Venda	Valor Líquido de Balanço
De rendimento					
Campo Vinha Braga	591 303,51	2016			591 303,51
Armazéns Tejo (inclui despesas de aquisição)	3 752 448,88	2021			3 752 448,88
<b>Total</b>	<b>4 343 752,40</b>			<b>0</b>	<b>4 343 752,40</b>

A Companhia procedeu neste exercício à avaliação do imóvel Campo da Vinha, em Braga, não tendo resultado variação do valor contabilístico.

## 9. Outros ativos fixos tangíveis (exceto terrenos e edifícios)

Os ativos tangíveis estão valorizados ao custo histórico de aquisição deduzido das depreciações acumuladas.

Os custos de reparação e manutenção não são capitalizados, sendo reconhecidos diretamente em resultados, quando incorridos.



2021

As depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes com base nas taxas anuais fiscalmente aceites e que refletem a vida útil estimada dos bens.

Os movimentos registados nos exercícios de 2021 e 2020 foram os seguintes:

2021  
U:Euro

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Depreciações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
<b>Activos Tangíveis</b>									
Equipamento administrativo	119 101,68	119 101,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Máquinas e ferramentas	113 010,72	107 540,14	3 885,11	0,00	0,00	0,00	4 485,07	0,00	4 870,62
Equipamento informático	291 861,48	184 940,81	13 240,03	0,00	0,00	0,00	39 474,22	0,00	80 686,48
Instalações interiores	1 434,67	839,60	0,00	0,00	0,00	0,00	198,37	0,00	396,70
Material de transporte	162 683,22	72 523,43	0,00	0,00	0,00	0,00	34 352,06	0,00	55 807,73
Equipamento hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outro Equipamento	51 122,22	27 277,76	8 380,84	0,00	365,57	0,00	7 269,52	365,57	24 955,79
Locação Operacional	1 045 109,14	228 763,84	51 928,22	0,00	0,00	0,00	226 446,63	0,00	641 826,88
<b>TOTAL</b>	<b>1 784 324,12</b>	<b>740 987,25</b>	<b>77 434,20</b>	<b>0,00</b>	<b>365,57</b>	<b>0,00</b>	<b>312 225,87</b>	<b>365,57</b>	<b>808 544,20</b>

2020  
U:Euro

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Depreciações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
<b>Activos Tangíveis</b>									
Equipamento administrativo	117 022,69	117 022,69	2 103,42	0,00	24,43	0,00	2 103,42	24,43	0,00
Máquinas e ferramentas	109 676,65	104 293,92	3 334,07	0,00	0,00	0,00	3 246,21	0,00	5 470,58
Equipamento informático	207 839,20	162 999,80	129 187,87	0,00	45 165,60	0,00	55 815,33	33 874,32	106 920,67
Instalações interiores	1 434,67	641,22	0,00	0,00	0,00	0,00	198,37	0,00	595,08
Material de transporte	123 419,22	47 771,14	58 464,00	0,00	0,00	19 200,00	34 352,13	9 599,84	90 159,79
Equipamento hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outro Equipamento	45 340,86	21 558,79	5 781,36	0,00	0,00	0,00	5 718,96	0,00	23 844,47
Locação Operacional	955 322,61	0,00	91 357,57	0,00	1 571,04	0,00	228 763,84	0,00	816 345,29
<b>TOTAL</b>	<b>1 560 055,90</b>	<b>454 287,57</b>	<b>290 228,30</b>	<b>0,00</b>	<b>46 761,07</b>	<b>19 200,00</b>	<b>330 198,27</b>	<b>43 498,59</b>	<b>1 043 336,00</b>

## 10. Afetação dos investimentos e outros ativos

A Companhia afetou os seus investimentos e outros ativos unicamente a contratos de seguro, nos anos de 2021 e 2020 da forma que segue:

2021  
U:Euro

INVESTIMENTOS E OUTROS ACTIVOS	Total
Caixa e equivalentes	3 018 323,01
Terrenos e edifícios	4 343 752,40
Invest. em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2 400,00
Activos financeiros detidos para negociação	
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	
Derivados de cobertura	
Activos financeiros disponíveis para venda	50 240 678,88
Empréstimos e contas a receber	1 391 311,09
Investimentos a deter até à maturidade	
Outros activos tangíveis	808 544,20
Outros activos intangíveis	1 650 485,08
<b>TOTAL</b>	<b>61 455 494,66</b>

		2020
		U:Euro
INVESTIMENTOS E OUTROS ACTIVOS		Total
Caixa e equivalentes		2 601 706,84
Terrenos e edifícios		591 303,51
Invest. em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
Activos financeiros detidos para negociação		
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas		
Derivados de cobertura		
Activos financeiros disponíveis para venda		43 242 281,73
Empréstimos e contas a receber		1 485 779,62
Investimentos a deter até à maturidade		
Outros activos tangíveis		1 043 335,88
Outros activos intangíveis		1 098 502,70
<b>TOTAL</b>		<b>50 062 910,29</b>

## 11. Ativos Intangíveis

Esta rubrica integra o investimento em *software*, que é amortizado em 3 anos pelo método das quotas constantes, bem como os direitos de concessão por 10 anos das marcas nacionais “Netagentes”, “Protegemos o Seu Futuro”, “Caravela Seguros” e “Caravela”, no valor global de 4.414 euros, incluído na rubrica de outros ativos intangíveis.

Para as aquisições de *software* ocorridas a partir do exercício de 2015, foi estabelecida a utilização do método de amortização pelo período máximo de vida útil de 6 anos.

Estes ativos estão valorizados ao custo de aquisição líquido das amortizações acumuladas e dentro dos limites das taxas em vigor, sendo que os custos incorridos com a manutenção posterior do *software* são reconhecidos em resultados, não sendo por isso capitalizados.

Os movimentos registados em 2021 e 2020 foram os seguintes:

										2021
										U:Euro
RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)	
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações		
<b>Activos Intangíveis</b>										
Despesas de desenvolvimento	450 122,32	150 039,33	0,00	0,00	0,00	0,00	150 026,00	0,00	150 056,99	
Despesas com aplic. informáticas	1 188 958,72	719 068,29	439 200,04	0,00	0,00	0,00	182 955,25	0,00	726 135,46	
Activos Intangíveis em curso	327 555,01	0,00	901 219,02	0,00	455 267,77	0,00	0,00	0,00	773 506,26	
Outros	2 118,79	1 144,52	0,00	0,00	0,00	0,00	187,66	0,00	786,61	
<b>TOTAL</b>	<b>1 968 754,84</b>	<b>870 252,14</b>	<b>1 340 419,06</b>	<b>0,00</b>	<b>455 267,77</b>	<b>0,00</b>	<b>333 168,91</b>	<b>0,00</b>	<b>1 650 485,32</b>	
										2020
										U:Euro
RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)	
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações		
<b>Activos Intangíveis</b>										
Despesas de desenvolvimento	0,00	0,00	450 122,32	0,00	0,00	0,00	150 039,33	0,00	300 082,99	
Despesas com aplic. informáticas	682 074,03	605 749,41	506 884,69	0,00	0,00	0,00	113 318,88	0,00	469 890,44	
Activos Intangíveis em curso	968 834,34	0,00	322 313,67	0,00	963 593,00	0,00	0,00	0,00	327 555,01	
Outros	2 118,79	956,86	0,00	0,00	0,00	0,00	187,66	0,00	974,27	
<b>TOTAL</b>	<b>1 653 027,16</b>	<b>606 706,27</b>	<b>1 279 320,69</b>	<b>0,00</b>	<b>963 593,00</b>	<b>0,00</b>	<b>263 545,87</b>	<b>0,00</b>	<b>1 098 502,70</b>	

O saldo da rubrica “ativos intangíveis em curso”, no montante de 773.506,26 euros, é referente a pagamentos efetuados até à data, respeitantes ao desenvolvimento de novas aplicações informáticas, nomeadamente as seguintes:

- Projeto de Gestão de Pagamentos com data prevista de conclusão em 2022, no valor de 14.081,28 euros;
- Faturação Eletrónica de Entidades Públicas no valor de 6.482,40 euros;
- Projeto de Implementação da IFRS 17 no valor de 724.152,48 euros, com início de desenvolvimento em 2020 e com data prevista de conclusão em 2023.

Os projetos de desenvolvimento no âmbito da Automatização de Cobranças, Evolução de Produtos, Desenvolvimento do Ambiente de Produção, Suporte Aplicacional, Analytics, Portal, entre outros, uma vez implementados neste exercício, deixaram de fazer parte do ativo intangível em curso, tendo sido transferidos para o ativo da Companhia, incluídos nas rubricas de ativo fixo tangível e ativo intangível, pelo valor total de 455.268,00 euros.

## 12. Outras provisões e ajustamentos de contas do ativo

### Desdobramento das contas de ajustamentos e outras provisões pelas respetivas sub-contas

U: Euro

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
<u>Ajustamentos de Recibos por Cobrar</u>				
Outros Tomadores de seguros				
- Acidentes de Trabalho	110 444,47	299 611,90	190 469,33	219 587,03
- Acid.Pessoais e P.Transportadas	18 035,80	29 288,57	14 815,56	32 508,82
- Incêndio e Outros Danos	16 683,60	54 778,86	34 261,20	37 201,25
- Automóvel	161 598,89	623 796,27	104 273,29	681 121,87
- Marítimo e Transportes	1 160,28	8 397,55	8 031,39	1 526,44
- Mercadorias Transportadas	5 370,06	5 585,64	8 991,80	1 963,91
- Responsabilidade Civil Geral	8 079,67	13 337,88	19 210,61	2 206,94
- Protecção Jurídica	780,45	3 281,98	505,78	3 556,65
- Assistência	19 630,98	82 697,97	12 695,34	89 633,61
<b>Sub-total</b>	<b>341 784,20</b>	<b>1 120 776,61</b>	<b>393 254,30</b>	<b>1 069 306,52</b>
<u>Ajustam. de Créditos de Cobr Duvidosa</u>				
Mediadores de Seguros	51 836,62	0,00	7 454,83	44 381,79
Outros Devedores	19 859,21	0,00	0,00	19 859,21
<b>Sub-total</b>	<b>71 695,83</b>	<b>0,00</b>	<b>7 454,83</b>	<b>64 241,01</b>
<b>Total</b>	<b>413 480,04</b>	<b>1 120 776,61</b>	<b>400 709,13</b>	<b>1 133 547,52</b>

### 13. Prémios de contratos de seguro

A composição dos prémios reconhecidos no exercício resultantes de contratos de seguro, e de outros valores consta do anexo 4.

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

U:Euro

	2021	2020	Variação 2021/2020
Prémios brutos emitidos	55 862 512,11	48 345 070,23	15,5%
Prémios de resseguro cedido	-13 648 620,48	-11 728 781,17	
Variação da provisão para prémios não adquiridos brutos	-1 415 508,14	-2 322 857,35	
Variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro	557 788,84	126 242,28	
<b>Prémios adquiridos líquidos de resseguro</b>	<b>41 356 172,33</b>	<b>34 419 673,99</b>	<b>20,2%</b>

### 14. Rendimentos/réditos de investimentos

O rendimento das ações é contabilizado na rubrica de “rendimentos de investimentos” no momento do recebimento dos dividendos atribuídos.

Relativamente aos juros das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, são igualmente reconhecidos nas rubricas de “rendimentos de investimentos”, procedendo-se à sua especialização no final do exercício com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período correspondente (juro decorrido).

Os rendimentos reconhecidos no ano e no ano anterior, por categoria de investimentos, foram os seguintes:

U:Euro

Categoria de Investimento	Rendimentos em		Rendimentos em	
	2021	%	2020	%
Participações em filiais e associadas	0,00	0%	0,00	0%
Activos financeiros disponíveis para venda:				
Acções e outros títulos de rendimento variável	138 165,38	25%	2 137,46	1%
Títulos de rendimento fixo (obrigações)	172 132,22	32%	185 249,80	80%
Terrenos e Edifícios (de rendimento)	230 234,81	42%	36 576,00	16%
Empréstimos concedidos	2 860,27	1%	6 000,05	0%
Depósitos a prazo em instituições de crédito	222,13	0%	817,33	0%
Depósitos à ordem em instituições de crédito	0,00	0%	0,00	0%
<b>Total dos rendimentos</b>	<b>543 614,82</b>	<b>100%</b>	<b>230 780,64</b>	<b>100%</b>

## 15. Ganhos e perdas em investimentos

O resultado dos ganhos e perdas financeiras reconhecidos no exercício e no exercício anterior foram os seguintes:

2021 U:Euro			
Categoria de investimento	Ganhos em Investimentos	Perdas em Investimentos	Total Líquido
Acções e outros títulos de rendimento variável	23 425,92	-29 553,40	-6 127,48
Títulos de rendimento fixo (obrigações)	233 018,91	-1 714,51	231 304,40
<b>Total</b>	<b>256 444,83</b>	<b>-31 267,92</b>	<b>225 176,92</b>

2020 U:Euro			
Categoria de investimento	Ganhos em Investimentos	Perdas em Investimentos	Total Líquido
Acções e outros títulos de rendimento variável	0,00	-45 157,26	-45 157,26
Títulos de rendimento fixo (obrigações)	128 767,09	-1 964,08	126 803,01
<b>Total</b>	<b>128 767,09</b>	<b>-47 121,34</b>	<b>81 645,75</b>

## 16. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

A Companhia reconheceu no exercício uma reversão de imparidade no montante de 27.378,50 euros, em resultado dos pagamentos efetuados pelo Prodis Thema Fund.

## 17. Ganhos e perdas em diferenças de câmbio

Não foi reconhecido qualquer ganho/perda de valor em 2021 dado que os investimentos financeiros da Companhia são expressos em moeda “euro”, na sua totalidade.

## 18. Gastos diversos por função e natureza

A Companhia suportou nos anos de 2021 e 2020 os seguintes custos e gastos de exploração para aquisição de contratos de seguro:

Custos e Gastos de Exploração	Remunerações de mediação		Imputação		Total		Var.Total 2021/2020	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	Valor	%
	Custos de aquisição	6 187 331,79	5 290 470,56	4 244 470,86	3 949 772,95	10 431 802,66	9 240 243,50	1 191 559,15
Gastos administrativos	690 491,67	615 968,80	1 091 992,52	1 011 674,97	1 782 484,19	1 627 643,77	154 840,42	9,51%
Variação dos custos de aquisição diferidos	108 743,49	-166 284,65			108 743,49	-166 284,65	275 028,14	-165,40%
<b>Total</b>	<b>6 986 566,96</b>	<b>5 740 154,71</b>	<b>5 336 463,38</b>	<b>4 961 447,91</b>	<b>12 323 030,34</b>	<b>10 701 602,62</b>	<b>1 621 427,71</b>	<b>15,15%</b>

U:Euro

Os gastos são inicialmente registados por natureza e, posteriormente, imputados às funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, de acordo com o plano de contas e os critérios de imputação em vigor na Companhia, respetivamente em função do número de sinistros, do montante dos prémios brutos respeitantes à nova produção registada no ano, dos prémios brutos emitidos líquidos de anulações e estornos e dos custos com investimentos afetos às provisões técnicas, bem como das pessoas afetas a cada função.

Os custos e gastos por natureza imputados nos exercícios de 2021 e 2020 às diversas funções foram os seguintes:

2021  
U: Euro

Custos e gastos por natureza a imputar	Imputados a custos com sinistros	Imputados a custos de aquisição	Imputados a gastos administrativos	Imputados a gastos de investimentos	Total imputado	
Gastos com pessoal	3 230 998,56	552 500,75	2 109 842,06	542 807,76	25 847,99	3 230 998,56
Fornecimentos e serviços externos	2 359 222,60	516 194,41	1 451 745,96	373 496,68	17 785,55	2 359 222,60
Impostos e taxas	508 336,81	232 445,90	217 318,18	55 910,34	2 662,39	508 336,81
Depreciações e amortizações do exercício	651 251,55	111 364,01	425 267,27	109 410,26	5 210,02	651 251,55
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros suportados	12 423,65	2 124,45	8 112,64	2 087,17	99,38	12 423,65
Comissões	147 665,36	8 428,17	32 184,75	8 280,30	98 772,14	147 665,36
<b>Total</b>	<b>6 909 898,54</b>	<b>1 423 057,68</b>	<b>4 244 470,86</b>	<b>1 091 992,52</b>	<b>150 377,48</b>	<b>6 909 898,54</b>
		21%	61%	16%	2%	100%

2020  
U: Euro

Custos e gastos por natureza a imputar	Imputados a custos com sinistros	Imputados a custos de aquisição	Imputados a gastos administrativos	Imputados a gastos de investimentos	Total imputado	
Gastos com pessoal	3 211 850,30	552 438,25	2 094 126,39	536 379,00	28 906,65	3 211 850,30
Fornecimentos e serviços externos	2 003 162,52	410 149,88	1 254 401,26	321 296,03	17 315,35	2 003 162,52
Impostos e taxas	466 104,84	236 388,69	180 887,59	46 331,64	2 496,92	466 104,84
Depreciações e amortizações do exercício	593 744,14	102 123,99	387 121,18	99 155,27	5 343,70	593 744,14
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros suportados	14 045,19	2 415,77	9 157,46	2 345,54	126,41	14 045,19
Comissões	124 842,76	6 352,14	24 079,06	6 167,49	88 244,07	124 842,76
<b>Total</b>	<b>6 413 749,74</b>	<b>1 309 868,73</b>	<b>3 949 772,95</b>	<b>1 011 674,97</b>	<b>142 433,10</b>	<b>6 413 749,74</b>
		20%	62%	16%	2%	100%

A variação, entre 2021 e 2020 da rubrica “Fornecimentos e serviços externos” foi a seguinte:

U:Euro

Rubrica	2021	%	2020	%	2021/ 2020
Electricidade	11 372,78	0,5%	10 977,15	0,5%	3,6%
Combustíveis	42 621,02	1,8%	36 354,47	1,8%	17,2%
Água	1 276,14	0,1%	1 584,88	0,1%	-19,5%
Impressos	11 922,01	0,5%	22 668,96	1,1%	-47,4%
Material de escritório	7 944,43	0,3%	10 733,86	0,5%	-26,0%
Livros e documentação técnica	1 948,10	0,1%	847,34	0,0%	129,9%
Artigos para oferta	32 314,87	1,4%	37 060,66	1,9%	-12,8%
Conservação e reparação	53 963,16	2,3%	36 283,02	1,8%	48,7%
Rendas e alugueres	65 747,74	2,8%	51 658,68	2,6%	27,3%
Despesas de representação	21 499,43	0,9%	24 583,04	1,2%	-12,5%
Comunicação	399 694,80	16,9%	323 299,09	16,1%	23,6%
Deslocações e estadas	45 030,30	1,9%	44 049,02	2,2%	2,2%
Seguros	39 385,20	1,7%	35 537,25	1,8%	10,8%
Gastos com trabalho independente	101 763,74	4,3%	90 121,21	4,5%	12,9%
Publicidade e propaganda	244 137,23	10,3%	221 333,00	11,0%	10,3%
Limpeza, higiene e conforto	15 564,67	0,7%	18 562,71	0,9%	-16,2%
Contencioso e notariado	382,70	0,0%	1 697,30	0,1%	-77,5%
Trabalhos especializados	1 014 412,40	43,0%	821 344,97	41,0%	23,5%
Quotizações (da actividade)	46 512,76	2,0%	40 102,07	2,0%	16,0%
Refeições no local de trabalho	1 489,17	0,1%	1 567,00	0,1%	-5,0%
Gastos com cobrança de prémios	144 313,53	6,1%	117 523,26	5,9%	22,8%
Outros fornecimentos e serviços	55 926,43	2,4%	55 273,58	2,8%	1,2%
<b>Total</b>	<b>2 359 222,60</b>	<b>100%</b>	<b>2 003 162,52</b>	<b>100%</b>	<b>17,8%</b>

Algumas rubricas de fornecimento de serviços registaram uma variação mais significativa, nomeadamente:

O aumento de 48,7% em despesas de conservação e reparação, sendo o montante de 9.682,56 euros na conservação de edifícios, 4.987,20 euros na reparação de viaturas e 3.010,08 euros em equipamento administrativo.

Na comunicação, a variação de 23,6% é resultante essencialmente do recurso ao aumento dos serviços de internet e dados e dos serviços de correio.

O aumento de 10,3% em gastos com publicidade resulta do aumento da divulgação e comunicação na imprensa, e em merchandising, para a promoção da Caravela.

Os projetos de desenvolvimento das plataformas informáticas e digitais em curso justificam o aumento de 23,5% de trabalhos especializados no exercício.

## 19. Gastos com pessoal

### Número médio de trabalhadores ventilado por categorias profissionais

Conforme o Acordo de Empresa (AE), o número médio de Colaboradores, por categorias profissionais, ao serviço da Caravela durante o exercício de 2021 foi de 128, que compara com 127 em 2020, sendo de 133 o número absoluto em 31 de dezembro de 2021, mais quatro Colaboradores do que no ano de 2020, que eram 129.

MÉDIA ANO		TOTAL ANO	
ACORDO DE EMPRESA		ACORDO DE EMPRESA	
Diretor	1	Diretor	1
Gestor Técnico	13	Gestor Técnico	14
Gestor Comercial	4	Gestor Comercial	4
Gestor Operacional	2	Gestor Operacional	2
Técnico	14	Técnico	14
Coordenador Operacional	22	Coordenador Operacional	23
Especialista Operacional	69	Especialista Operacional	72
Auxiliar Geral	1	Auxiliar Geral	1
Assistente Operacional	2	Assistente Operacional	2
<b>MÉDIA ANO</b>	<b>128</b>	<b>TOTAL ANO</b>	<b>133</b>

### Despesas com o pessoal referentes ao exercício

Os custos com pessoal totalizaram 3.230.998,56 euros no exercício, que se comparam com 3.211.850,30 euros em 2020, correspondendo a um aumento de 0,6% em relação ao ano anterior, e incluem a contabilização no exercício do montante de 9.477,59 euros, correspondente ao encargo com o pagamento do prémio de permanência, nos termos enunciados na nota 3.6.

De referir a contribuição adicional do exercício, efetuada para o Plano Individual de Reforma (P.I.R.), no montante de 36.593,54 euros, que em 2020 havia sido de 30.329,11 euros, conforme mencionado no ponto seguinte.

Estas despesas tinham a seguinte composição em 31 de dezembro de 2021 e 2020:



U: Euro

Contas	Rubricas	2021	2020	2021/2020
	Gastos com Pessoal			
6800	Remunerações dos órgãos sociais	324 434,88	423 557,79	-23,40%
6801	Remunerações do pessoal	2 136 799,13	2 048 486,62	4,31%
6802	Encargos sobre remunerações	578 600,52	556 345,38	4,00%
6803	Benefícios pós-emprego	36 593,54	30 329,11	20,65%
6804	Outros benefícios a longo prazo dos empregados	9 477,59	8 216,26	15,35%
6806	Seguros obrigatórios	74 632,33	72 016,70	3,63%
6807	Gastos de ação social	42 703,95	38 050,74	12,23%
6808	Outros gastos com o pessoal	27 756,62	34 847,71	-20,35%
	<b>TOTAL</b>	<b>3 230 998,56</b>	<b>3 211 850,30</b>	<b>0,60%</b>

Em complemento da Política de Remunerações dos Órgãos Sociais e de Fiscalização, não se registam quaisquer outros compromissos em matéria de pensões de reforma para os antigos membros dos órgãos supracitados, para além de um ex-administrador que, está abrangido pelo “Plano de Pensões Aberto Zurich Vida Empresas/Plano de Pensões de Benefício Definido” referido na nota seguinte.

## 20. Obrigações com benefícios dos empregados

### Plano de Pensões de Benefício Definido:

É um plano associado à quota-parte de financiamento das responsabilidades abrangidas pelo disposto no CCT de 2008, e que é independente do regime público da Segurança Social, abrangendo os trabalhadores sindicalizados admitidos na atividade até 22 de junho de 1995 e que então não aderiram a outra das soluções propostas.

A pensão a atribuir é definida de acordo com o estipulado no CCT 2008, sendo este benefício garantido aos trabalhadores que se reformarem na atividade seguradora.

Este plano abrange apenas um participante (ex-administrador reformado por velhice), conforme quadro seguinte:

POPULAÇÃO REFORMADA	
Número de beneficiários	1
Idade Média	76
Pensão/ Prestação Média Anual (€)	3.763

### Plano de Pensões de Contribuição Definida:

É um plano associado à quota-parte de financiamento do Plano Individual de Reforma (PIR) que teve início em 1 de janeiro de 2012.

As contribuições para este plano são de valor correspondente às percentagens indicadas no Anexo V do Acordo de Empresa, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador, tendo a contribuição no ano de 2021 sido no montante de 36.593,76 euros.

O valor das contribuições está garantido à data da liquidação do benefício.

As responsabilidades da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

PRESSUPOSTOS	
Tábua de mortalidade	GRF95
Taxa Técnica	1,0%
Encargos	0,5%

POPULAÇÃO ATIVA	
Número de participantes	97
Idade Média	46,5
Salário Médio Anual (€)	19 943
Antiguidade Média Empresa (anos)	17,4

U: Euro

RESULTADOS	
Valor das Responsabilidades em 31.12.2021	173 483
Valor total das Contribuições (PIR)	173 483
Valor do Fundo em 31.12.2021	194 011
Rácio de Financiamento	111,83%

## 21. Imposto sobre o rendimento

A Companhia está sujeita aos regulamentos fiscais gerais aplicáveis no Luxemburgo. De acordo com a lei fiscal publicada em 18 Dezembro de 2015, é devido um imposto líquido mínimo sobre o património, a todas as entidades as empresas com sede estatutária no Luxemburgo. Esta taxa tem por base o total do ativo bruto, apresentado em balanço, e varia entre 535 euros e 32.100 euros. Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, a despesa cobrada para este imposto mínimo é de 7.534 euros.

Os impostos abaixo descritos aplicam-se à Caravela.

### Imposto corrente

O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é determinado com base em declarações de autoliquidação da Companhia, elaboradas em conformidade com as normas fiscais vigentes, ficando sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pela Administração Tributária durante o período de cinco anos.

Durante o exercício de 2021 a Autoridade Tributária efetuou uma ação de inspeção às contas do exercício de 2019 da qual não resultaram quaisquer atos tributários, ou em matéria tributária, que tenham sido desfavoráveis para a Companhia.

Durante o presente exercício a Caravela incorreu em despesas de I&D no montante de 2.500.000 euros, as quais, no seu entendimento, são suscetíveis de serem elegíveis no âmbito do SIFIDE II (Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial), previsto na legislação aplicável.

Nesse sentido, a Companhia ao entender que a aprovação do correspondente crédito fiscal no montante de 1.150.000 euros, que representa 46% do valor investido em I&D, é altamente provável de ser aprovado, irá formalizar a submissão de uma candidatura ao referido sistema de incentivos durante o ano de 2022 e deduzir o benefício fiscal na Declaração de Rendimentos Modelo 22 de IRC a submeter à Autoridade Tributária em 2022.

Atendendo a que a Candidatura ao Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial do exercício de 2020, que foi apresentada pela Caravela em julho de 2021, teve deferimento integral por parte Agência Nacional de Inovação (ANI), a Companhia pode beneficiar do crédito fiscal de 1.112.500 euros, correspondente a 74,2% do montante do investimento de 1.500.000 euros no ano de 2020, sendo que, parte do benefício fiscal no valor de 747.656 euros foi já deduzido na Declaração de Rendimentos Modelo 22 de IRC do ano de 2020, submetida à Autoridade Tributária em maio de 2021.

#### Imposto diferido

Os impostos diferidos são calculados tendo por base as diferenças temporárias que existem entre alguns valores ativos e passivos e a respetiva base fiscal.

Neste exercício foi reconhecido na rubrica de Resultados Transitados o montante de 803.226 euros de ativos por impostos diferidos respeitante ao prejuízo fiscal do ano de 2014, por já ter sido deduzido em anos anteriores nas Declarações de Rendimento Modelo 22 de IRC.

São apresentados na página seguinte os ativos e passivos por impostos correntes e diferidos reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

2021

	U:Euro	
	2021	2020
<b>Activos por impostos correntes</b>		
Imposto sobre o Rendimento (entregas por conta)	229 775,30	110 797,97
Imposto sobre o Rendimento (retenções efetuadas por terceiros)	60 559,42	7 898,25
Imposto sobre o Valor Acrescentado (a favor Companhia)	0,00	0,00
Imposto de Selo (processado)	47 416,04	7,68
Retenção de Impostos na Fonte	63,84	48,97
Taxa para a Autoridade Nacional para Protecção Civil (processado)	0,00	0,00
Taxa para o Fundo de Acidentes Trabalho (processado)	31 637,31	16 994,02
Taxa para o Fundo de Garantia Automóvel (processado)	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social (a favor Companhia)	16 841,73	13 510,53
	<b>386 293,64</b>	<b>149 257,42</b>
<b>Passivos por impostos correntes</b>		
Imposto sobre o Rendimento a Pagar	-64 323,76	-64 733,16
Retenção de Impostos na Fonte	-58 941,84	-56 060,94
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-18 649,79	-4 800,65
Imposto de Selo	-559 802,24	-445 872,32
Taxa para a Autoridade Nacional para Protecção Civil	-35 336,59	-29 812,22
Taxa para o Instituto Nacional de Emergência Médica	-157 035,48	-124 610,65
Taxa para o Fundo de Acidentes Trabalho	-697 861,82	-560 360,05
Taxa para o Instituto de Seguros Portugal	-65 481,04	-60 761,88
Taxa para o Fundo de Garantia Automóvel	-150 361,08	-126 770,39
Cartas Verdes	-15 278,76	-14 045,76
Contribuições para a Segurança Social	-61 932,84	-61 030,25
Tributos das Autarquias	-11 204,82	-946,84
	<b>-1 896 210,06</b>	<b>-1 549 805,11</b>
<b>Activos por impostos diferidos</b>		
Por diferenças temporárias		
Activos Disponíveis para Venda	20 157,98	25 255,10
Por prejuízos fiscais	0,00	385 548,30
	<b>20 157,98</b>	<b>410 803,40</b>
<b>Passivos por impostos diferidos</b>		
Por diferenças temporárias		
Activos Disponíveis para Venda	20 174,22	-177 020,17
	<b>20 174,22</b>	<b>-177 020,17</b>
<b>Total</b>	<b>-1 469 584,22</b>	<b>-1 166 764,46</b>

Nos termos do artigo 21º do DL nº. 441/1991 e do DL nº. 534/1980, a Caravela apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária e Aduaneira.

## 22. Capital

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, é fixado no valor de 212.000 euros e é representado pelo seguinte quadro:

	U: Euro	
	2021	2020
Subscrito e totalmente pago	212 000	212 000
<b>Total</b>	<b>212 000</b>	<b>212 000</b>

Acresce a este montante o valor de 11.461.050,00 euros de prémios de emissão e o valor de 20.198.739,00 euros referente a prestações suplementares.

Relativamente ao valor de 20.198.739,00 euros, das prestações suplementares, refere-se a uma parte do capital injetado pela Coinvest (detentora de 100% da Companhia) na Companhia, sendo um empréstimo sem juros. Posto isto, tendo como base as características deste empréstimo sem juros, o mesmo foi tratado nas demonstrações financeiras como um instrumento de capital. Essas características baseiam-se na absorção total de perdas, não exigibilidade, falta de interesse, bem como o facto de que o instrumento é, e sempre foi, exclusivo entre a TPIF Douro Bidco e o proprietário de 100% da Companhia. Como consequência, este instrumento é visto pela Companhia e pela Coinvest como um instrumento de capital.

Durante o ano de 2020, foram emitidas as seguintes ações com um valor nominal de 1 euro cada, mantendo-se a mesma situação durante o ano de 2021:

	U: Euro	
	2021	2020
Classificação	Ações emitidas	Ações emitidas
Ordinary Shares	12 000	12 000
Class A Shares	20 000	20 000
Class B Shares	20 000	20 000
Class C Shares	20 000	20 000
Class D Shares	20 000	20 000
Class E Shares	20 000	20 000
Class F Shares	20 000	20 000
Class G Shares	20 000	20 000
Class H Shares	20 000	20 000
Class I Shares	20 000	20 000
Class J Shares	20 000	20 000
<b>Total</b>	<b>212 000</b>	<b>212 000</b>

No quadro seguinte, pode-se analisar a composição do capital próprio do Grupo no final dos exercícios em análise - 2021 e 2020:

	U: Euro	
	2021	2020
Capital	212 000,00	212 000,00
Outros instrumentos de capital	20 198 739,00	20 151 214,00
Reservas de consolidação	-7 452 013,19	-3 101 202,92
Outras reservas	11 461 050,00	3 161 050,00
Reserva Legal	0,00	0,00
Outras Reservas	11 461 050,00	3 161 050,00
Resultados transitados	3 718 281,04	1 977 548,33
Resultado do exercício	1 407 285,74	1 740 732,62
<b>Total</b>	<b>29 545 342,59</b>	<b>24 141 342,03</b>

Os Resultados transitados da Caravela antes de 1 de janeiro de 2020 foram tratados como reservas de consolidação.

## 23. Reservas

### Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação/justo valor destina-se a registar os ajustamentos no justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquida da imparidade reconhecida no exercício e/ou em exercícios anteriores, não tendo relevância em ganhos e perdas até ao momento da alienação dos bens, em que o respetivo saldo é reconhecido em resultados, ou diretamente em capital próprio.

A composição da reserva de reavaliação do Grupo, deve-se a diferenças de consolidação que, no final dos exercícios de 2021, 2020 e 2019, era a que se segue:

	U: Euros	
<b>Reserva de consolidação</b>		
Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	Ano 2019	-29 790,77
	Ano 2020	-3 071 412,15
	Ano 2021	-4 350 810,28
<b>TOTAL</b>		<b>-7 452 013,19</b>

### Reserva legal

De acordo com a legislação da Sociedade luxemburguesa, datada de 10 de agosto de 1915, a Empresa é obrigada a transferir um mínimo de 5% do seu lucro líquido de cada exercício para uma reserva legal até que a reserva atinja 10% do capital social emitido.

No período findo em 31 de dezembro de 20 e 31 de dezembro de 2021, não foi efetuada qualquer imputação à reserva legal por o Grupo ter registado prejuízo.

## 24. Transações entre partes relacionadas

TPIF Douro Bidco S.à.r.l. é 100% detida pela Tosca Coinvest SCA SICAV-RAIF. Em 31 de dezembro de 2021, a TPIF Douro Bidco S.à.r.l. tinha um montante a pagar de 20.198.739,00 euros devido ao único acionista relativo às prestações suplementares concedidas para financiar o investimento na Caravela - Companhia de Seguros S.A..

O montante de 1.003.625,00 euros em dívida por partes relacionadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 refere-se a transferências efetuadas ao acionista único.

## 25. Demonstração de fluxos de caixa

Esta demonstração foi elaborada pelo método direto.

## 26. Compromissos

A Companhia detém contratos de locação operacional e de locação financeira referentes a equipamentos de transporte e informático.

O detalhe em 31 de dezembro de 2021, por anos de vencimento dos contratos de locação operacional, é referido no quadro seguinte:

U: Euro

Termo do Contrato	Nº de Viaturas	Valor máximo a pagar (€)
2022	17	17 971,82
2023	8	24 994,10
2024	9	62 471,02
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>105 436,94</b>

O detalhe em 31 de dezembro de 2021 relativo a contratos de locação financeira era como segue:

U: Euro

Termo do Contrato	Nº de Viaturas	Nº Equipamentos (IBM)	Nº de Contrato	Valor a pagar Juros	Valor a pagar Capital
2023	-	1	PT6PBQTD5N	29 583,62	1 296,66
2023	1	-	1860027000	145,79	12 107,80
2023	1	-	1860023400	145,43	12 072,19
2023	1	-	141337	1 014,28	15 666,29
2025	1	-	2060004900	734,59	26 356,86
<b>Total</b>				<b>31 623,72</b>	<b>67 499,80</b>

## **27. Provisões e Passivos contingentes**

A Companhia não considerou necessário a constituição de provisões para fazer face a pagamentos futuros, na medida em que não considera provável que tal venha a acontecer.

Não existem passivos contingentes a divulgar, à data das Demonstrações Financeiras.

## **28. Acontecimentos após a data do Balanço não descritos em pontos anteriores**

Não se verificaram acontecimentos relevantes a registar após a data do Balanço.

Luxemburgo, 17 de Maio de 2022

Conselho de Administração



Os seguintes anexos representam 48% da Caravela.

ANEXO 1 - INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

U: Euro

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantity	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor na Demonstração da posição financeira	
Código	Designação						Unitário *	Total *
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS								
	total	0				0,00		0,00
2 - OUTROS								
2.1 - Títulos Nacionais								
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.1.1.1 - Acções								
	MOBILITY 24	1 714	1 714	100,00%	1,00	1 714	1,00	1 714
	COLMENA, Unip. Lda	48	48	100,00%	1,00	48	1,00	48
	sub-total	1 762	1 762			1 762		1 762
2.1.1.2 - Títulos de participação								
	sub-total	0				0,00		0,00
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
PTAPPAIM0000	EAST WEST VC - FUNDO CAP.RISCO	273	266 876	100,00%	1,00	266 876	0,96	256 834
PTCRVIM0009	CAPITAL CRIATIVO IV	5	234 542	100,00%	1,00	234 542	0,97	227 173
PTCRVIM0016	CAPITAL CRIATIVO V	5	240 000	100,00%	1,00	240 000	0,97	232 819
PTCRVOIM0010	FCR C2 R&D GROWTH VI	10	240 000	100,00%	1,00	240 000	1,00	240 000
PTGWTDIM0008	GROWTH INOV, FCR	720	720 000	100,00%	1,00	720 000	0,97	700 049
PTIDCKIM0009	INDICO BLUE FUND - FUNDO CAP. RISCO	720 000	720 000	100,00%	1,00	720 000	1,00	720 000
	sub-total	721 012	2 421 418			2 421 418		2 376 875
2.1.2 - Títulos de dívida								
2.1.2.1 - De dívida pública								
PTOTEAOE0021	PORTUGAL GOVT 4.95% /25-10-2023	106	105 600	122,67%	1,23	129 534	1,11	117 384
PTOTVLOE0001	ETAT PORTUGAL EURGM+110 2022/12/05	960	960 000	103,34%	1,03	992 064	1,01	973 232
PTOTEQOE0033	ETAT PORTUGAL 0,3%/ 17-10-2031	960	960 000	100,56%	1,01	965 328	0,98	945 520
	sub-total	2 026	2 025 600			2 086 926		2 036 136
2.1.2.2 - De outros emissores públicos								
	sub-total	0				0,00		0,00
2.1.2.3 - De outros emissores								
PTBSSJOM0014	BRISA 2%/ 22-03-2023	48	48 000	99,77%	1,00	47 892	1,04	49 981
	sub-total	48	48 000			47 892		49 981
	total	723 086	4 496 780			4 557 998		4 464 753
2.2 - Títulos estrangeiros								
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.2.1.1 - Acções								
	CA Life	216	216 364	108,75%	1,09	235 294	1,09	235 294
	sub-total	216	216 364			235 294		235 294
2.2.1.2 - Títulos de participação								
	sub-total	0				0,00		0,00
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
IE0030487957	PRODIS THEMA FUND	2 103	2 103		19,25	40 495	0	0
FR0007045109	FEDERAL SUPPORT MONET ESG SI	671	671		10 478,94	7 026 757	10 478,78	7 026 651
FR0011381227	OFI RS MONETAIRE IC	129	129		100 031,34	12 868 032	99 785,92	12 836 461
	sub-total	2 903	2 903			18 935 283		18 863 111
2.2.1.4 - Outros								
	sub-total	0				0,00		0,00
2.2.2 - Títulos de dívida								
2.2.2.1 - De dívida pública								
XS2024602240	AUTOBAHN SCHNELL 0.1%/ 09-07-2029	432	432 000	100,05%	1,00	432 203	998,48	431 343
BE0000347568	ETAT BELGIQUE 0.9%/ 22-06-2029	960	960 000	107,83%	1,08	1 035 120	1 079,53	1 036 353
ES0000012B88	ETAT ESPAGNE 1.4%/ 30-07-2028	960	960 000	109,43%	1,09	1 050 489,60	1 090,61	1 046 983
ES00000123X3	ETAT ESPAGNE 4.4%/ 31/10/2023	62	62 400	126,81%	1,27	79 129,44	1 099,25	68 593
IE00BH3SQ895	ETAT IRLANDE 1.1%/ 15-05-2029	480	480 000	108,61%	1,09	521 323	1 088,23	522 351
IE00B4TV0D44	ETAT IRLANDE 5.4%/ 13-03-2025	62	62 400	142,40%	1,42	88 858	1 231,95	76 874
DE000A1K0UG6	KFW 2.5% /17-01-2022	144	144 000	113,52%	1,14	163 462	1 024,94	147 591
	sub-total	3 101	3 100 800			3 370 584		3 330 087
2.2.2.2 - De outros emissores públicos								
XS1623360028	DEXIA CREDIT LOCAL FRANCE 0.25%/ 02-06-2022	48	48 000	99,69%	1,00	47 850	1 004,75	48 228
FR0013183167	ILE DE FRANCE 0.5%/ 14-06-2025	96	96 000	97,54%	0,98	93 641	1 027,64	98 653
FR0011512193	ILE DE FRANCE 2.25% / 10-06-2023	96	96 000	110,91%	1,11	106 469	1 050,40	100 838
ES0000101693	MADRID 1.189%/ 08-05-2022	53	52 800	104,05%	1,04	54 938,40	1 013,92	53 535
ES0000101818	MADRID 2.146%/ 34-04-2027	168	168 000	115,19%	1,15	193 525,92	1 124,40	188 900
ES0000106619	PAYS BASQUE 1.450%/ 30-04-2028	312	312 000	111,41%	1,11	347 583,60	1 089,03	339 778
	sub-total	773	772 800			844 008		829 933

2021

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantity	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor na Demonstração da posição financeira	
Código	Designação						Unitário *	Total *
2.2.2.3 - De outros emissores								
XS1136406342	3M 1.5%/ 09-11-2026	240	240 000	109,29%	1,09	262 289	1 063,64	255 273
XS2180510732	ABN AMRO BANK 1.250%/ 28-05-2025	240	240 000	99,68%	1,00	239 232	989,36	237 445
ES0200002022	ADIF AV 0.8%/ 05-07-2023	96	96 000	99,74%	1,00	95 754	1 022,62	98 172
ES0200002048	ADIF AV 0.950%/ 30-04-2027	96	96 000	99,85%	1,00	95 852	1 052,08	100 999
ES0200002014	ADIF AV 1.875%/ 22-09-2022	48	48 000	103,35%	1,03	49 608	1 022,14	49 063
FR0013302197	ADP 1%/ 13-12-2027	336	336 000	106,68%	1,07	358 455	1 034,59	347 623
XS1529854793	AEGON 1%/ 08-12-2023	96	96 000	100,45%	1,00	96 432	1 025,53	98 451
FR0013431137	AFD 0.25%/ 29-06-2029	288	288 000	100,63%	1,01	289 814	1 009,07	290 611
XS0745896000	AFD 3.75%/ 15-02-2027	192	192 000	126,57%	1,27	243 011	1 228,57	235 886
FR0014001LQ5	AGENCE FRANCE LOCALE 0%/ 20-03-2031	480	480 000	96,38%	0,96	462 643	968,80	465 024
FR0013505559	AIR LIQUIDE FIN 1%/ 02-04-2025	144	144 000	99,89%	1,00	143 846	1 040,98	149 901
DE000A1954V6	ALLIANZ FIN II 0.875%/ 06-12-2027	432	432 000	105,84%	1,06	457 229	1 040,90	449 669
XS1878191052	AMADEUS IT 0.875%/ 18-09-2023	192	192 000	99,90%	1,00	191 804	1 015,99	195 071
XS1288342659	AMERICAN HONDA FIN 1.375%/ 10-11-2022	192	192 000	104,30%	1,04	200 256	1 016,82	195 230
XS2389757944	ANZ NOVA ZELÂNDIA 0.2%/ 23-09-2027	480	480 000	99,74%	1,00	478 742	989,34	474 884
FR0013251170	ASF 1.125%/ 20-04-2026	48	48 000	99,71%	1,00	47 861	1 050,66	50 432
XS1907118894	AT AND T 1.05%/ 05-09-2023	144	144 000	99,75%	1,00	143 640	1 022,57	147 249
XS2180007549	AT T 1.6%/ 19-05-2028	192	192 000	107,75%	1,08	206 876	1 066,91	204 846
FR0013378445	ATOS 0.75% 07/05/2022	96	96 000	99,75%	1,00	95 764	1 007,29	96 700
FR0011372622	AUCHAN 2.375%/ 12-12-2022	144	144 000	109,65%	1,10	157 896	1 026,74	147 850
XS1557268221	BANCO SANTANDER 1.375%/ 09-02-2022	48	48 000	100,88%	1,01	48 422	1 014,14	48 679
XS1079726334	BANK OF AMERICA 2.375%/ 19-06-2024	48	48 000	109,03%	1,09	52 334	1 071,59	51 436
XS1678372472	BBVA 0.75% / 11-09-2022	192	192 000	99,42%	0,99	190 886	1 010,48	194 012
XS0821096418	BK NED GEMEENTEN BNG 2.25% / 30-08-2022	96	96 000	111,48%	1,11	107 016	1 026,38	98 533
XS1589881785	BMW FIN 0.875%/ 03-04-2025	72	72 000	99,48%	0,99	71 624	1 035,82	74 579
XS1910245676	BMW FIN 1%/ 14-11-2024	96	96 000	99,28%	0,99	95 313	1 032,59	99 128
XS1419646317	BNP 1.5%/ 25-05-2028	432	432 000	109,53%	1,10	473 170	1 082,64	467 701
FR0014006CS9	BOUYGUES 0.5%/ 02-11-2030	480	480 000	99,77%	1,00	478 910	992,21	476 260
XS1114473579	BP CAPITAL MARKETS PLC 2.213%/ 25-09-2026	96	96 000	110,35%	1,10	105 936	1 098,28	105 435
XS1851277969	BP CAPITAL MARKETS 0.9%/ 03-07-24	240	240 000	100,35%	1,00	240 845	1 027,96	246 711
XS1114477133	BP CAPITAL MARKETS 1.526%/ 26-09-2022	192	192 000	105,47%	1,05	202 502	1 018,41	195 535
FR0013204476	BPCE 0.375%/ 05-10-2023	48	48 000	96,10%	0,96	46 129	1 010,99	48 528
FR0013455540	BPCE 0.5%/ 24-02-2027	192	192 000	99,07%	0,99	190 216	1 003,35	192 643
FR0013403862	BPCE SFH 0.625%/ 22-09-2027	144	144 000	101,74%	1,02	146 506	1 034,61	148 984
FR0013244415	BPIFRANCE 0.75%/ 25-11-2024	192	192 000	102,90%	1,03	197 568	1 031,64	198 075
FR0013256369	BPIFRANCE 1%/ 25-05-2027	144	144 000	103,17%	1,03	148 562	1 066,13	153 522
XS1377681272	BRITISH TELECOM 1.125%/ 10-03-2023	144	144 000	101,69%	1,02	146 428	1 022,82	147 287
XS1401331753	CARREFOUR 0.75%/ 26-04-2024	48	48 000	99,21%	0,99	47 623	1 019,32	48 927
FR0013256427	CFF 0.2%/ 16-06-2022	96	96 000	99,86%	1,00	95 863	1 005,78	96 555
FR0013213832	CNP ASSURANCES 1.875%/ 20-10-2022	288	288 000	102,30%	1,02	294 619	1 018,90	293 443
XS1197833053	COCA COLA 1.125%/ 09-03-2027	480	480 000	98,82%	0,99	474 346	978,62	469 736
ES0224261042	CORES 1.5%/ 27-11-2022	48	48 000	101,40%	1,01	48 672	1 018,70	48 897
FR0014005J14	CREDIT AGRICOLE 0.5%/ 21-09-2029	384	384 000	99,77%	1,00	383 124	988,18	379 462
FR0011625482	CREDIT AGRICOLE 3.15%/ 23-12-2023	192	192 000	114,65%	1,15	220 128	1 064,00	204 288
FR0011659366	CREDIT AGRICOLE SA 3.030 / 21-02-2024	120	120 000	114,12%	1,14	136 944	1 067,02	128 042
DE000A194DD9	DAIMLER FIN 0.875%/ 09/04/2024	144	144 000	99,52%	1,00	143 306	1 028,68	148 129
XS2391406530	DEUTSCHBAHNFIN 0,35%/ 29-09-2031	288	288 000	99,85%	1,00	287 577	987,99	284 542
XS1309518998	DEUTSCHE BAHN FIN 1.25% / 23-10-2025	48	48 000	99,00%	0,99	47 518	1 050,36	50 417
XS2009152591	EASYJET 0.875%/ 11-06-2025	144	144 000	98,45%	0,98	141 767	1 008,57	145 234
XS1505884723	EASYJET 1.125%/ 18-10-2023	48	48 000	99,38%	0,99	47 704	1 017,28	48 829
XS1558083652	EDP FINANCE 1.875%/ 29-09-2023	48	48 000	99,66%	1,00	47 835	1 041,38	49 986
XS1222590488	EDP FINANCE 2%/ 22-04-2025	96	96 000	103,98%	1,04	99 816	1 078,06	103 494
XS2390400716	ENEL FIN INTL 0.375%/ 28-05-2029	240	240 000	99,90%	1,00	239 765	981,96	235 670
XS1684269332	ENI 1%/ 14-03-2025	48	48 000	99,67%	1,00	47 842	1 035,50	49 704
XS1515222385	EQUINOR 0.75%/ 09-11-2026	144	144 000	104,47%	1,04	150 441	1 026,77	147 855
XS1396767854	GAS NATURAL FIN 1.25%/ 19-04-2026	144	144 000	100,90%	1,01	145 296	1 051,37	151 397
XS1612542669	GENERAL ELECTRIC 0.375%/ 17-05-2022	96	96 000	99,54%	1,00	95 559	1 004,24	96 407
XS1147605791	GLAXOSMITHKLINE CAPITAL 1.375% / 02-12-2024	96	96 000	104,35%	1,04	100 176	1 044,29	100 252
XS1366026679	HONEYWELL INTL 1.3%/ 22-02-2023	192	192 000	104,40%	1,04	200 448	1 029,31	197 628
FR0013444304	HSBC FRANCE 0.1%/ 03-09-2027	144	144 000	99,85%	1,00	143 783	983,73	141 657
XS1485597329	HSBC HLDG 0.875%/ 06-09-2024	96	96 000	98,20%	0,98	94 272	1 024,18	98 321
XS1375955678	IBM 1.75% 07-03-2028	288	288 000	113,11%	1,13	325 757	1 097,54	316 090
FR0013320058	ICADE 1.625%/ 28-02-2028	240	240 000	107,88%	1,08	258 910	1 065,42	255 702

2021

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor na Demonstração da posição financeira	
Código	Designação						Unitário *	Total *
XS1882544627	ING GROUP 1%/ 20/09/2023	96	96 000	99,32%	0,99	95 351	1 022,69	98 179
XS1319817323	INTL FLAVOR FRAGRANCES 1.75%/ 14-03-2024	48	48 000	99,82%	1,00	47 915	1 047,20	50 266
XS1578294081	ITALGAS 1.125%/ 14-03-2024	48	48 000	99,71%	1,00	47 859	1 034,50	49 656
XS1683495136	JOHN DEERE CASH MANAG. 0.5%/ 15-09-2023	192	192 000	99,86%	1,00	191 728	1 015,17	194 912
XS1402921412	JP MORGAN 1.5%/ 29-10-2026	288	288 000	105,00%	1,05	302 393	1 060,69	305 478
FR0013121753	KLEPIERRE 1.875%/19-02-2026	336	336 000	106,59%	1,07	358 132	1 076,68	361 765
FR0012758985	LA POSTE 1.125%/04-06-2025	96	96 000	101,75%	1,02	97 680	1 046,47	100 461
FR0013286846	LEGRAND 0.5%/ 09-10-2023	96	96 000	99,47%	0,99	95 492	1 012,54	97 204
FR0013266830	LEGRAND 0.75%/ 06-07-2024	96	96 000	99,59%	1,00	95 609	1 024,26	98 329
XS0257022714	LEHMAN 0%/ 12-06-2013	48	48 000	92,45%	0,92	44 376	0,10	5
XS2393236000	MCDONALD 5.0.25%/04-10-2028	192	192 000	99,33%	0,99	190 714	983,90	188 909
XS1403264374	MCDONALDS 1%/ 15-11-2023	144	144 000	100,94%	1,01	145 355	1 023,66	147 407
FR0012332203	MERCIALYS 1.787%/ 31-03-2023	48	48 000	103,30%	1,03	49 584	1 032,06	49 539
XS1398336351	MERLIN PROP.2.225%/ 25-04-2023	192	192 000	105,16%	1,05	201 902	1 037,74	199 246
XS1675764945	MITSUBISHI UFJ FIN GR 0.872%/ 07-09-2024	192	192 000	100,00%	1,00	192 000	1 025,15	196 828
XS2241387096	MIZUHO FIN 0.693%/ 07-10-2030	288	288 000	100,31%	1,00	288 889	991,61	285 585
XS1685481332	NATIONAL AUSTRALIA BK 0.625%/ 18-09-2024	384	384 000	99,50%	1,00	382 092	1 019,08	391 327
XS2148372696	NESTLÉ FIN INTL 1.125%/ 01/04/2026	96	96 000	99,42%	0,99	95 442	1 051,95	100 987
XS1640493372	NORDEA BANK 0.3%/ 30-06-2022	96	96 000	99,89%	1,00	95 891	1 005,31	96 510
XS2149368529	PHILIPS 1.375%/ 30-03-2025	96	96 000	99,55%	1,00	95 568	1 049,60	100 761
XS157747782	PRICELINE 0.8% / 10-03-2022	96	96 000	100,61%	1,01	96 588	1 007,79	96 748
XS1325825211	PRICELINE 2.15% / 25-11-2022	48	48 000	100,06%	1,00	48 029	1 018,22	48 875
XS1900752814	PROCTER AND GAMBLE 1.2%/ 30-10-2028	432	432 000	108,76%	1,09	469 843	1 064,04	459 665
XS1382784509	RABOBANK 1.250%/ 23-03-2026	48	48 000	103,67%	1,04	49 763	1 058,39	50 803
XS0826634874	RABOBANK 4.125%/ 14-09-2022	144	144 000	117,14%	1,17	168 679	1 042,71	150 150
FR0013183431	RATP 0.375% 15-06-2024	240	240 000	100,55%	1,01	241 315	1 018,24	244 379
FR0013241361	RCI BANQUE 1.375% 08-03-2024	19	19 200	99,78%	1,00	19 157	1 034,53	19 863
FR0013393774	RCI BANQUE 2%/ 11-07-2024	96	96 000	99,63%	1,00	95 645	1 049,58	100 760
XS1613140489	REPSOL INTL FIN 0.5%/ 23-05-2022	144	144 000	100,02%	1,00	144 035	1 006,44	144 928
FR0012199065	RESEAU DE TRANSPORT 1.625% /08-10-2024	96	96 000	106,20%	1,06	101 952	1 046,34	100 449
XS2153459123	ROYAL SCHIPHOL 2%/ 06-04-2029	432	432 000	111,85%	1,12	483 192	1 114,04	481 265
FR0013214137	SAGESS 0.625%/ 20-10-2028	48	48 000	98,65%	0,99	47 352	1 035,43	49 701
FR0013053329	SANEF 1.875% /16-03-2026	48	48 000	102,12%	1,02	49 018	1 069,30	51 326
FR0013505104	SANOFI 1%/01-04-2025	96	96 000	99,72%	1,00	95 734	1 040,41	99 879
XS1956025651	SANTANDER CONS FIN 1%/ 27-02-2024	48	48 000	99,56%	1,00	47 786	1 029,71	49 426
XS2166754957	SCHLUMBERGER FINANCE 1.375% 28-10-2026	480	480 000	105,83%	1,06	508 006	1 052,21	505 061
XS1232098001	SIMON INTL FIN 1.375%/ 18-11-2022	192	192 000	103,67%	1,04	199 046	1 013,12	194 519
XS1318709497	SNAM 1.375%/ 19-11-2023	96	96 000	103,41%	1,03	99 274	1 030,68	98 945
XS0867612466	SOCIETE GENERALE 4%/ 07-06-2023	144	144 000	114,95%	1,15	165 528	1 078,38	155 287
XS2404629235	SVENSKA HANDELSBANKEN 0.125% 03-11-26	480	480 000	99,75%	1,00	478 805	996,00	478 079
FR0013016631	TDF INFRASTRUCTURE 2.875%/ 19-10-2022	288	288 000	99,62%	1,00	286 894	993,04	285 995
XS2001737324	TELINOR 0.75%/ 31-05-2026	144	144 000	99,82%	1,00	143 736	1 027,00	147 888
XS0903136736	TELSTRA CORP 2.5%/ 15-09-2023	240	240 000	111,39%	1,11	267 326	1 052,83	252 679
XS1178105851	TERNA 0.875%/ 02-02-2022	96	96 000	102,03%	1,02	97 948	1 008,96	96 860
FR0013311347	THALES 0.75%/ 23-01-2025	384	384 000	101,89%	1,02	391 250	1 025,43	393 764
XS2338955805	TOYOTA MOTOR CR 0.125%/05-11-2027	480	480 000	99,86%	1,00	479 347	985,59	473 084
FR0013332988	UNIBAIL-RODAMCO 1.125%/ 15-09-2025	144	144 000	99,77%	1,00	143 670	1 028,50	148 104
XS1401196958	UNIBAIL-RODAMCO 1.125%/ 28-04-2027	288	288 000	105,53%	1,06	303 918	1 041,01	299 812
FR0013367620	VINCI 1%/ 26-09-2025	96	96 000	99,48%	0,99	95 498	1 034,73	99 334
FR0013282571	VIVENDI 0.875%/ 18-09-2024	192	192 000	99,37%	0,99	190 785	1 021,79	196 184
XS1972548231	VOLKSWAGEN FIN SVCS 1.5%/ 01-10-2024	96	96 000	99,54%	1,00	95 556	1 040,44	99 882
XS1642590480	VOLKSWAGEN LEASING 1.375%/ 20-01-2025	288	288 000	101,89%	1,02	293 451	1 047,50	301 679
XS1130067140	WELLS FARGO 1.125%/ 29-10-2021	480	480 000	105,54%	1,06	506 592	1 043,09	500 681
sub-total		20 947	20 947 200			21 997 193		21 517 500
2.3 - Derivados de negociação		25 040	25 040 067			45 982 324		45 775 926
sub-total		0				0		0
2.4 - Derivados de cobertura								
sub-total		0				0		0
total		27 115				50 540 321		50 240 679
3 - TOTAL GERAL		27 115				50 540 321		50 240 679

\* Inclui o valor dos juros decorridos

ANEXO 2 - DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS

U: Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/2020 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2021 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>VIDA</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>NÃO VIDA</b>				
ACIDENTES E DOENÇA	16 314 980,69	3 396 989,16	16 522 223,18	3 604 231,66
INCÊNDIO E OUTROS DANOS AUTOMÓVEL	1 105 702,85	841 295,40	152 193,76	-112 213,69
-RESPONSABILIDADE CIVIL	7 817 463,82	5 576 963,50	3 730 606,00	1 490 105,68
-OUTRAS COBERTURAS	2 699 188,73	2 190 912,56	188 371,33	-319 904,83
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	62 923,05	36 095,63	76 062,44	49 235,02
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	684 501,91	110 552,12	450 718,00	-123 231,79
CRÉDITO E CAUÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
PROTECÇÃO JURÍDICA	4 151,50	11 201,62	1 563,10	8 613,21
ASSISTÊNCIA	361 449,67	400 536,24	26 794,57	65 881,14
DIVERSOS	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>29 050 362,22</b>	<b>12 564 546,24</b>	<b>21 148 532,38</b>	<b>4 662 716,39</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>29 050 362,22</b>	<b>12 564 546,24</b>	<b>21 148 532,38</b>	<b>4 662 716,39</b>

NOTAS:

\* Sinistros ocorridos no ano 2020 e anteriores

ANEXO 3 - DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS

U: Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - prestações (1)	de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
<b>SEGURO DIRECTO</b>				
ACIDENTES E DOENÇA	5 792 539,73	696 972,50	4 189 228,49	10 678 740,72
INCÊNDIO E OUTROS DANOS AUTOMÓVEL	2 192 267,94	100 711,55	939 811,70	3 232 791,18
- RESPONSABILIDADE CIVIL	11 792 750,04	419 164,56	2 499 059,96	14 710 974,57
- OUTRAS COBERTURAS	7 067 795,64	188 449,49	-126 196,69	7 130 048,44
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	66 829,58	2 112,32	56 039,15	124 981,04
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	255 841,65	15 647,26	-41 564,44	229 924,46
CRÉDITO E CAUÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
PROTECÇÃO JURÍDICA	12 565,80	0,00	1 119,72	13 685,51
ASSISTÊNCIA	2 166 881,40	0,00	39 864,73	2 206 746,13
DIVERSOS	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>29 347 471,78</b>	<b>1 423 057,68</b>	<b>7 557 362,61</b>	<b>38 327 892,06</b>
<b>RESSEGURO ACEITE</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>29 347 471,78</b>	<b>1 423 057,68</b>	<b>7 557 362,61</b>	<b>38 327 892,06</b>

2021

ANEXO 4 - DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

U:Euro

Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos *	Custos e gastos de exploração brutos *	Saldo de resseguro
SEGURO DIRECTO NÃO VIDA					
Acidentes e Doença	15 253 027,65	15 119 653,37	10 678 740,72	4 172 437,16	-72 708,63
Incêndio e Outros Danos	5 397 093,84	4 780 035,56	3 232 791,18	1 426 179,87	-171 228,92
Automóvel:					
Responsabilidade Civil	18 234 836,67	17 844 705,53	14 710 974,57	3 693 089,10	740 399,56
Outras Coberturas	12 822 179,16	12 667 295,47	7 130 048,44	2 710 233,45	1 496 747,91
Marítimo e Transportes	73 290,97	69 238,00	88 262,92	14 989,51	-61 346,74
Mercadorias Transportadas	104 516,60	108 256,15	34 172,60	27 832,42	39 588,21
Resp.Civil Geral	727 537,21	716 038,62	232 470,00	178 132,96	-6 582,27
Protecção Jurídica	123 228,57	119 151,57	13 685,51	3 424,09	0,00
Assistência	3 126 801,44	3 022 629,70	2 206 746,13	96 711,77	-23,68
<b>TOTAL</b>	<b>55 862 512,11</b>	<b>54 447 003,96</b>	<b>38 327 892,07</b>	<b>12 323 030,33</b>	<b>1 964 845,44</b>

(\*) Sem dedução da parte dos resseguradores

Relatório e Contas - Consolidado 2021

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DE**  
**CONTAS**

To the Partners of  
**TPIF Douro Bidco S.à r.l.**  
**Société à responsabilité limitée**  
R.C.S. Luxembourg B 235.880

20, rue de la Poste  
L-2346 LUXEMBOURG

## REPORT OF THE REVISEUR D'ENTREPRISES AGREE

### Opinion

We have audited the consolidated financial statements of **TPIF Douro Bidco S.à r.l.** and its subsidiaries (the "Group"), which comprise the consolidated statement of financial position as at December 31, 2021, and, the consolidated statement of profit and loss, the consolidated statement of comprehensive income, consolidated statement of changes in equity, the consolidated statement of cash flows for the year then ended, and the notes to the consolidated financial statements, including a summary of significant accounting policies.

In our opinion, the accompanying consolidated financial statements present fairly, in all material respects the consolidated financial position of the Group as at December 31, 2021, and of its consolidated financial performance and its consolidated cash flows for the year then ended in accordance with the accounting principles and methods described in the notes ("Note 3") to the consolidated financial statements.

### Basis for Opinion

We conducted our audit in accordance with the Law of July 23, 2016 on the audit profession (Law of July 23, 2016) and with International Standards on Auditing (ISAs) as adopted for Luxembourg by the "Commission de Surveillance du Secteur Financier" (CSSF). Our responsibilities under the Law of July 23, 2016 and ISAs as adopted for Luxembourg by the CSSF are further described in the « Responsibilities of "Réviseur d'Entreprises Agréé" for the Audit of the Consolidated Financial Statements » section of our report. We are also independent of the Group in accordance with the International Ethics Standards Board for Accountants' Code of Ethics for Professional Accountants (IESBA Code) as adopted for Luxembourg by the CSSF together with the ethical requirements that are relevant to our audit of the consolidated financial statements, and have fulfilled our other ethical responsibilities under those ethical requirements. We believe that the audit evidence we have obtained is sufficient and appropriate to provide a basis for our opinion.

### **Emphasis of Matter**

We draw your attention to the notes to the consolidated financial statements, which describes the basis of accounting. The consolidated financial statements are prepared to assist the Company in complying with the financial reporting requirements of the Group in Portugal. As a result, the financial statements may not be suitable for another purpose. Our report is intended solely for the Company and should not be distributed to or used by parties other than the Company. Our opinion is not modified in respect of this matter.

### **Other information**

The Management is responsible for the other information. The other information comprises the information included in the management report but does not include the consolidated financial statements and our report of the "Réviseur d'Entreprises Agréé" thereon.

Our opinion on the consolidated financial statements does not cover the other information and we do not express any form of assurance conclusion thereon.

In connection with our audit of the consolidated financial statements, our responsibility is to read the other information and, in doing so, consider whether the other information is materially inconsistent with the consolidated financial statements or our knowledge obtained in the audit or otherwise appears to be materially misstated. If, based on the work we have performed, we conclude that there is a material misstatement of this other information, we are required to report this fact. We have nothing to report in this regard.

### **Responsibilities of the Management and Those Charged with Governance for the Consolidated Financial Statements**

The Management is responsible for the preparation and fair presentation of these consolidated financial statements in accordance with IFRSs as adopted by the European Union, and for such internal control as the Management determines is necessary to enable the preparation of consolidated financial statements that are free from material misstatement, whether due to fraud or error.

In preparing the consolidated financial statements, the Management is responsible for assessing the Group's ability to continue as a going concern, disclosing, as applicable, matters related to going concern and using the going concern basis of accounting unless the Management either intends to liquidate the Group or to cease operations, or has no realistic alternative but to do so.

Those charged with governance are responsible for overseeing the Group's financial reporting process.



## **Responsibilities of the “Réviseur d’Entreprises Agréé” for the Audit of the consolidated Financial Statements**

Our objectives are to obtain reasonable assurance about whether the consolidated financial statements as a whole are free from material misstatement, whether due to fraud or error, and to issue a report of the “Réviseur d’Entreprises Agréé” that includes our opinion. Reasonable assurance is a high level of assurance, but is not a guarantee that an audit conducted in accordance with the Law dated July 23, 2016 and with ISAs as adopted for Luxembourg by the CSSF will always detect a material misstatement when it exists. Misstatements can arise from fraud or error and are considered material if, individually or in the aggregate, they could reasonably be expected to influence the economic decisions of users taken on the basis of these consolidated financial statements.

As part of an audit in accordance with the Law dated July 23, 2016 and with ISAs as adopted for Luxembourg by the CSSF, we exercise professional judgment and maintain professional skepticism throughout the audit. We also:

- Identify and assess the risks of material misstatement of the consolidated financial statements, whether due to fraud or error, design and perform audit procedures responsive to those risks, and obtain audit evidence that is sufficient and appropriate to provide a basis for our opinion. The risk of not detecting a material misstatement resulting from fraud is higher than for one resulting from error, as fraud may involve collusion, forgery, intentional omissions, misrepresentations, or the override of internal control;
- Obtain an understanding of internal control relevant to the audit in order to design audit procedures that are appropriate in the circumstances, but not for the purpose of expressing an opinion on the effectiveness of the Group’s internal control;
- Evaluate the appropriateness of accounting policies used and the reasonableness of accounting estimates and related disclosures made by the Management;
- Conclude on the appropriateness of Management’s use of the going concern basis of accounting and, based on the audit evidence obtained, whether a material uncertainty exists related to events or conditions that may cast significant doubt on the Group’s ability to continue as a going concern. If we conclude that a material uncertainty exists, we are required to draw attention in our report of the “Réviseur d’Entreprises Agréé” to the related disclosures in the consolidated financial statements or, if such disclosures are inadequate, to modify our opinion. Our conclusions are based on the audit evidence obtained up to the date of our report of the “Réviseur d’Entreprises Agréé”. However, future events or conditions may cause the Group to cease to continue as a going concern;
- Evaluate the overall presentation, structure and content of the consolidated financial statements, including the disclosures, and whether the consolidated financial statements represent the underlying transactions and events in a manner that achieves fair presentation;

- Obtain sufficient appropriate audit evidence regarding the financial information of the entities and business activities within the Group to express an opinion on the consolidated financial statements. We are responsible for the direction, supervision and performance of the Group audit. We remain solely responsible for our audit opinion.

We communicate with those charged with governance regarding, among other matters, the planned scope and timing of the audit and significant audit findings, including any significant deficiencies in internal control that we identify during our audit.

Luxembourg, 19 May, 2022

For MAZARS LUXEMBOURG, Cabinet de révision agréé  
5, rue Guillaume J. Kroll  
L – 1882 LUXEMBOURG

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke, positioned above the name Amir CHAKROUN.

Amir CHAKROUN  
Réviseur d'entreprises agréé